



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O URBANO E RURAL NA PERIFERIA METROPOLITANA DE GOIÂNIA: UM
ESTUDO DAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA E FUNCIONALIDADE ENTRE AS
PEQUENAS CIDADES DA ZONA LESTE E NORDESTE DA REGIÃO
METROPOLITANA DE GOIÂNIA COM A METRÓPOLE**

Mestranda: Natália Müller de Deus

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Brasília-DF,
Abril de 2020

NATÁLIA MÜLLER DE DEUS

**O URBANO E RURAL NA PERIFERIA METROPOLITANA DE GOIÂNIA: UM
ESTUDO DAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA E FUNCIONALIDADE ENTRE AS
PEQUENAS CIDADES DA ZONA LESTE E NORDESTE DA REGIÃO
METROPOLITANA DE GOIÂNIA COM A METRÓPOLE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia, área de concentração de Gestão Ambiental e Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Brasília-DF,
Abril de 2020

BANCA EXAMINADORA

Banca de Defesa de Mestrado da discente Natália Müller de Deus, realizada em 03 de abril de 2020, com a participação dos seguintes membros:

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho – Orientador e Presidente da Banca

Prof^a. Dra. Elisangela Aparecida Machado da Silva – PPGT / UNB
(examinadora externa)

Prof^a. Dra. Lara Cristine Gomes Ferreira – IESA / UFG
(examinadora externa)

Prof. Dr. João Mendes Rocha Neto
(examinador externo)

Prof^a. Dra. Edilene Américo Silva – IFB (membro suplente)

Brasília-DF,
Abril de 2020

AGRADECIMENTOS

Todo processo de construção implica em contribuições sociais, que ultrapassa o indivíduo. Assim, os ciclos cotidianos, bem como a conjuntura política e socioeconômica influíram na elaboração dessa dissertação. Em momentos como os atuais, de ameaça à democracia e de constantes ataques à educação pública, principalmente a de ensino superior, é indispensável prestigiar órgãos como a CAPES, reafirmando que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

No percurso trilhado ao longo desses dois anos, diversas pessoas e instituições contribuíram para o desenvolvimento e finalização desta dissertação. Assim, expresso aqui os meus agradecimentos a todos que colaboraram com processo de elaboração e concretização da pesquisa:

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho, em que suas orientações se colocaram como indispensáveis, possibilitando novas visões, interpretações e discussões a respeito do objeto em estudos. Além do trabalho profissional exercido pelo orientador, é importante pontuar o caráter humano deste, que em todos os momentos de desespero, comumente à pesquisa, se portou com muita calma, cautela e praticidade.

Agradeço à Universidade de Brasília, principalmente ao programa de pós-graduação em geografia, POSGEA. A todos os professores que participaram do processo, seja com a oferta de aulas ou com as diferentes discussões e debates sobre a geografia e o tema da dissertação em questão.

Agradeço a toda equipe da Gerência de Tecnologia da Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), que durante o último ano de conclusão da dissertação apoiaram e incentivaram por completo a finalização da pesquisa.

Agradeço a todos os amigos que me apoiaram neste percurso. Em especial, ao Carlos César que sempre esteve presente; à Maria Angélica que, além da elaboração cartográfica, se concretizou como uma grande amiga nesses últimos anos e à Juliana que sempre esteve ao meu lado. Agradeço aos meus primos e amigos Michelle e Pedro, ambos trazendo apoio emocional e psicológico.

Agradeço a toda minha família, principalmente a meus pais, João e Rosirene, que sempre me incentivaram e apoiaram nesta trajetória, dando todo tipo de suporte, emocional, intelectual e financeiro.

RESUMO

Nos estudos referentes à questão urbana, são amplamente constatadas realidades, funções e problemas recorrentes das metrópoles, grandes cidades e cidades médias, negligenciando as análises que compreendam as pequenas cidades. Entretanto, para a realização de uma pesquisa que vise a apreensão da totalidade, os estudos das pequenas cidades são fundamentais. Essa necessidade é evidenciada, no caso da Região Metropolitana de Goiânia (RMG), visto que dos 21 municípios que a compõe, 11 são pequenos. É possível considerar que as pequenas cidades se constituem como lócus de habitação e vivência para grande parcela da população metropolitana, sendo fundamentais para a dinâmica de circulação do capital, estabelecendo-se como centralidades locais e exercendo diferentes funcionalidades e papéis na rede urbana. Nesse contexto, observou-se a urgência de análises que compreendam as relações de funcionalidade e dependência estabelecidas entre as pequenas cidades da RMG e sua metrópole. Para a realização pragmática da pesquisa, foram instituídas, como área de estudo, as pequenas cidades presentes na zona Leste da RMG: Bonfinópolis, Caldazinha, Goianápolis e Terezópolis de Goiás. A área de estudo foi selecionada a partir de sua localização e relevante logística, uma vez que está inserida em área de captação de água para abastecimento da metrópole e região, além de estar posicionada próxima ao eixo de desenvolvimento Goiânia – Anápolis – Brasília. Dessa forma, objetivou-se compreender as relações de funcionalidade e dependência estabelecidas entre as pequenas cidades da zona Leste da RMG e Goiânia. Para tanto, foram realizadas revisões teóricas a respeito da área de estudo e sua metrópole, bem como sobre metropolização, urbanização, rede urbana, pequenas cidades e suas concepções e relações com a metrópole e o campo. Com isso, foram analisados aspectos da formação do território goiano, da RMG e de Goiânia, buscando contextualizar a área de estudo e compreender fatores socioeconômicos e históricos que influenciaram a constituição das pequenas cidades na atualidade, e assim nas suas relações de funcionalidade e dependência com a metrópole. Para maior aproximação do tema e do objeto de estudo, foram realizadas investigações acerca de pequenas cidades em âmbito geral, bem como sobre as pequenas cidades em análise, com consulta em instituições oficiais, como IBGE e IMB, a fim de levantar dados secundários a respeito das condições socioeconômicas de cada município. A partir disso, foram observados aspectos individuais de cada município, gerando um primeiro diagnóstico das relações de funcionalidade e dependência, estabelecidas com Goiânia. Em seguida, foram realizados trabalhos de campo com a aplicação de entrevista à prefeitura de cada cidade e questionários à população local, possibilitando aprofundar as análises a respeito das relações concretizadas entre as pequenas cidades em questão e sua metrópole. Concluiu-se que as pequenas cidades, em análise, possuem diferentes intensidades nas relações de funcionalidades e dependência estabelecidas com a metrópole, evidenciando para uma forte dependência de Goiânia, principalmente no que se refere à disponibilidade de serviços. Observou-se também que essas pequenas cidades apresentam baixa dinâmica econômica, com fragilidades em diversas áreas, sendo dependentes dos repasses de verbas estaduais e federais.

Palavras chaves: Região Metropolitana de Goiânia, pequenas cidades, metropolização, relações de funcionalidade e dependência.

ABSTRACT

In studies concerning the urban question, recurrent realities, functions and problems of metropolises, large cities and medium cities are widely observed, neglecting analyzes that comprise small cities. However, to carry out research aimed at apprehending the totality, the studies of small cities are fundamental. This need is evidenced in the case of the Metropolitan Region of Goiânia (RMG), since of the 21 municipalities that comprise it, 11 are small. It is possible to consider that these small cities are the residential area for a large portion of the metropolitan population, being fundamental to the dynamics of capital circulation, establishing themselves as local centralities and exercising different functions and roles in the urban network. In this context, it was observed the urgency of analyzes that understand the relations of functionality and dependence established between the small towns of RMG and its metropolis. For the pragmatic accomplishment of the research, the following small cities present in the Eastern Zone of the RMG were established as the study area: Bonfinópolis, Caldazinha, Goianópolis and Terezópolis de Goiás. The study area was selected from its location and relevant logistics, since it is inserted in a water catchment area to supply the metropolis and adjacent region, besides being positioned close to the Goiânia - Anápolis - Brasília development axis. Thus, the objective was to understand the relations of functionality and dependence established between the small cities of the Eastern Zone of RMG and Goiânia. For this purpose, theoretical reviews were carried out regarding the study area and its metropolis, as well as about metropolization, urbanization, urban network, small cities and their conceptions and relations with the metropolis and the countryside. As a result, aspects of the formation of the territory of Goiás, RMG and Goiânia were analyzed, seeking to contextualize the study area and understand socioeconomic and historical factors that influenced the constitution of small cities today, and thus their relations of functionality and dependence with the metropolis. To further explore the theme and the objective of the study, investigations were carried out on small cities in general, as well as on the small cities under analysis, in consultation with official institutions, such as IBGE and IMB, to raise secondary data on the socioeconomic status of each municipality. From this, individual aspects of each municipality were observed, generating a first diagnosis of the relations of functionality and dependence, established with Goiânia. Then, fieldwork was carried out with the application of interviews with the city hall of each city and questionnaires to the local population, making it possible to deepen the analyzes regarding the relations established between the small cities in question and their metropolis. It was concluded that the small cities, in analysis, have different intensities in the relations of functionalities and dependence established with the metropolis, showing a strong reliance on Goiânia, mainly with regard to the availability of services. It was also observed that these small cities have low economic dynamics, with weaknesses in several areas, being dependent on state and federal funds.

Keywords: Metropolitan Region of Goiânia, small cities, metropolization, functional and dependency relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa da Área de Estudo.....	22
Figura 2	Mapa de Goiânia no Contexto da Região Metropolitana.....	28
Figura 3	Mapa da Área de Estudo em Relação ao Eixo de Desenvolvimento Goiânia–Anápolis–Brasília.....	31
Figura 4	Mapa da Evolução Populacional da Área de Estudo no contexto da RMG...	39
Figura 5	Mapa do Mercado de Trabalho da RMG.....	53
Figura 6	Mapa do Uso do Solo, 2018.....	77
Figura 7	Mapa da Área de Preservação, Conservação e Uso Sustentável, 2018.....	80
Figura 8	Mapa de Reconhecimento da área de estudo em campo.....	107
Figura 9	Fotografia da Região Central de Bonfinópolis.....	119
Figura 10	Fotografia do Ribeirão João Leite.....	122
Figura 11	Fotografia da Região Central de Caldazinha.....	125
Figura 12	Fotografia do Comércio às Margens da BR 153 em Terezópolis de Goiás....	126
Figura 13	Fotografia da BR 153 em Terezópolis de Goiás.....	126
Figura 14	Fotografia da Região Central de Goianópolis.....	127
Figura 15	Mapa do Níveis de Intensidade das Relações de Dependência Entre a Área de Estudo e Goiânia.....	131
Figura 16	Mapa do Níveis de Intensidade das Relações de Funcionalidade Entre a Área de Estudo e Goiânia.....	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Participação Setorial Municipal do VAB da Região Metropolitana de Goiânia (%).....	43
Gráfico 2	Participação Setorial no Valor Adicionado Bruto do Município (%), 2016..	44
Gráfico 3	Distribuição dos Vínculos de Trabalho Entre o Setor Público e a Iniciativa Privada Segundo Municípios (%).....	49
Gráfico 4	Valor Adicionado Bruto por Atividade da Área de Estudo (%), 2016.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução da População Censitária Urbana e Rural da Região Metropolitana de Goiânia (1980, 2000 e 2010).....	47
Tabela 2	Número de Leitos por Município da Região Metropolitana de Goiânia – 2017.....	55
Tabela 3	População Censitária 2000/2010 e Projeção Populacional – 2018.....	71
Tabela 4	Uso do Solo Por Município % (2019).....	78
Tabela 5	IDH Educação (2010) e IDM Educação (2019).....	82
Tabela 6	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nos Pequenos Municípios da Zona Leste da RMG, 2017.....	83
Tabela 7	Equipamentos de Educação e Alunos Matriculados, 2018.....	84

Tabela 8	IDH Longevidade, 2010 e IDM Saúde, 2018.....	85
Tabela 9	Equipamentos de Saúde dos Pequenos Municípios da Zona Leste da RMG – 2018.....	86
Tabela 10	Arrecadação do ICMS (R\$ MIL) por Atividades de Serviços e Comércio, 2017.....	90
Tabela 11	Empresas Comerciais dos Pequenos Municípios da Zona Leste da Região Metropolitana de Goiânia – 2017.....	91
Tabela 12	Número de Empresas de Agricultura, Pecuária, Serviços Relacionados e Comércio, 2017.....	92
Tabela 13	Índice de Desempenho Municipal (IDM) e População Estimada dos Municípios – 2019.....	94
Tabela 14	Produção Agrícola Por Toneladas – 2017.....	96
Tabela 15	Produção de Origem Anima – 2017.....	97
Tabela 16	Efetivo de Rebanho Por Município (cabeças), 2017.....	98
Tabela 17	Procedência dos Produtos da CEASA – 2018.....	99
Tabela 18	Empresas de Fabricação Presentes nos Municípios da Zona Leste da RMG – 2017.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BR-00 – Nomenclatura das Rodovias Federais brasileiras
CEASA-GO – Centro de Abastecimento de Goiás
CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
GO-00 – Nomenclatura das Rodovias Estaduais de Goiás
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDM – Índice de Desempenho Municipal
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
PIB – Produto Interno Bruto
PDIRMG – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia
RAIS – Relação Anual de Informação Social
REGIC – Região de Influência das Cidades
RM – Região Metropolitana
RMG – Região Metropolitana de Goiânia
SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SUS – Sistema Único de Saúde
UTI – Unidade de Terapia Intensiva
VAB – Valor Adicionado Bruto

SÚMARIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
LISTA DE FIGURAS	7
LISTA DE GRÁFICOS	8
LISTA DE TABELAS	8
INTRODUÇÃO	12
SEÇÃO 1 – AS PEQUENAS CIDADES DA ZONA LESTE NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO.....	17
1.1 – Breves considerações Sobre a Formação do Território Goiano.....	18
1.2 – A MetrÓpole	26
1.3. Para Entender a Região Metropolitana de Goiânia	36
SEÇÃO 2 – AS PEQUENAS CIDADES DA ZONA LESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA	57
2.1 Por uma perspectiva da totalidade no estudo de pequenas cidades.....	58
2.2 Uma aproximação às pequenas cidades.....	62
2.3 As Pequenas Cidades da Zona Leste da Região Metropolitana de Goiânia: entre o campo e a metropolização	70
2.3.1 Origem das Pequenas Cidades da Zona Leste da RMG	74
2.3.2 Uso do Solo	76
2.3.3 Educação e Saúde	81
2.3.4 Serviços e Comércio.....	87
2.3.5 Condições Econômicas.....	93
SEÇÃO 3 – AS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA E FUNCIONALIDADE ENTRE AS PEQUENAS CIDADES DA ZONA LESTE DA RMG COM SUA METRÓPOLE.....	105
3.1 – Reconhecimento da Área de Estudo em Campo	106
3.2 – As relações com a metrÓpole	108
3.2.1 As relações de dependência	110
3.2.2 As relações de funcionalidade	132
Referências	150
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A PREFEITURA	154
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO À POPULAÇÃO	156

INTRODUÇÃO

Quando se recorre à literatura atual, pouco se fala sobre as pequenas cidades, essas muitas vezes tidas como irrelevantes para os estudos do fenômeno urbano e da metropolização. Contudo, são nas pequenas cidades que se concentra grande parcela da população brasileira, como também fazem parte da rede urbana e exercem centralidades locais, sendo fundamentais para a continuidade da circulação de capital excedente, gerando pontos de investimento, produção e consumo.

As pesquisas sobre pequenas cidades aparecem como inovadoras por não se restringirem à metrópole, o que justifica parte de sua importância. Em vista dos escassos estudos sobre o tema e da necessidade de compreensão da realidade concreta, por meio da totalidade, analisar os pequenos municípios se faz fundamental. Afinal, para se compreender a totalidade da Região Metropolitana de Goiânia – RMG não se deve ignorar as pequenas cidades que fazem parte desta e que se constituem como maioria no conjunto de municípios integrantes.

Entende-se que, para analisar a RMG em uma perspectiva da totalidade, é fundamental extrapolar o estudo para além da metrópole, saindo dos processos de globalização, chegando às pequenas cidades. Dessa forma, para uma análise totalizante, da unidade, é substancial o entendimento dos fenômenos da globalização, urbanização e metropolização que influem nos processos de produção do espaço, modificando-os ao longo do tempo.

Têm-se, com a criação de novas técnicas, novos períodos históricos e novas formas de produção do espaço geográfico, sendo este um processo dinâmico em que o espaço modificado também influem nas novas transformações. Tais transformações, que a princípio possuem amplitude global, perpassam também pelo local (SANTOS, 1996).

Esse contexto de transformações globais, principalmente na produção, chega ao Brasil e conseqüentemente ao Centro-Oeste brasileiro, desestruturando e reorganizando sua configuração espacial. Esse fenômeno se intensifica, a partir de 1970, sendo o seu auge em 1980, com a chamada revolução verde, que propiciou a modernização do campo e desencadeou diversas alterações, como o aumento demográfico da região, bem como a expropriação rural e o crescimento exacerbado de cidades como Goiânia e o seu entorno (CUNHA, 2017).

A transferência da capital do Estado de Goiás para Goiânia, iniciada em 1933 e concretizada em 1942, surge como um pacto político institucional, almejando a modernização das estruturas locais, que se completa com a mudança da capital federal para Brasília, contribuindo para a consolidação de uma malha rodoviária complexa, edificando rotas

comerciais principalmente para a exportação, possuindo como objetivo principal expandir o mercado consumidor brasileiro e incorporar novas regiões produtivas (PDIRMG, 2017).

De acordo com Araújo Sobrinho (2008), foi apenas nos anos de 1950, que o modal rodoviário foi instaurado na região, com diversas rodovias federais, dentre elas a BR-060, que liga Brasília – Goiânia – Campo Grande e a BR-070, que liga Brasília – Cáceres/Mato Grosso. A complexidade do modal rodoviário se constitui como fundamental para o crescimento da região, dando maior acesso e facilidade para pessoas e mercadorias.

Vale observar, que os processos de urbanização e modernização não ocorreram de forma homogênea e linear. Eles atingiram toda a região diferentemente, e assim, no processo de formação do território, lugares ficaram mais desenvolvidos e mais equipados que outros, centros urbanos foram formados e outros decaíram (SANTOS, 1993).

É nesse contexto, que há a formação de diferentes centralidades, como, por exemplo, o caso de Anápolis, que vigorou perante fatores político, logístico e econômico e hoje se constitui como um expressivo centro urbano industrial e logístico do território goiano. O município posiciona-se como um articulador do Centro-Sul com o interior do país e faz parte da formação do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, próximo às zonas Leste em estudo e possível influenciador das pequenas cidades dessa localidade (ARRAIS, 2016).

Para contornar os problemas ocasionados pelo desenvolvimentismo desigual, bem como suas consequências, tendo em vista as potencialidades da região, cria-se a Região Metropolitana de Goiânia (RMG) em 1999 pela lei complementar n 27. Atualmente, a RMG é composta por 21 municípios sendo eles: Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela vista de Goiânia, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Santa Barbara, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

Dentre os 21 municípios que a compõe, tem-se a metrópole Goiânia, que exerce centralidade na região e possui função de núcleo urbano. Há também as cidades médias, que possuem população acima de 50 mil habitantes, e médio-grandes indo até 500 mil habitantes, sendo elas: Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. E ainda as pequenas cidades, que possuem população menor ou igual a 50 mil habitantes e que compõe o restante dos municípios. Contudo há uma ampla variação populacional entre os pequenos municípios, como municípios que possuem população de três mil habitantes até 40 mil.

Compreende-se que a RMG é formada majoritariamente por pequenas cidades, visto que ao considerar como pequenas cidades aquelas com até 50 mil habitantes, critério utilizado pelo IBGE, observa-se que das 21 cidades que a compõe, 16 são pequenas. Entretanto, o

conceito de pequenas cidades não se apoia apenas em parâmetros demográficos, impondo a importância da compreensão de sua realidade e centralidade urbana. Para tanto, foi necessário a realização de uma análise comparativa entre as cidades que compõem a RMG, observando a baixa incidência de municípios com mais de 50 mil habitantes.

Dessa forma, para a efetuação pragmática da pesquisa, foi fundamental a seleção de pequenas cidades que fazem parte da RMG, uma vez que o tempo atribuído à execução da dissertação impossibilita o estudo de toda a região metropolitana. Assim, o primeiro critério utilizado para a escolha dos municípios estudados foi a classificação das pequenas cidades em termos demográficos, para isso se considerou, como pequenas cidades, as que possuem até 20 mil habitantes. Pontua-se que uma pequena cidade não pode ser representada apenas pelo seu quantitativo populacional, entretanto este é um primeiro indicativo de sua centralidade urbana e dinâmica interna. (CORRÊA 2018, ENDLICH 2006).

No segundo momento, executou-se um breve estudo sobre a região metropolitana para selecionar, dentre as cidades classificadas como pequenas, as que seriam estudadas. A partir daí, definiu-se, como recorte geográfico, as pequenas cidades pertencentes às zonas Leste da RMG, que estão localizadas em área de mananciais para o abastecimento de Goiânia, no Ribeirão João Leite e estão próximos ao eixo Goiânia – Anápolis – Brasília. Assim, as cidades em estudo são: Bonfinópolis, Caldazinha, Terezópolis de Goiás e Goianópolis.

Surge daí a importância de entender os papéis desses municípios no contexto metropolitano, bem como as diferentes relações socioespaciais que esses estabelecem com Goiânia. Com isso, essas relações foram sistematizadas em relações de dependência e funcionalidade exercidas entre os municípios estudados com sua metrópole. Compreende-se que as relações em regiões metropolitanas são complexas e se orientam em relações de complementariedade entre os municípios que a compõem, entretanto, ao analisar as perspectivas das pequenas cidades as relações de complementariedade de se fragmentam em relações de funcionalidade e dependência com a metrópole.

Assim, visa-se apreender as pequenas cidades inseridas em uma realidade metropolitana, tendo como objetivo central compreender as relações de dependência e funcionalidade que se estabelecem entre os pequenos municípios das zonas Leste da região metropolitana de Goiânia com o centro metropolitano.

Para que se atinja o objetivo em questão é indispensável o conhecimento dos pequenos municípios em estudo. Dessa forma, na seção 1 buscou-se compreender o contexto em que as cidades estudadas estão inseridas, objetivando caracterizar suas atividades e processos geográficos, evidenciando aspectos sociais, econômicos e históricos.

Para a realização das análises efetuadas na seção 1 foram explorados aspectos da formação, estruturação e reestruturação do território goiano. Com o intuito de apreender o contexto metropolitano, em que as pequenas cidades em estudo estão inseridas, foram analisadas as condições socioeconômicas da RMG e de sua metrópole.

No segundo momento do trabalho, na seção 2, objetivou-se identificar as potencialidades e vulnerabilidades existentes nas pequenas cidades da Zona Leste da RMG. Para a realização das análises utilizou-se de dados secundários e de um amplo referencial teórico a respeito do tema. A partir disso foi possível distinguir características da área de estudo, trazendo uma primeira interpretação das relações de funcionalidade e dependência com a metrópole.

No último momento do trabalho, na seção 3, intuiu-se reafirmar ou questionar as relações identificadas na seção 2. A apuração das análises que envolvem as relações de funcionalidade e dependência estabelecidas entre pequenas cidades da zona Leste e sua metrópole foram evidenciadas em campo. Para tanto, foram realizados trabalhos de campo nas cidades em estudo, sendo aplicados 10 questionários à população e 1 entrevistas à prefeitura.

Com o intento de materializar as análises dos dados primários, obtidos em campo, e secundários, coletados em órgãos oficiais, estipulou-se como estratégia mensurar as intensidades das relações de funcionalidade e dependência entre as cidades em estudo com a metrópole. A metodologia proposta busca executar uma análise comparativa entre as pequenas cidades em análise e suas relações com Goiânia. Para isso foram observados, analisados e interpretados dados que influenciam diretamente nessas relações como, por exemplo, a qualidade e disponibilidade de bens e serviços.

As análises das relações de funcionalidade e dependência estabelecidas entre os pequenos municípios da Zona leste da RMG com Goiânia são fundamentais para que se atinja o objetivo deste trabalho. Assim, na seção 3 realizou-se análises das entrevistas e questionários junto aos dados secundários apresentados e interpretados na seção 2. Com isso foi possível reafirmar as relações de funcionalidade e dependência, mensurar suas intensidades e mapeá-las.

Para a realização das análises, instituiu-se, como recorte temporal, o período de criação da RMG (1999) até os dias atuais (2019). É importante pontuar que a pesquisa prioriza os dados recentes, por se tratar das relações na atualidade entre as pequenas cidades e sua metrópole. Entretanto, devido ao último ano do censo e as dificuldades impostas com a coleta de dados referentes a 2019 foram utilizados dados de 2010, 2017, 2018 e 2019.

Pontua-se que a pesquisa utiliza de aspectos metodológicos qualitativos e quantitativos para cumprir o objetivo proposto. O prisma quantitativo está presente nas coletas e análises de dados secundários e primários, em contrapartida, o trabalho possui também características de uma metodologia qualitativa, possuindo como suporte análises teóricas e empíricas realizadas em campo.

A utilização de uma metodologia mista foi fundamental para a realização da pesquisa, uma vez que as análises puramente quantitativas ou qualitativas não conseguem apreender a realidade por completo. Ao tratar-se de pequenas cidades, as análises qualitativas, embasadas por dados, apontam apenas para a ineficiência destas. Por meio da pesquisa de campo, foi possível observar particularidades que não são expressas em números. Entretanto, as análises de conteúdos apreendidos em campo, de caráter subjetivo, dão maiores interpretações para a realidade, se constituindo fundamental sua junção a dados que as confirmem.

Apesar da evidente contribuição do trabalho de campo para a pesquisa, algumas dificuldades foram impostas para sua realização. Em muitos momentos, as entrevistas realizadas às prefeituras foram interpretadas, por parte dessas, com desconfiança, dificultando as aceções obtidas em campo. Essa característica foi evidenciada principalmente em Goianópolis, sendo impossibilitada a realização da entrevista, prejudicando os resultados atingidos.

Independentemente das dificuldades obtidas, a pesquisa obteve continuidade, intuindo compreender as pequenas cidades, não restringindo à metrópole, analisando o local, uma vez que nas perspectivas econômicas tradicionais esse acaba se perdendo, porém ganha outras dimensões na perspectiva social. Dessa forma, compreende-se que ao atingir o objetivo esperado, e assim, compreender as relações de funcionalidade e dependência das cidades em questão com sua metrópole, será possível extrapolar essa visão estritamente metropolitana, atingindo também as pequenas cidades, observando seus papéis e funções, bem como seus limites e dificuldades.

SEÇÃO 1 – AS PEQUENAS CIDADES DA ZONA LESTE NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO

Nesta primeira seção, será contextualizado o objeto em estudo, realizando uma breve análise do processo de formação do território goiano, pontuando os momentos e aspectos que influenciaram na formação das pequenas cidades pesquisadas e assim na constituição do que elas são hoje. Compreende-se que as condições da formação do território goiano influenciaram diretamente no processo de construção das cidades em análise.

Partindo do pressuposto que a compressão das pequenas cidades e da metrópole só será atingida com o entendimento dos processos que os envolvem, esta seção visa situar o leitor a respeito das principais transformações ocasionadas no território goiano, resgatando aspectos históricos, sociais e econômicos. Considerou-se que, para o entendimento das relações de dependência e funcionalidade exercidas entre os pequenos municípios e a metrópole, é essencial o conhecimento da região metropolitana em que esses estão inseridos, bem como, da metrópole.

Dessa forma, para a análise preliminar foram executados 3 subtópicos. No subtópico 1.1 abordou-se aspectos da formação do território goiano, objetivando fornecer ao leitor um breve entendimento sobre os processos que envolveram toda a região e assim as pequenas cidades em análise. Compreendendo a impossibilidade de ignorar fatos e aspectos históricos para a compreensão da atualidade e assim da realidade concreta.

No subtópico 1.2 realizou-se uma breve análise sobre a metrópole, uma vez que suas características, processo de expansão, centralidade, hierarquia na rede urbana e descentralização contribuem para a constituição dos municípios de sua região metropolitana e assim das pequenas cidades em estudo. Considerou-se que para entender as relações entre pequenas cidades e metrópole é indispensável o conhecimento desta última.

Dessa forma, no último momento desta seção, no subtópico 1.3, foram abordadas características gerais da região Metropolitana de Goiânia, com o intento de compreender a realidade metropolitana em que as pequenas cidades da zona Leste da RMG estão inseridas. Neste momento, foram apontados brevemente os aspectos socioeconômicos da região.

1.1 – Breves considerações Sobre a Formação do Território Goiano

A configuração e reconfiguração do território brasileiro ocorreram de forma peculiar, sendo objeto de propagação das necessidades de expansão do capital e assim do poder hegemônico, contudo possuindo características específicas, herdadas de períodos anteriores. Apesar de suas particularidades, este processo de reconfiguração territorial orientou-se por um movimento global que visava à expansão de um capitalismo mais maduro, disseminando também novas formas de produção, de divisão do trabalho e de consumo.

Para Santos (1993), as mudanças territoriais e as novas territorialidades intensificam-se a partir do século XIX e é neste momento que o homem “cientificiza” a técnica, já apropriada anteriormente, e mecaniza o território. Tem-se assim o período Técnico-Científico, o qual se constitui pelo aprimoramento de novas técnicas, gerando novas formas de produção e novas divisões do trabalho.

Com as mudanças ocasionadas pela expansão da modernização e dos meios de produção capitalista, principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial, há a intensificação do período Técnico-Científico, ocasionando diversas transformações estruturais que corroboraram para a ascensão do período Técnico-Científico-Informacional, que transcende os dias de hoje e é marcado pela presença da ciência, informação e técnica.

Em âmbito mundial, este período caracteriza-se pela generalização do meio Técnico-Científico-Informacional, remodelação territorial, tanto no meio urbano como rural, cientificação do trabalho e pela informatização do território, modificando as estruturas, as formas e as funções dos objetos e ações presentes no espaço (SANTOS, 1993).

Nesse contexto, o fenômeno descrito por Santos como Técnico-Científico-Informacional foi de caráter mundial e atinge posteriormente o Brasil, influenciando a sua configuração territorial, essa, que por sua vez, é formada por conjuntos de sistemas de engenharias que superpõem à natureza e dão as condições de trabalho próprias de cada época. Há também o avanço da produção material, ocasionando uma mudança estrutural na produção, circulação, distribuição e consumo no Brasil. Tem-se assim o desenvolvimento de novas formas econômicas ocasionadas pelo avanço da produção material e pela expansão da produção não material (SANTOS, 1993).

Compreende-se que o Centro-Oeste brasileiro, por estar localizado no interior do país, foi considerado durante muito tempo uma localidade de difícil acesso, o que dificultou a chegada dos processos descritos acima. Esta região geográfica é formada pelos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Na produção e formação do território goiano, é possível identificar fenômenos que influenciaram todo o Centro-Oeste, como o processo de incentivo à interiorização do Brasil e à expansão da fronteira agrícola. Entretanto, há outros marcos históricos que fazem parte exclusivamente de sua formação como, por exemplo, a transferência da capital federal e estadual para Brasília e Goiânia. Contudo, é importante reafirmar que o processo de urbanização do território goiano está inserido no processo de urbanização brasileira, que por sua vez foi acelerado e desigual.

O Centro-Oeste insere-se no contexto econômico nacional, focalizando principalmente nas dinâmicas externas e por vezes nas internas. Esse contexto voltado, em especial, para a produção externa intensifica-se com a revolução agrícola, processo esse, fruto de intencionalidades, separando as regiões do país para determinados tipos de produção, criando assim uma maior complexidade da divisão territorial do trabalho. Esse fenômeno ocorre concomitante à inserção de novas técnicas e dinâmicas de produção que se apropriaram de todo o território brasileiro alcançando também o território goiano (MENDONÇA, 2008; SANTOS, 1993).

Nos estudos sobre a formação do território goiano, os aspectos mais abordados pela literatura, como um diferencial na sua constituição, foram o distanciamento e a falta de integração com outras partes do país (CHAUL, 1997; PALACÍN e MORAES, 2008). Essas características contribuíram para o entendimento de uma região tida como intocada e de vastas áreas vazias, não possuindo uma infraestrutura de monta e investimentos vindos do passado. (SANTOS, 1993)

Esses aspectos foram considerados como um facilitador para a disseminação da modernização e urbanização neste território, uma vez que a falta de infraestrutura e investimento na região fez do território dócil, passível de imposições, sem grandes oposições à modernização (SANTOS, 1993; CASTILHO, 2014).

Contudo, Arrais (2016) aponta que, apesar das dificuldades impostas pela distância e pela falta de infraestrutura na localidade, esta não estava em completo isolamento. Já no século XVIII, o território goiano passa a ser uma região de interesse para a metrópole portuguesa e posteriormente, com a formação de uma economia aurífera, cria-se uma primeira rede com vistas a sustentar essa atividade.

Dessa forma, Arrais (2016) mostra que, no século XIX, as principais atividades constituíam-se no entorno da agricultura de subsistência e pecuária. Nesse momento formou-se uma primeira rede urbana entre povoados e regiões próximas, exportando produtos como gado, couro e manteiga.

Apesar das atividades na região, a letargia socioeconômica de caráter urbano ainda predominava nas relações sociais e econômicas. Seu isolamento não era total, mas sua quase totalidade possuía predominante influência em suas relações. É apenas a partir do século XX, com a chegada da ferrovia na região em 1911, que se inicia um processo de dinamização das relações socioeconômicas.

Nos estudos a respeito da região, há o consenso sobre a contribuição da construção da estrada de ferro para sua transformação produtiva e social. Chaul pontua que:

A estrada de ferro viria para unir os espaços distantes, levar as boas novas, trazer novos produtos e mercadorias, conduzir levas de migrantes, dinamizar o comércio, fazer circular mais capital. Conjuntamente com a pecuária a agricultura poderia dar seus sinais de vida, elevar ao máximo tão decantado potencial agropecuário de Goiás (CHAUL, 1997, p. 123)

Arrais (2016) observa que esse período de fomento socioeconômico pode ser identificado pelo ápice populacional em 1920. Para o autor, a chegada da ferrovia na região, e posteriormente em Anápolis, foi fundamental para a sua dinamização que seria concretizada futuramente com a construção de Goiânia e Brasília.

Dessa forma, o processo de urbanização do território goiano foi marcado, primeiramente, por uma aparente inércia e é principalmente, a partir de meados do século XIX, intensificando-se nos anos de 1930, que esse quadro começa a mudar. Contudo, é em 1940 que a atividade industrial inicia um processo de expansão para um ritmo superior à média dos demais setores produtivos no Brasil (ARRIEL, 2017). O letárgico desenvolvimento regional ganha fôlego e dá início a um período de profundas mudanças, sendo um de seus marcos a política de expansão econômica denominada de Marcha Para o Oeste. (MENDONÇA, 2008).

Para Estevam (2004), o marco do desenvolvimento econômico brasileiro ocorreu em 1930, com a diminuição das barreiras ao comércio interno e com a expansão das relações, consequentemente aumentando a interdependência com o centro econômico do país. Nesse período, houve uma maior industrialização e integração nacional.

Compreende-se que a integração da região ao resto do país e os demais movimentos descritos acima contribuíram para o processo de ocupação e povoamento na zona Leste da Região Metropolitana. A expansão populacional da região, influenciada principalmente pela criação de Goiânia e o desenvolvimento de Anápolis foram vetores de influência direta para o adensamento e povoamento da área de estudo.

Em sua maioria, os pequenos municípios da zona Leste, expressos na figura 1, surgem pouco antes da criação de Goiânia e foram constituídos como parte das dinâmicas que influenciaram os processos de formação do território goiano. Nesse momento, período próximo

à construção de Goiânia, tem-se o surgimento de alguns povoados como o de Terozópolis em 1930, Bonfinópolis em 1938 e Caldasinha em 1937 (IBGE, 1958; Prefeituras Municipais, 2019).

Como visto, o período de ocupação da região antecede a criação de Goiânia, apesar da sua influência para o adensamento populacional em suas proximidades. Dentre os povoados anteriores à idealização e implementação da metrópole, tem-se o de Nerópolis, datado de 1894 e Goianira, em 1928 (IBGE, 1958).

Cunha (2016) aponta que os processos de povoamento e colonização de Goiás influíram diretamente na origem dos municípios que hoje compõe a RMG, e assim, nas pequenas cidades da Zona Leste da RMG. A autora conclui que, em sua maioria, os municípios originaram-se por doações de terra e atividades religiosas. Entretanto, fatores como a localização, a proximidade de vias de locomoção, ferrovia e rodovia, são vetores para a urbanização e o povoamento da região. Não obstante, o principal vetor de urbanização, e assim, do povoamento foi a atividade agropecuária, presente em quase todos os municípios da Zona Leste da RMG (CUNHA, 2016).

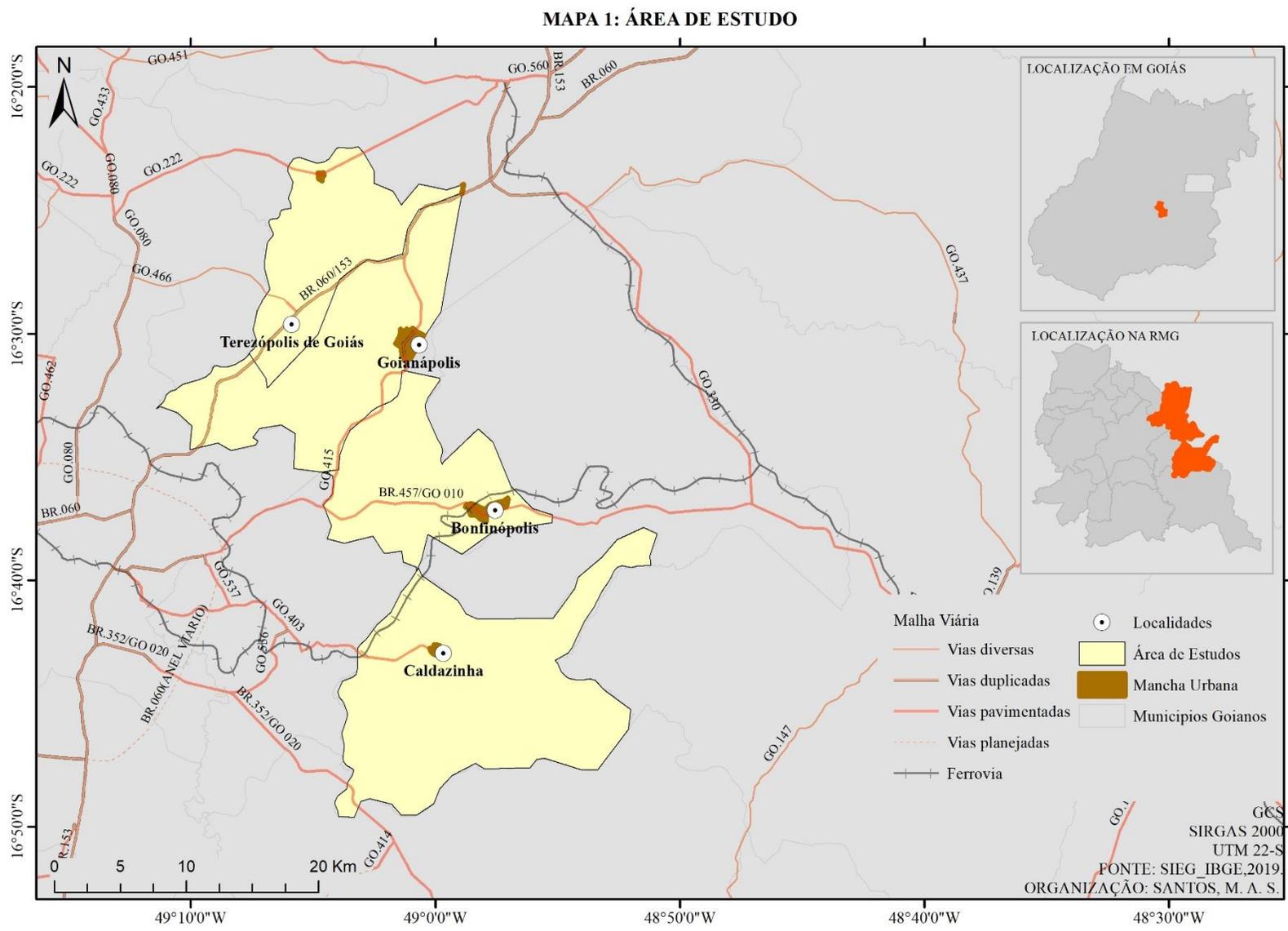
Em relação às origens de pequenas cidades Corrêa compreende que a formação dessas se constituem por um conjunto de vetores que impulsionam o povoamento de determinada localidade. Assim o autor observa que:

As pequenas cidades têm diversas origens, não apenas considerando o início de sua criação, mas também diante de motivações, agentes sociais e padrão de localização que condensa necessidades e possibilidades de criação de núcleos de povoamento. Trata-se de *habitat* concentrado que ora antecede o povoamento de hinterlândia, ora verifica-se posteriormente. Fala-se exclusivamente em *habitat* concentrado primário e *habitat* concentrado secundário (CORRÊA, 2011 p. 131).

Apesar da importância de diversos processos para a formação das cidades em análise, compreende-se que os estudos de ocupação do Centro-Oeste, Cerrado e estado de Goiás têm como protagonismo o debate da modernização agrícola, em 1970, e suas consequências nas dinâmicas territoriais.

No entanto, é importante reafirmar que as bases para as futuras transformações ocorreram através dos incentivos de interiorização, por meio de políticas públicas de colonização, que se iniciaram nos anos de 1930 e foram fortificadas em 1940. O marco dessa última data é devido, também, à mudança da capital regional e a inauguração de Goiânia, em 1942.

FIGURA 1



Dessa forma, compreende-se que a modernização territorial se iniciou anteriormente à modernização agrícola, todavia ambas fazem parte da produção do território goiano. A materialização do processo de interiorização do território goiano ocorreu pouco tempo depois, em 1960, com a transferência da capital federal para Brasília. Assim, nesse momento tem-se a implantação dos dois principais núcleos urbanos da região (IPEA, 2014).

De acordo com Arrais (2007), o aumento populacional da região iniciou-se nos anos 1920, mas tem seu ápice em 1970/80. O autor identifica duas grandes mudanças, nesse período, a modernização agrícola e a fragmentação do entorno de Brasília. Assim como Castilho (2014), Arrais (2007) aponta para uma modernização de caráter excludente, selecionando e priorizando determinados produtos como a soja e seus derivados. Dessa forma, ambos os autores consensualizam que o processo de modernização é, antes de tudo, ferramenta para a propagação capitalista e assim para suas formas de produção e consumo.

Arriel (2017), ao analisar a industrialização goiana, constata que os principais eventos que a influenciaram, principalmente sobre o ponto de vista da localização, foram:

[...] a implantação da infraestrutura logística ferroviária, na segunda década do século XX até a década de 1930; a chegada da ferrovia em Anápolis, em 1935, a implantação da nova capital, Goiânia, em 1942 (inauguração oficial); a criação da Colônia Agrícola de Ceres, a transferência da capital federal para o Planalto Central, em território goiano, em 1960; os planos governamentais com políticas de apoio à indústria, a partir de 1960; a chamada tecnificação da agropecuária, que em Goiás se dá a partir da década de 1970, com reflexos nos anos seguintes; a urbanização; a integração da agropecuária e indústria; por fim, contribuindo mais para alteração do perfil produtivo, os incentivos fiscais, de forma ordenada a partir de meados da década de 1980 (ARRIEL, 2017, p 34)

Com isso, é possível observar que os marcos da industrialização e urbanização na região ocorreram através de processos sociais e constituíram-se pela implantação e expansão da ferrovia, pela mudança da capital do estado para Goiânia, pela Criação da Colônia Agrícola de Ceres, pela mudança da Capital Federal para Brasília e, por fim, pelo advento do agronegócio.

Contudo, apesar da existência de um processo de industrialização, esse não é considerado forte o suficiente para explicar a urbanização de Goiás. Para autores como Palacin, a urbanização da região não ocorre como consequência da industrialização. Palacin e Moraes (2008) entendem que o fenômeno de urbanização diferencia-se do modelo tradicional, atrelado à indústria. Dessa forma, a urbanização brasileira assim como a de Goiás ocorreram sem um aparato industrial. Para os autores, esse processo iniciou-se em 1940 e teve o seu auge após 1950:

O crescimento da população urbana de Goiás, como aliás do Brasil todo, segue outro modelo, próprio de países ainda não industrializados no século XX. É o que

poderíamos chamar de êxodo rural ou fuga dos campos. A explosão demográfica (devida em grande parte aos avanços da medicina profilática), as facilidades de comunicação e a pressão do chamado “efeito transformação”, causado pelos meios de comunicação social, atuam de formas conjuntas sobre as populações rurais, que vivem em condições infra-humanas, impelindo-as a emigrar maciçamente para as cidades, em busca de melhores condições de vida. As cidades crescem, assim, desmesuradamente, antes de ter tempo de absorver adequadamente o excesso populacional (PALACÍN e MORAES, 2008, p.172)

Oliveira, Ferreira e Garvey (2018) mostram que o Cerrado é incorporado pelo capitalismo, a partir de 1950, sendo, esse processo, a concretização de um projeto que visava a territorialização do capital internacional e nacional. A partir dessa perspectiva, tem-se em 1950 o Plano de Metas, ocorrido no governo de Juscelino Kubitschek, como parte dessa política vigente que instituía integrar a região aos mecanismos de produção e consumo capitalista. Essa política teve como pano de fundo a construção de Brasília e do Plano Rodoviário Nacional que se concretizou na construção de redes e rodovias que interligam a capital e assim a região com o resto do país.

Estevam (2004), um clássico estudioso sobre Goiás, destaca as modificações posteriores ao período do ouro e observa que o estado possuía como base produtiva a agropecuária extensiva até 1930 e posteriormente se desenvolveu na área de serviços. O autor observou que a atividade industrial sempre foi muito fraca e ficou restrita principalmente à produção de bens oriundos da agropecuária.

Estevam (2004) esclarece que, de forma geral, as transformações da região, nos períodos de 1930 até 1960, estão estritamente relacionadas com o processo de integração da região com o centro dinâmico do país, o Sudeste brasileiro, fato que, por sua vez, impulsionou o desenvolvimento dos meios de locomoção, com a implementação de rodovias, potencializando a urbanização.

Nesse contexto, destacam-se algumas cidades, como por exemplo, Anápolis, por possuir localização privilegiada, estando no final da estrada de ferro e por ser local de entroncamento rodoviário, sendo o centro de ligação com o meio-norte do estado o que facilitou sua expansão comercial.

A construção de Goiânia, cidade planejada para ser o centro comercial e político-administrativo não tirou de Anápolis a sua importância como centro comercial. Dessa forma, Estevam (2004) esclarece que as duas cidades formaram um grande polo comercial e possuíam relações de complementaridade.

Outro marco na modernização da região foram as políticas implementadas no período militar de 1964. Tais medidas colaboraram para a territorialização do pacote tecnológico

proposto pela revolução verde no Cerrado em 1970. Dessa forma, obteve-se, como resultado, a expansão da agricultura em bases empresariais (OLIVEIRA; FERREIRA E GARVEY, 2018).

Esses momentos foram significativos para a territorialização do progresso e assim do capitalismo no Centro-Oeste e principalmente em Goiás. Nesse processo, todas as bases estruturais foram modificadas, dando início à construção e reestruturação de sua malha urbana (IPEA, 2014).

De acordo com Estevam (2004), a industrialização brasileira tem início em 1930, contudo esse processo intensifica-se com a implantação de indústrias pesadas em 1956 a 1961. A trajetória da industrialização brasileira passou por diversos obstáculos, sendo necessárias soluções de base, como reformas tributárias e administrativas.

Com os obstáculos impostos à industrialização brasileira e às reformas necessárias em conjunto com a estrutura vigente no país, parte do parque industrial brasileiro viu no setor agropecuário um novo negócio para a obtenção de lucros. Dessa forma, nos anos de 1960 foram instaladas fábricas de insumos agrícolas, fortalecendo a produção de equipamentos que dessem sustentabilidade para uma nova forma de produção agropastoril no país. O processo de implementação da indústria pesada determinou mudanças em âmbito regional (ESTEVAM, 2004).

Estevam esclarece que esse fenômeno apontando fortaleceu a concentração da indústria em São Paulo e promoveu maior integração entre as regiões. Entretanto, parte do capital excedente paulista foi aplicado fora do polo industrial, o que estabeleceu uma forma mais avançada de dominação do mercado e manifestou-se via acumulação de capital (ESTEVAM, 2004).

Como dito, esse processo faz parte da expansão global de uma nova estrutura capitalista. No Brasil, por intermédio da industrialização paulista, propaga-se o capitalismo industrial que se estabelece em plena harmonia com o capitalismo mercantil, predominante nas outras regiões do país.

Castilho (2014) mostra que o discurso e a ideologia fazem parte do processo de expansão da modernização e dos meios de produção capitalista. Aplicando esta lógica ao Centro-Oeste e principalmente ao Cerrado, é possível observar a imagem implantada no imaginário social a respeito dessa região, obtendo como resposta a fácil aceitação popular perante as medidas produtivas implantadas.

Assim, foi largamente disseminada a ideia de um Cerrado improdutivo, com solos pouco férteis, bem como a ideia de vazio territorial, uma vez que este ainda não tinha sido apropriado por uma dinâmica de produção capitalista e ocidental. A ideia de um Centro-Oeste atrasado foi

amplamente disseminada e tinha como medida remediadora a modernização, tal medida foi largamente implantada.

Com a breve exposição da formação do território goiano, foi fácil observar a implementação de projetos com caráter positivista que visavam o uso e a produção do território para a composição de dados econômicos que, por sua vez, fomentavam um projeto global de territorialização do capitalismo.

A importância dessas análises para este trabalho está no entendimento do contexto da criação de Goiânia, das pequenas cidades da Zona Leste e das modificações que os fatos ocorridos nos períodos expostos acima colaboraram para transformação e construção do território goiano atual. É importante compreender que a RMG está imersa nessas modificações.

1.2 – A Metrópole

Goiânia, cidade planejada e fincada no coração do Brasil, está localizada na região centro-sul do estado de Goiás, como é possível observar na figura 2, e foi idealizada por volta dos anos de 1930. Um dos principais motivos de sua construção ocorreu devido ao imperativo da modernização em voga naquele contexto histórico.

O município teve uma lenta implementação, sendo esta dividida em etapas. Foi, em 1933, que ocorreu a tomada de decisão; escolheu-se o lugar e implantou a pedra fundamental. Em 1935, tem-se a mudança de órgão do governo para a nova capital, mas somente, em 1942, ocorreu o “batismo cultural” e a cidade foi oficialmente inaugurada (ESTEVAM, 2004).

O primeiro Plano Diretor que visava guiar e orquestrar o crescimento do município foi instituído em 1933, prevendo uma população máxima de 50.000 habitantes. Como visto, a criação da nova capital possuiu como finalidade expandir o mercado consumidor e novas áreas de produção. A cidade surge como uma exigência da modernidade e das novas formas produtivas e de consumo.

No contexto histórico abordado no tópico anterior, buscou-se mostrar como a inauguração de Goiânia está inserida em um contexto global de expansão e propagação das formas de produção capitalista; nacional de integração e apropriação do território brasileiro; e local de modernização e progresso do estado de Goiás.

A idealização e construção de Goiânia podem ser consideradas como um dos momentos da Marcha Para o Oeste que visava promover a inserção de Goiás na economia de mercado.

Estevam (2004) observa o forte incentivo do poder local e de outros estados na criação do município, objetivando interligar a região com o centro dinâmico do país, o sudeste brasileiro. O autor aponta para uma grande dependência da região de São Paulo, destacando o alto consumo de bens vindos desse município.

Logo no início de sua construção, Goiânia já atraiu um grande contingente populacional. A capital foi implantada na localidade mais populosa do estado, próxima a Anápolis. Outro incentivo para o povoamento da região foi devido à qualidade do solo caracterizado por terras férteis e conhecido como Mato Grosso de Goiás.

Estevam (2004) entende que Goiânia era tida como uma nova oportunidade, uma “possibilidade geográfica” presente na parte central do país. Contudo, o verdadeiro atrativo foi devido à existência de terras férteis ainda inexploradas:

Goiânia, ao representar uma “possibilidade geográfica” no interior do país, foi palco para uma elevada imigração desde seus primeiros anos de existência. O atrativo real para o surto migratório foi à existência de largas faixas de terras férteis e matas – até então inexploradas – na área de abrangência da nova capital. A zona, de rico potencial agrícola – conhecida como “Mato Grosso de Goiás” - começou a ser penetrada pela construção de Goiânia [...] (ESTEVAM, 2004, p. 104-105).

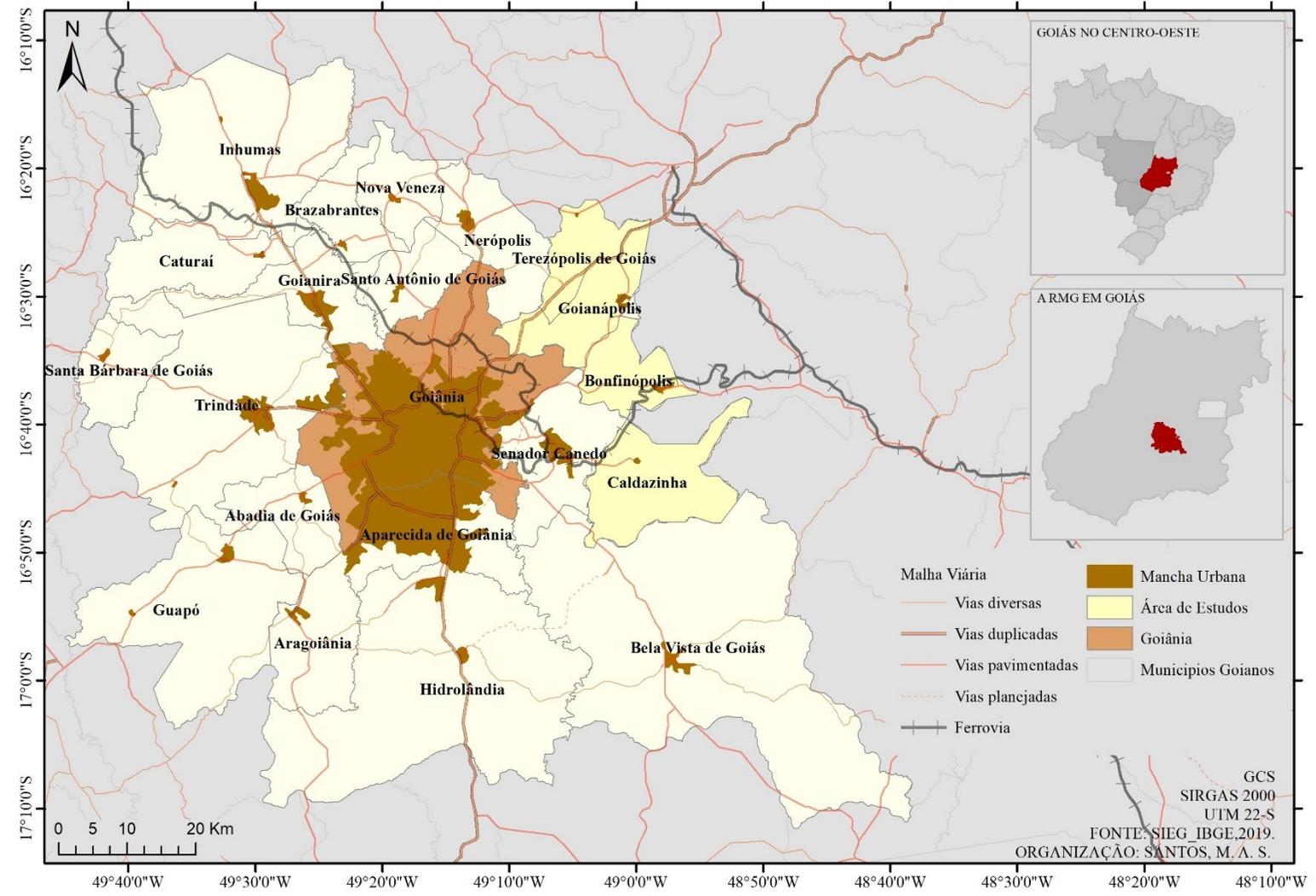
Com isso, é possível visualizar que a cidade obteve um rápido crescimento populacional desde seus primórdios, incentivando a criação de novas estradas, bem como a fragmentação da terra e, com isso, a especulação imobiliária. De acordo com Estevam (2004), é nos anos de 1930 que crescem os números de estradas que ligam Goiânia a outras localidades. O autor aponta também que, com a implantação da cidade, o valor da terra cresce consideravelmente nos próximos períodos.

Portanto, é possível afirmar que os estímulos migratórios originários da criação de Goiânia abriram possibilidades para transformações na região. Assim, compreende-se que essa reconfiguração acontece desde aspectos culturais até produtivos, gerando uma reconfiguração do território.

Entende-se que, a partir do momento em que há uma maior integração e estímulo para a migração, há também a abrangência na troca de ideias, informações e mercadorias. Observa-se que o processo migratório da região influenciou, por completo, as relações sociais e econômicas, incluindo as relações de produção e consumo.

FIGURA 2

MAPA 2: GOIÂNIA NO CONTEXTO DA REGIÃO METROPOLITANA



Contudo, Estevam (2004) aponta que apesar do incremento de estradas obtido, nos anos de 1930 e 1940, esse só se concretizou com o início da construção de Brasília em 1956 e sua consolidação em 1960. Foi nesse período que ocorreu, de fato, uma integração do estado com as demais regiões, sendo que nesse momento houve uma melhora na qualidade das estradas já existentes e a criação de novas vias de acesso. É por meio da criação das novas vias que se estabelece a ampliação da fronteira agrícola e que se facilita a integração intra e inter-regional.

É nesse contexto que se constrói as rodovias: BR-010 (em direção ao nordeste goiano); a BR-020 (Brasília - Formosa que vai a Fortaleza); a BR-040 (indo à região Sudeste brasileira); a BR-050 (intuindo diminuir a distância Brasília – São Paulo); a BR-060 (rumo ao Mato Grosso e Paraguai); a BR-153 (que corta Goiás no sentido norte-sul chegando à Belém do Pará); a BR-452 (em conexão com o sudoeste goiano e o Triângulo Mineiro) e a BR 364 (em direção a Mato Grosso via sudeste goiano) (ESTEVAM, 2004).

A partir da construção e complexificação do modal rodoviário na região, cria-se a região de desenvolvimento do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília como é possível observar na figura 3. Este percurso é tido como um dos mais importantes para a região, ligando duas grandes metrópoles do Centro-Oeste, Goiânia e Brasília, e uma cidade média, Anápolis. Pode-se observar também a sua proximidade com a área de estudo.

O eixo Goiânia – Anápolis – Brasília está inserido em uma localidade de grande diversidade natural. Esse eixo é tido como fator determinante para a dinamização da região, sendo que de acordo com o CODEPLAN (2014), é o terceiro maior mercado consumidor do país. Nessa mesma perspectiva, entende-se que a consolidação do eixo ocorre principalmente devido “as facilidades de transporte, a implantação de infraestrutura, ao agronegócio, ao significativo mercado consumidor e a centralização do poder” (ARAÚJO SOBRINHO, 2008, p.80).

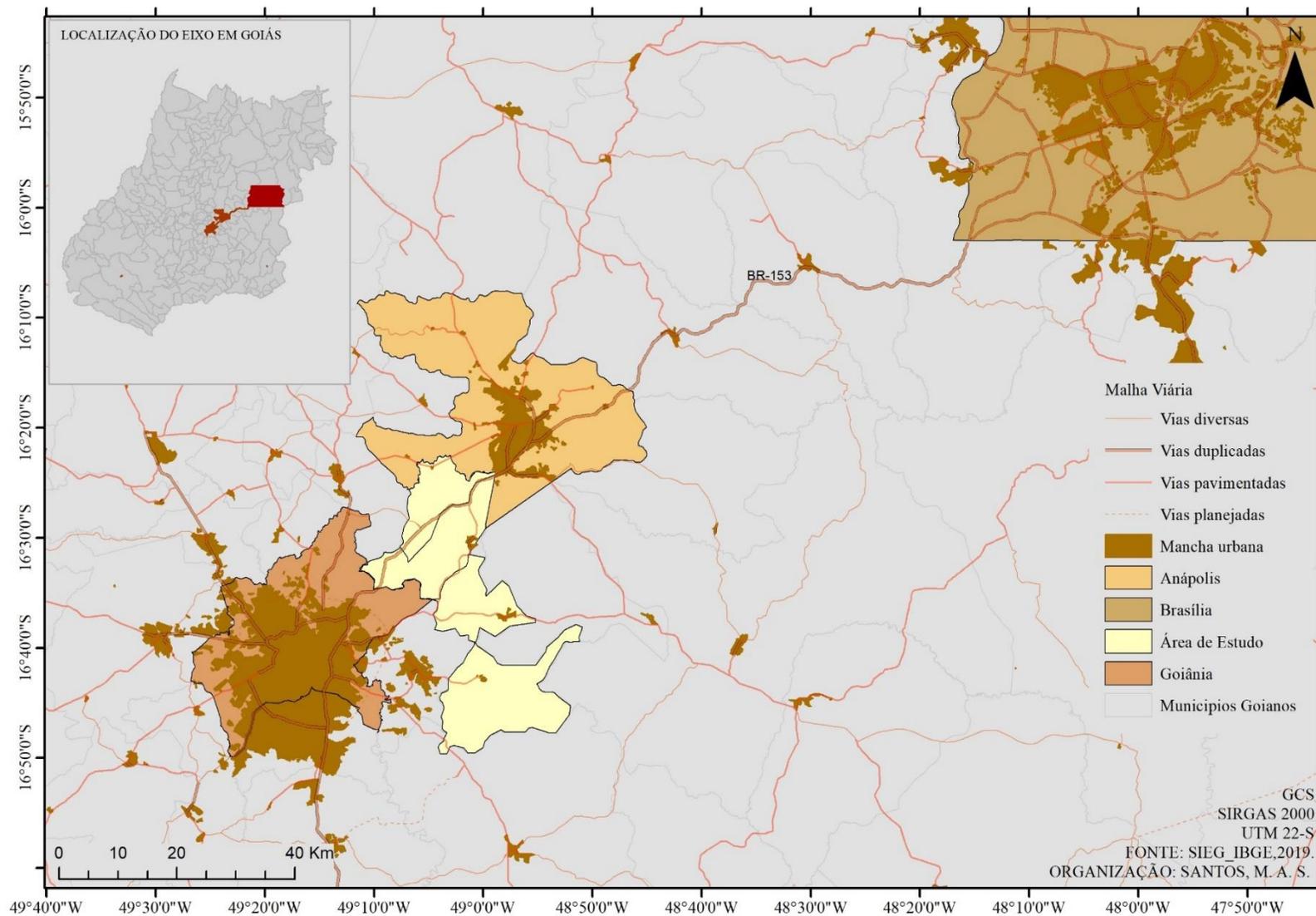
Com a consolidação do eixo, é passível de ser observado o crescimento econômico, populacional e urbano. O percurso do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília é feito principalmente pela BR-060 e BR-153. O dinamismo desse percurso pode ser apreendido no cotidiano de quem o percorre, sendo possível identificar o alto tráfego de veículos.

Araújo Sobrinho (2008) mostra que nesta localidade houve grande incentivo do Estado por meio de políticas públicas na construção e instalação de infraestrutura, incentivos fiscais para empresas e instalação de equipamentos urbanos. Essas medidas contribuíram para o dinamismo da região, atraindo novos investimentos.

Estes incentivos gerados, tanto pelo Governo de Goiás como pelo Distrito Federal, foram fundamentais para a geração de empregos ao redor do eixo, bem como para o aumento populacional e para a urbanização (ARAÚJO SOBRINHO, 2008). Com a consolidação socioeconômica do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília percebe-se a importância de Goiânia como metrópole polarizadora da região, sendo peça fundamental para consolidação do eixo.

FIGURA 3

MAPA 3: ÁREA DE ESTUDO EM RELAÇÃO AO EIXO DE DESENVOLVIMENTO GOIÂNIA, ANÁPOLIS E BRASÍLIA.



A influência do eixo Goiânia – Anápolis – Brasília para a região ultrapassa as condições econômicas, refletindo na organização territorial próxima ao eixo. Assim, as pequenas cidades da Zona Leste da RMG, que se localizam próximas a esse percurso, passam por um processo de valorização e especulação da terra. Esse fenômeno pode ser observado em Terezópolis de Goiás, sendo que de acordo com Lima (2014), nesse município encontra-se o condomínio de chácaras com o segundo maior valor venal de toda a região.

Entretanto, em termos gerais o município de Goiânia é tido como centralizador e polarizador das atividades do estado de Goiás. Além de possuir um grande centro urbano que impulsiona a circulação de Capital. Este fenômeno ocorre em virtude da existência de uma infraestrutura mais complexa do que os demais municípios da região, oferecendo principalmente serviços, tais como hospitalar, escolar e comercial.

Dessa forma, Goiânia fundamenta-se como polo urbano regional, gerando diversos atrativos populacionais, possuindo importante papel político e econômico. O núcleo urbano de Goiás e parte da região Centro-Oeste é formado majoritariamente por Goiânia em conjunto com Anápolis, sendo este o primeiro núcleo, e o segundo constituído por Brasília e o entorno goiano (ARRAIS, 2003).

O centro urbano da região Centro-Oeste, como visto, insere Goiânia como um dos principais integrantes de sua formação, assim é possível observar que a capital se fundamenta como uma metrópole de grande importância regional. O núcleo urbano em que a capital está inserida e se constitui como um dos seus pilares é tido como poli nucleado, multifuncional e fragmentado (ARRAIS, 2003).

Na compreensão da importância de Goiânia como centralidade, Arrais (2003) mostra que na formação do núcleo urbano regional Goiânia, Anápolis, Trindade, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo representavam, em 2000, 77% de toda a população do estado. Esse dado revela como Goiânia e as cidades conurbadas a ela se destacavam, já nesse momento, como centro e polo gravitacional da região.

A magnitude de Goiânia como cabeça de rede e polo regional pode ser identificada na sua região de influência. De acordo com o REGIC (2007), o município pertence ao grupo 1 correspondendo à metrópole e ao subgrupo C. Em sua classificação metodológica o IBGE atribui as metrópoles (grupo 1) como municípios de grande porte e de intensas relações entre si, possuindo, em sua maioria, extensa área de influência direta.

Nesse grupo estão inseridos os 12 principais centros urbanos do país. O grupo das metrópoles brasileiras é metodologicamente subdividido em 3 subgrupos (A, B e C): grande metrópole nacional, correspondente ao subgrupo A; metrópole nacional, correspondente ao

subgrupo B; e metrópole, subgrupo C. Goiânia pertence à última categoria por possuir porte de projeção nacional.

De acordo com o REGIC (2007), a rede de Goiânia reúne 3,5% da população e 2,8% do PIB nacional. No interior de sua rede, o município de Goiânia concentra 30,2% da população e 28,7% do PIB. A metrópole é o único centro a possuir um PIB (R\$ 9,2 mil) per capita abaixo da média do restante da rede (R\$ 9,5 mil). Apesar dos dados serem de 2007, eles são fundamentais para se compreender a hierarquia de Goiânia na rede urbana e sua área de influência, mostrando a força que a metrópole exerce na região e em consequência nos municípios em estudo.

A rede urbana de Goiânia abarca os estados de Goiás e Tocantins, adentrando o Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso. Os municípios que integram a rede de Goiânia são: Palmas, Araguaína, Anápolis, Itumbiara, Rio Verde e Redenção; e Balsas e Gurupi (REGIC, 2007). Tem-se, por meio dos estudos da rede urbana, uma maior percepção das dinâmicas territoriais, identificando relações de influência e posições hierárquica de cada centro. É através da rede urbana e de suas centralidades que se permite compreender o papel e característica de determinado município em sua rede.

Araújo (2013), ao analisar a rede urbana de Goiânia, compreende a importância da atividade terciária em sua consolidação, sendo que a função terciária vai além dos limites metropolitanos. Dessa forma, o autor aponta que a metrópole centraliza atividades na oferta de serviços de saúde, gerando atrativos neste setor para a região Norte do país. Além da saúde Goiânia também exerce grande influência no comércio atacadista de vestuário, sendo visado por comerciantes goianos e de outros estados.

Arrais (2003) destaca que a centralidade goiana se diferencia das demais regiões do Brasil por possuir e incorporar novos “sistemas técnicos” característico dos “circuitos” econômicos globais e modernizados, por conter em suas relações uma espécie de “solidariedade” funcional ligando a região aos demais municípios do estado de Goiás e ao norte brasileiro e também pelos obstáculos impostos ao Estado na intervenção bilateral por parte do poder público estadual, federal e municipal no intuito de garantir as demandas regionais.

Dessa forma, devido à sua centralidade, Goiânia torna-se um município atrativo para migrantes em função de sua trajetória histórica que o consolida como grande centro urbano de alto dinamismo, esta última característica é fruto da concentração de atividades econômicas e de serviços (CRUZ, 2015). Compreende-se a relação estabelecida entre migração para o município e o crescimento da principal atividade econômica.

Apesar da explosão demográfica no município em 1970, esse processo migratório tem o seu auge inicial em 1950. Para Cruz (2015), há diversos motivos que justificam esse

fenômeno, como a construção de Brasília, a evolução do sistema de transporte e as diversas propagandas de incentivo a ocupação do território. Já no período de 1970 a 1990, o atrativo populacional do município ocorre principalmente devido a modernização da agricultura e a expansão da fronteira agrícola.

Goiânia constitui-se como cidade chave no processo de urbanização goiano. Esse fato justifica-se por sua hegemonia na oferta de trabalhos, bens e serviços e oportunidades. O contingente populacional em direção à cidade, principalmente em 1970 foi um primeiro gatilho para a urbanização (ARRAIS, 2016).

Para justificar o alto índice de imigrantes na região, autores como Palacín e Moraes (2004) entendem que a chegada da modernização no campo foi fator fundamental. Os autores compreendem que, se por um lado, tem-se a evolução da infraestrutura urbana, por outro, tem-se a completa transformação e desestruturação da produção rural.

O deslocamento populacional deve ser analisado além da perspectiva quantitativa, compreendendo como este pode modificar a produção do espaço. Portanto, entende-se que o contingente populacional se transforma em excedente de mão de obra, o que modifica a produção e as relações de trabalho. Arrais observa que as transformações oriundas da modernização refletem diretamente na urbanização, na reprodução e fragmentação do espaço:

[...] Nas cidades mais populosas, a especialização funcional dos trabalhadores correspondeu à fragmentação do espaço para moradia. A divisão do trabalho reverberou na divisão do espaço e o cotidiano anunciou a emergência do urbano a partir da concentração dos elementos para a reprodução do capital e da força de trabalho. A cidade polariza a escala regional e cria a seu tempo, centralidades urbanas (ARRAIS, 2016, p. 89).

Com isso, o autor observa que a concentração populacional em Goiânia gera e estimula novas demandas, evidenciando a alta atratividade do município. Portanto, é possível observar que Goiânia destaca-se como hegemônica não apenas nas demandas populacionais, mas também de capitais fixo, bens, serviços, meios de informação e da atividade política institucional (ARRAIS, 2016)

Essa reestruturação ocorre em consequência de uma modernização gerada em função do capital, o que vai fazer com que as formas materiais e imateriais do espaço modifiquem-se ininterruptamente e o reconstrua em ciclo dinâmico e infinito. As transformações na produção espacial são constantes, mas intensificam-se neste período em função do capital e seus modos de produção.

A urbanização do espaço, que anda de mãos dadas com a modernização, foi difundida no Centro-Oeste e assim em Goiânia com um caráter perverso, excludente e segregacionista.

Como visto, a divisão do trabalho e a especialização funcional desse, acentuada com o alto contingente populacional, reflete diretamente na fragmentação do espaço para moradias evidenciando parte das desigualdades no município.

Para Lima (2014), a fragmentação é um processo que esconde aspectos da formação do território, uma vez que 6 dos 21 municípios da RMG surgiram do desmembramento de Goiânia. Esse processo de fragmentação é fruto de dinâmicas socioespaciais, que envolvem o adensamento populacional na região, suas formas e usos da terra.

Para Palacín e Moraes (2008), a desigualdade socioespacial antecede a urbanização de Goiânia e é afirmada no momento em que as políticas implementadas pelo Estado no campo privilegia o grande produtor em detrimento do pequeno. O êxodo rural fundamenta-se nestas condições, de modo que o pequeno produtor, sem condições de competir e acompanhar a modernidade, bem como, o camponês substituído por maquinários e insumos agrícolas são forçados a tentar a vida na cidade.

Este fenômeno é característico da urbanização de países como o Brasil que possui uma industrialização tardia. Goiânia enquadra-se nesse contexto, porém a sua expansão ocorre por diversos fatores como a construção e concretização do modal rodoviário, a construção de Brasília e a modernização das estruturas e a especialização em serviços.

Ao analisar a ocupação e urbanização de Goiânia, Cruz (2015) observa que o centro urbano se expande vertiginosamente a partir de 1950. Esse processo ocorre em proximidade com os principais eixos viários. A autora aponta que os principais setores em expansão foram o Sul, Aeroporto e Oeste.

Dessa forma, houve, a partir desse momento, um processo de centralização e consolidação do centro dinâmico da cidade. Esse processo intensifica-se com a Lei de Zoneamento 23 em 1975, atraindo estabelecimentos comerciais e assim incentivando a expansão da área central. Com as pressões feitas pelo setor imobiliário ao Estado, tem-se um incentivo ao adensamento desta localidade.

A consolidação da expansão e ampliação central do município dá-se com o Plano Diretor instituído em 1992. Esta concentração ocorre em diversas instâncias não só no plano habitacional, de forma que os bairros centrais de alta renda eram aqueles que possuíam maior concentração de escolas, hospitais, mercados, ou seja, uma infraestrutura mais completa (CRUZ, 2015).

A desigualdade que permeia o município nos dias atuais é resquício de sua construção histórica. A partir do momento em que se estabelece um centro urbano, tendo como

obrigatoriedade o saneamento básico para a habitação e ainda o incentivo comercial e cultural na localidade cria-se terreno propício para a especulação imobiliária (CRUZ, 2015).

As desigualdades são contradições inerentes ao capitalismo. Se por um lado, as imposições do capital podem trazer destaque econômico, como a construção de um grande centro urbano e uma metrópole regional, por outro, ela segrega e impõe condições de miserabilidade a determinada parcela da população. As contradições manifestam-se para além da metrópole atingindo os municípios do seu entorno.

Apesar da centralidade da metrópole, que oferece equipamentos de serviços, comércio e lazer, há, sobretudo a partir de 1980, o crescimento de cidades próximas como Aparecida de Goiânia, Trindade e Senador Canedo. Este processo ocorre principalmente em função da valorização fundiária na capital, que expulsa a população de baixa renda para as periferias (ARRAIS, 2016).

Para Lencioni (2017), a fragmentação do espaço e a descentralização de grandes cidades fazem parte do processo de modernização e metropolização. Essa tendência pode ser vislumbrada na RMG e principalmente em Goiânia, uma vez que essa última apresenta menor crescimento geométrico populacional que suas cidades limítrofes. Tal característica espalha-se posteriormente para outras cidades da RMG, contribuindo para a propagação e expansão do processo de metropolização.

Observa-se que as transformações da modernização e urbanização atinge toda a região, principalmente as de maior influência da metrópole. É a partir desta constatação que Arrais afirma que “o complexo regional urbano da Região Metropolitana de Goiânia passou a influenciar, sobremaneira, a urbanização goiana” (ARRAIS, p.89, 2016).

1.3. Para Entender a Região Metropolitana de Goiânia

A urbanização brasileira intensificou-se nos anos 1970 e trouxe com ela modificações estruturais no espaço e território do país. Para Santos (1993), a revolução urbana brasileira ocorreu concomitantemente com a revolução populacional nos anos 1950. O crescimento populacional, bem como, os ideários da modernização e a propagação de novos meios técnicos contribuíram para o aumento populacional nas cidades e para a disseminação do meio urbano em âmbito geral.

O crescimento das cidades chega a ultrapassar os 100 mil habitantes e passa a ser uma constante a partir de 1970. Santos observa o aumento das cidades médias e cidades metropolitanas entre 1970 a 1990:

A partir dos anos 70, o processo de urbanização alcança novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo. Desde a revolução urbana brasileira, consecutiva a revolução demográfica dos anos 50, tivemos, primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número – e da população respectiva – dos núcleos com mais de 20.000 habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades com tamanho intermediário, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno de meio milhão de habitantes) (SANTOS, 1993, p.69).

Esse processo de intensa urbanização, correlato ao período Técnico-Científico-Informacional, modificou toda a estrutura espacial: há o aumento populacional nas cidades, a transformação das relações socioespaciais e uma nova divisão do trabalho. Essas transformações ocorreram em todo o território, não apenas nas cidades, o campo também se modifica.

Nesse contexto de profundas mudanças, tem-se o aumento quantitativo das cidades metropolitanas, que polarizam regiões e ultrapassam fronteiras político-administrativas. Em Goiás, esse processo ocorreu, principalmente, a partir de 1980, com o crescimento de Goiânia e Brasília e com a tendência de criação de novas aglomerações urbano-metropolitanas (CUNHA, 2017).

A inauguração de Regiões Metropolitanas é um reflexo dessas transformações. Assim, considera-se que com as novas relações em uma determinada região, ocasionadas em função da expansão da metrópole, deve-se implementar regiões metropolitanas que visem organizar e planejar o território.

As primeiras Regiões Metropolitanas no Brasil antecedem a constituição de 1988 e são implementadas através da Lei Complementar nº 14 em 1973. Neste sentido, este momento é considerado como um marco para os debates e discussões sobre metropolização e regiões metropolitanas em âmbito nacional (BRASIL, 1973).

Em consequência do projeto de democratização e descentralização, a Constituição da República Federal (1988) dá aos Estados a possibilidade, por meio de Lei Complementar, “instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 2018, p.30).

Contudo, a Região Metropolitana de Goiânia foi instituída apenas em 1999 mediante a Lei Complementar nº 27 e foi alterando-se ao longo dos anos. Hoje, com a última atualização em 2019 adicionando Santa Bárbara de Goiás, ela é compreendida por 21 municípios, sendo eles: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santa Bárbara de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade, como pode ser observada na figura 2 (GOIÁS, 2019).

De acordo com IMB (2019), a RMG, considerando o município de Santa Bárbara, possuía, em 2016, uma área territorial de 7.483,77 km. A Região Metropolitana está inserida na Mesorregião do Centro Goiano e na Microrregião de Goiânia. A constituição da maior parte do seu relevo é plano a suavemente ondulado. Sua geomorfologia é composta por rochas metamórficas, e na porção sul por rochas de xistos. Predomina-se a presença do solo Latossolo e em seguida do solo Argissolo (PDIRMG,2017).

Ela está localizada na Bacia do Paranaíba e seus municípios ocupam as sub-bacias dos rios Turvo, dos Bois e uma pequena parcela da sub-bacia de Corumbá. Percebe-se a amplitude da rede hidrográfica que percorre a região, tendo como destaque os cursos d'água do Rio Meia Ponte e do Ribeirão João Leite (PDIRMG, 2017).

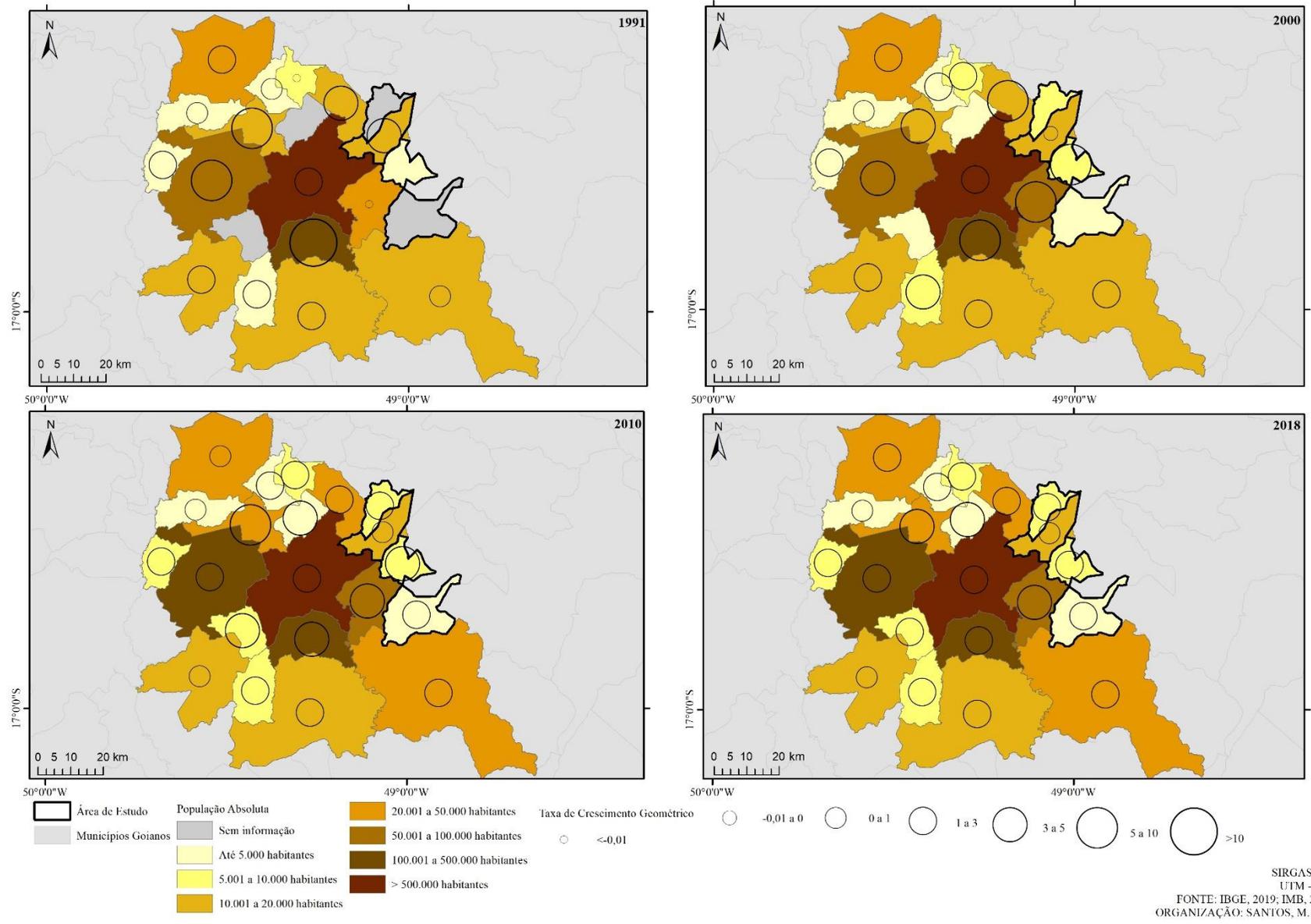
A Região Metropolitana de Goiânia possuía uma população censitária total de 1.748.260 em 2000 indo para 2.178.892 em 2010 e com uma projeção para 2018 de 2.532.617 (IBGE, 2018). Como é possível observar na figura 4, constatou-se que os municípios com maior crescimento populacional são aqueles conurbados à metrópole ou em processo de conurbação como Nerópolis e Goianira.

Através do mapeamento da evolução populacional de 1991 a 2018, na figura 4, pode-se analisar, com maior clareza, a centralidade populacional na metrópole e nos municípios próximos a ela. Entretanto, observa-se que Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade representam um núcleo de densidade populacional.

Na figura 4 é possível perceber 6 diferentes grupos de população, sendo constatado, que em 2010 havia: 4 municípios com até 5.000 habitantes; 6 municípios com até 10.000 habitantes.; 3 municípios com até 20.000 habitantes; 4 municípios com até 50.000, 3 municípios com até 500.000 e a metrópole que excede esse valor. Observa-se que grande parte dos municípios da região podem ser considerados pequenos, sendo 13 com até 20 mil habitantes.

FIGURA 4

MAPA 4: EVOLUÇÃO POPULACIONAL DA ÁREA DE ESTUDO NO CONTEXTO DA RMG



Por meio na figura 4, percebe-se que a metrópole possui uma taxa de crescimento geométrico menor do que muitos municípios limítrofes ou próximos. Essa característica evidencia o espraiamento metropolitano, sendo uma das características do processo de metropolização.

A RM surge pela necessidade de organizar e orquestrar o território em que o centro urbano da metrópole transborda sobre os municípios limítrofes, gerando entre eles, principalmente entre metrópole e municípios de sua região metropolitana, novas relações como as de funcionalidade e dependência. Cabe colocar, que essas relações não fogem aos interesses políticos, sendo necessário um trabalho conjunto de governança, que vise solucionar problemas em comum, proporcionando a melhoria da região.

De acordo com o Estatuto da Metrópole (2015), o Estado e os municípios, que integram a Região Metropolitana, devem realizar a governança Interfederativa. Essa, por sua vez, é entendida como: “compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 2015, Art. 6º).

Dessa forma, compreende-se que o principal intuito da construção de Regiões Metropolitanas é fomentar o desenvolvimento em comum, solucionando problemas e estabelecendo relações de integração entre metrópole e municípios. Essa atividade ocorre por meio da governança interfederativa (BRASIL, 2015).

A elaboração do plano de desenvolvimento integrado da RMG visa projetar medidas deliberadas pelo Estatuto da Cidade (2001) e pelo Estatuto da Metrópole (2015), constituindo um ambiente integrado, democrático, autônomo e que almeja o desenvolvimento sustentável. Tais ações devem ser realizadas sem ferir a autonomia dos municípios e esta última, por sua vez, deve ser executada sem prejudicar a totalidade da RMG.

Os planos de cidades e regiões metropolitanas, visados pelos dois Estatutos, buscam estabelecer medidas ainda não atingidas na prática urbana do Brasil. Entretanto, para a construção de uma sociedade devidamente democrática deve-se sempre projetar-se, com o intuito de posteriormente atingir melhores parâmetros. Assim, a utopia para pensar a cidade, o meio urbano, bem como a região metropolitana e o meio rural é fundamental para construção de um vir a ser social (ENDLICH, 2016).

Para se compreender a RMG, faz-se indispensável analisar o que esta visa a ser e o que é, a sua teoria realizada na sua prática. Com isso, buscou-se ir além dos estudos sobre regiões metropolitanas, identificando as características próprias da RMG em sua concretude. Um dos

instrumentos de apoio às análises efetuadas aqui foi o diagnóstico realizado para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da RMG¹.

Através dos estudos realizados para a conclusão do Plano de Desenvolvimento Integrado, foi possível identificar características gerais que darão base para as futuras análises sobre as relações das pequenas cidades da zona leste e oeste da RMG com a sua metrópole. Com isso, para se analisar os municípios em estudo e suas relações com a metrópole, é preciso entender a região metropolitana em que estão inseridos, compreendendo em âmbito geral sua dinâmica socioespacial.

A RMG é caracterizada por sua heterogeneidade nas atividades produtivas dos diferentes municípios que a compõe. Porém, essa região de planejamento é marcada majoritariamente pela atividade terciária, em específico a atividade de serviços. Essa característica foi evidenciada por diversos autores como Arrais (2016), Cunha (2017), Arriel (2017), entre outros.

A diversidade apresenta-se, também, dentro da atividade de serviços, sendo observado que esta visa suprir demandas do setor agropecuário e industrial, ou seja, a atividade de serviços está intimamente relacionada com as demais atividades produtivas, intuindo atender não somente à população, mas sobretudo à produção (PDIRMG, 2017).

A centralidade na rede urbana, exercida principalmente pela capital, potencializa as atividades de serviços. Sendo assim, a metrópole constituiu-se como um polo importante, principalmente nas atividades de comércio que se consolidaram ao longo da história do município (PDIRMG, 2017).

A atividade de serviços da metrópole foi beneficiada pela boa interação entre os municípios da região metropolitana. Não obstante, a localidade estratégica de Goiânia permitiu a aproximação de Brasília e Anápolis, estabelecendo uma relação de parceria comercial, inclusive na indústria (ARRIEL, 2017).

Essa relação inicia-se no período de construção das duas capitais, com Anápolis fornecendo matéria-prima para construção e bens de consumo para os novos aglomerados urbanos. A complexificação do sistema logístico desencadeou maior integração entre ambos os municípios, aumentando seus mercados consumidores e dando acesso a novos mercados produtores (ARRIEL, 2017).

¹A elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da RMG é uma parceria realizado entre o Governo do Estado de Goiás e a Universidade Federal de Goiás, sendo neste último coordenado pela Prof. ^a Dra. Celene Cunha Monteiro Antunes Barreiro do Instituto de Estudos Socioambientais

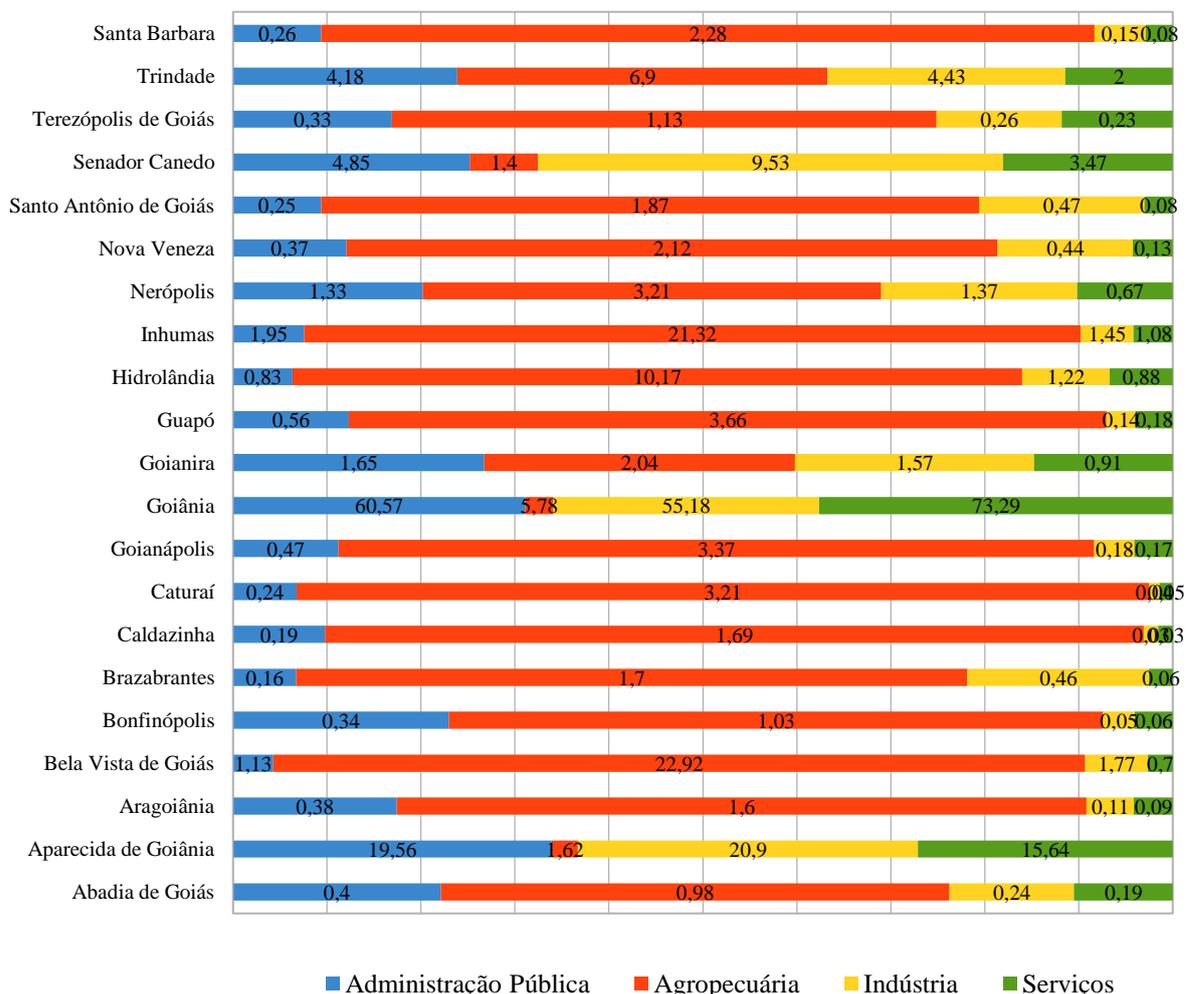
Em contrapartida, os municípios que compõe a RMG representam pouco empenho comparando-se à capital nessa atividade. Contudo, vale colocar que alguns municípios como Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e Trindade expressam forte relevância no setor de serviços. Esses mesmos municípios mostram-se expressivos para a composição de dados quantitativos na economia da RMG (PDIRMG, 2017).

A produtividade da RMG e dos municípios que a compões podem ser analisadas por meio do Valor Adicionado Bruto. Dessa forma, no gráfico 1 está presente a produção por atividade de cada município no contexto da RMG, ou seja, nele contém a representação da produção municipal em relação a região metropolitana, sendo possível analisar a expressão VAB de cada município no VAB da RMG.

Já no gráfico 2 está exposto o VAB das atividades produtivas de cada município que compõe a RMG, podendo ser analisada a importância de cada atividade para o município. Assim, ao analisar o gráfico 1 é possível ter uma compreensão geral da representação produtiva de cada município na RMG e ao analisar o gráfico 2 é possível compreender as maiores atividades que contribuem para a dinâmica interna municipal.

Em relação às demais produções, foi observado que o setor industrial da RMG está concentrado em poucos municípios. Essa atividade destaca-se principalmente em Goiânia e em menor relevância em Aparecida de Goiânia. De acordo com o IMB, em 2016, Goiânia correspondia com 55,6 % do valor adicionado bruto (VAB) industrial da RMG (olhar gráfico 1). Contudo, esse valor dentro da produção municipal foi apenas de 13% enquanto o de serviços correspondeu a 60%, como é possível observar no gráfico 2.

A centralização da capital estadual na região também pode ser compreendida com a concentração da atividade industrial nos municípios em processo de conurbação com Goiânia. De acordo com os dados coletados no IMB, os municípios de Trindade, Senador Canedo e Aparecida de Goiânia agregam grande parte do VAB industrial da região (gráfico 1) e passaram por um processo de alto crescimento industrial nos últimos anos (PDIRMG, 2017).

Gráfico 1: Participação Setorial Municipal do VAB da Região Metropolitana de Goiânia (%)

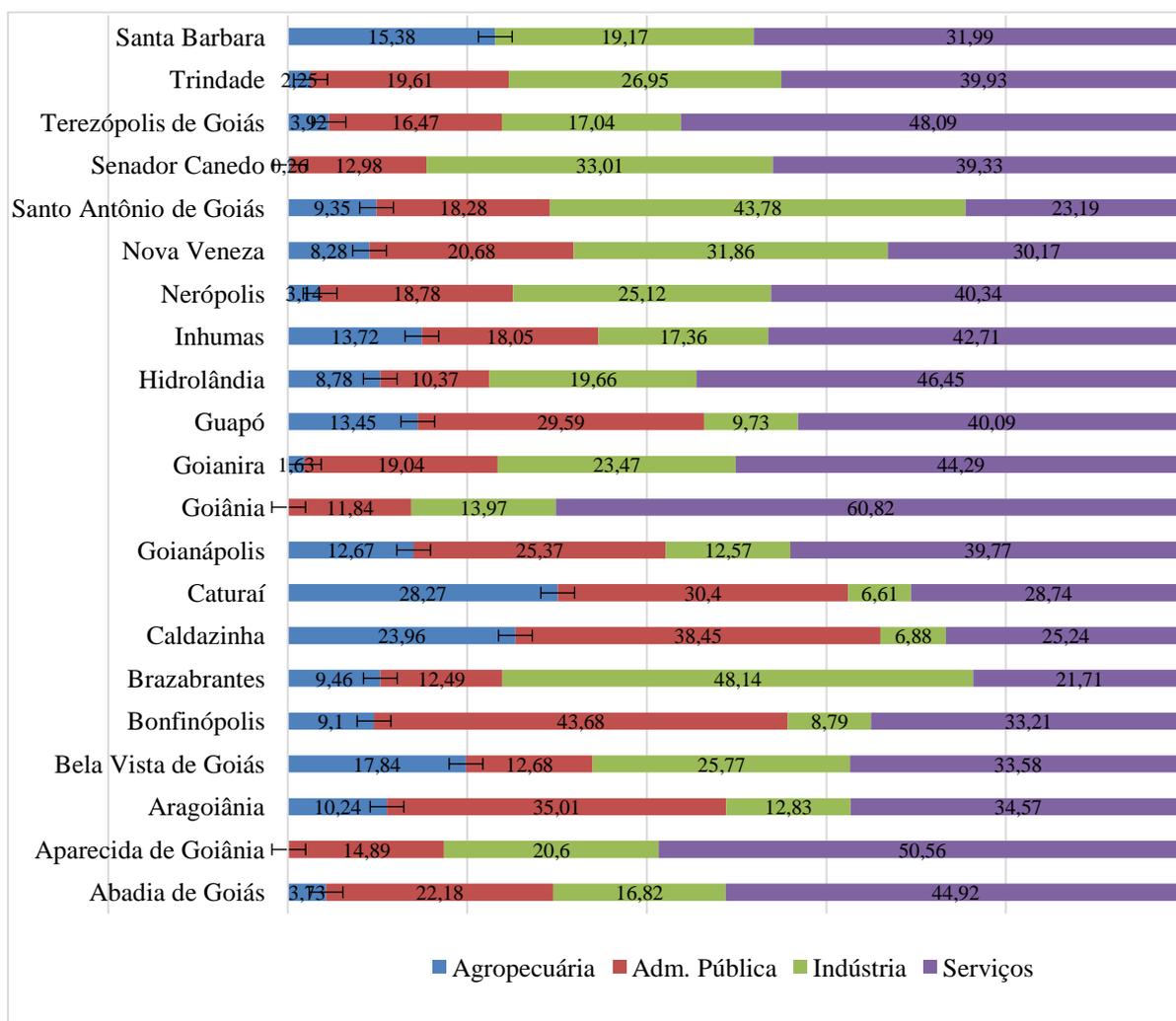
Fonte: IMB, 2016

O gráfico abaixo (gráfico 2) mostra a porcentagem do Valor Adicionado Bruto de cada atividade dentro do município, tendo o intuito de analisar as atividades em maior destaque em cada cidade. Dessa forma, compreende-se que a relevância de determinada atividade dentro de um município pode ser de menor magnitude para a composição do total da produção da RMG.

Destaca-se que as atividades, principalmente a industrial, da região tem relação direta com a infraestrutura que essa possui. Vale pontuar que, em termos gerais, a infraestrutura da RMG está entre as melhores do estado, contudo ela se centraliza em Goiânia e nos seus municípios limítrofes (PDIRMG, 2017). É possível observar que os municípios que possuem

predominância do VAB na atividade industrial estão mais próximos à Goiânia, este dado pode ser constatado nos gráficos 1.

Gráfico 2: Participação Setorial no Valor Adicionado Bruto do Município (%) - 2016



Fonte: IMB/IBGE, 2016

Apesar da boa infraestrutura que os municípios da RMG apresentam, a disputa por atração de novas indústrias está intimamente relacionada com os investimentos vindos do passado. Dessa forma, os municípios que herdaram maior infraestrutura estão mais aptos a receber a instalação de modernas plantas industriais (PDIRMG, 2017).

Observa-se que há a tendência de grandes empresas industriais estabelecerem-se em regiões com melhor infraestrutura, desenvolvimento e linhas de escoamento para matérias-

primas e mercadorias. Em contrapartida, as cidades também tendem a crescer para estas regiões, com áreas de melhores infraestruturas. Há, portanto, uma correlação entre a atividade industrial e os elementos populacionais e locacionais, gerando assim uma dualidade, uma vez que as grandes indústrias podem trazer diversos problemas para metrópole e vice-versa.

Esse fato pode ser identificado quando analisado o Valor Adicionada Bruto Industrial referente a toda Região Metropolitana (gráfico 1), observando que os municípios com maior relevância industrial para a RMG são a metrópole, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo.

Em relação à atividade agrícola, a região apresenta fraco desempenho quando comparado ao Estado de Goiás. Assim, essa atividade representava em 2016 menos de 3,21% do VAB total de Goiás (IMB, 2019). Essa baixa produção é consequência dos altos valores da terra na região metropolitana, dando maiores possibilidades para a pequena produção agrícola de maior valor agregado como plantio de frutas e verduras (ARRAIS, 2016; ARAÚJO, 2013; ARRIEL, 2017).

Arriel (2017) aponta que o processo de valorização da terra e o aumento dos custos produtivos ocorrem principalmente na metrópole, expulsando a indústria para os municípios mais próximos. O autor observa um processo de diminuição industrial na metrópole e posteriormente na Região Metropolitana de Goiânia entre os períodos de 1989, em que os municípios da RMG atuaram com 39 % das mercadorias industriais exportadas de Goiás, a 2014, em que essa atuação caiu para 23,17%.

Apesar da fuga de indústrias para os municípios próximos da metrópole, Arriel (2017) observa uma diminuição desta atividade em toda a Região Metropolitana em relação à Goiás, esta queda é justificada pela predominância de segmentos com baixa intensidade tecnológica. Contudo, compreende-se que a indústria da região relaciona-se bem entre seus municípios internos, os municípios do estado e outros centros urbanos fora de Goiás.

A baixa na atividade agrícola pode ser representada nas análises da porcentagem do VAB municipal no gráfico 2. Observa-se que, dentre os municípios da RMG, apenas Caldazinha e Caturai apresentam maior relevância da agropecuária para a composição do VAB total municipal. Como visto, os dois municípios fazem parte daqueles com baixos índices populacionais, sendo possível constatar a vigente relação de pequenas cidades com a atividade rural.

Outro fenômeno manifesto nos dados de porcentagem do VAB municipal é o alto índice de serviços na região, compondo grande parte da produção nos municípios, podendo ser identificado no gráfico 2. Essa atividade destaca-se em todos os municípios, sendo enfatizada no centro metropolitano. Observa-se que dentre os municípios com menor taxa na atividade de

serviços para a composição do VAB municipal encontram-se também aqueles com maior produtividade agrícola, sendo eles Caldazinha e Caturai.

Partindo do pressuposto de que o espaço é dinâmico, permeado por constantes modificações, guardando, em seu interior, embates e contradições, formados pela união dos contrários e assim produzindo-se e reproduzindo-se instantaneamente, pode-se concluir que o espaço da RMG modificou-se e modifica-se ao longo dos tempos (DEUS, 2002).

Como visto, este movimento que se realiza no cotidiano, na apropriação e produção do espaço e na constituição de novos territórios, podendo ser visualizado em Goiás e assim no futuro espaço/território da RMG, principalmente após 1970, momento do auge da urbanização no estado. Por meio da tabela 1 é possível observar o aumento da população urbana nos municípios da RMG, este dado, de aparência irrelevante, pode indicar as transformações no espaço, revelando a intensidade do fenômeno urbano.

Essas transformações ficam evidentes em municípios como Goianópolis, Brazabrantes e Caturai, ambos representantes do menor índice de população urbana em 1980, não chegando a 40% e posteriormente, no ano 2000, atingindo altos índices, como Goianópolis que chegou a registrar 91,88% da população urbana.

A partir dos dados apresentados na tabela 1, é exequível observar o aumento da população urbana na região. Esse fenômeno pode ser identificado, também, em análises do uso do solo com áreas urbanas crescentes. Cunha (2017) analisa a questão, identificando que em 1991 a 2000, período posterior a criação da RMG, houve um acréscimo de 253,48 km² da área urbana equivalendo quase 95% de toda a área urbana da região.

Esse quadro intensifica-se, nos anos 2000, com a criação da RMG, em que se constata para um aumento na mancha continua conurbada de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. Nesse momento, os municípios de Bela Vista de Goiás, Caldazinha, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Terezópolis de Goiás vivenciaram mais de 100% de crescimento da área urbana (CUNHA, 2017).

Por meio desses dados pode-se perceber, também, a heterogeneidade dos municípios da região, uma vez que, principalmente, a capital e os municípios mais próximos a ela apresentam alta taxa de urbanização, em contrapartida, os municípios mais periféricos apresentam uma urbanização abaixo da média do estado (90,30%), como Caldazinha (57,67%), Guapó (81,9%) e Hidrolândia (60, 18%) (IBGE, 2010).

Tabela 1: Evolução da População Censitária Urbana e Rural da Região Metropolitana de Goiânia (1980, 2000 e 2010)

MUNICÍPIO	1980		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbano	Rural
Abadia de Goiás	-	-	62,28	37,72	73,89	26,11
Aparecida de Goiânia	48,56	51,44	99,75	0,25	99,90	0,10
Aragoiânia	49,55	50,45	66,34	33,66	66,08	33,92
Bela Vista de Goiás	34,83	65,17	63,91	36,09	73,12	26,88
Bonfinópolis	-	-	91,69	8,31	93,17	6,83
Brazabrantes	31,50	68,50	62,16	37,83	67,13	32,87
Caldazinha	-	-	41,76	58,24	57,67	42,33
Caturaí	39,83	60,17	71,99	28,01	78,19	21,81
Goianápolis	36,79	63,21	91,88	8,12	90,61	9,39
Goiânia	98,07	1,93	99,34	0,66	99,62	0,38
Goianira	63,05	36,95	96,50	3,50	98,21	1,79
Guapó	53,41	46,59	71,53	28,47	81,09	18,91
Hidrolândia	39,68	60,32	59,88	40,12	60,18	39,82
Inhumas	74,89	25,20	91,07	8,93	93,49	6,51
Nerópolis	75,79	24,21	92,87	7,13	95,95	4,05
Nova Veneza	61,11	38,89	83,47	16,53	86,43	13,57
Santo Antônio de Goiás	-	-	82,55	17,45	90,81	9,19
Senador Canedo	-	-	94,99	5,01	99,61	0,39
Terezópolis de Goiás	-	-	71,14	28,86	86,52	13,48
Santa Barbara	58,95	41,05	85,29	14,71	90,52	9,48
Trindade	73,06	26,94	96,00	4,00	95,81	4,19
TOTAL: 20	89,79	10,21	97,19	2,81	98,00	1,70

Fonte: IMB/IBGE, 2019

Outro aspecto que evidencia a heterogeneidade nos municípios da RMG é a origem de sua produção e fonte de renda, fatores esses que estão estritamente relacionados com o grau de urbanização e as mudanças estruturais que esse fenômeno proporciona para as atividades produtivas. Como pode ser observado na tabela 1 e no gráfico 2, as cidades mais urbanizadas são aquelas que possuem maior VAB industrial e de serviços, ou seja, são aquelas que possuem maior participação da indústria e de serviços para a produção do valor adicionado bruto. Em contrapartida essas mesmas cidades vêm apresentando queda da indústria na agregação do valor adicional bruto ao PIB municipal, mesmo considerando o surgimento de novas atividades desse tipo na região (PDIRMG, 2017; ARRIEL, 2017).

A diminuição da representatividade da indústria no PIB pode ser em consequência do fomento a outras atividades, principalmente a de serviços, ligadas ao crescimento da indústria, o que justifica o aumento da atividade de serviços no VAB. Este processo é observado de forma inversa nos municípios mais periféricos da RMG, evidenciando, de acordo com o PDIRMG (2017), a importância do incentivo à indústria nessas cidades.

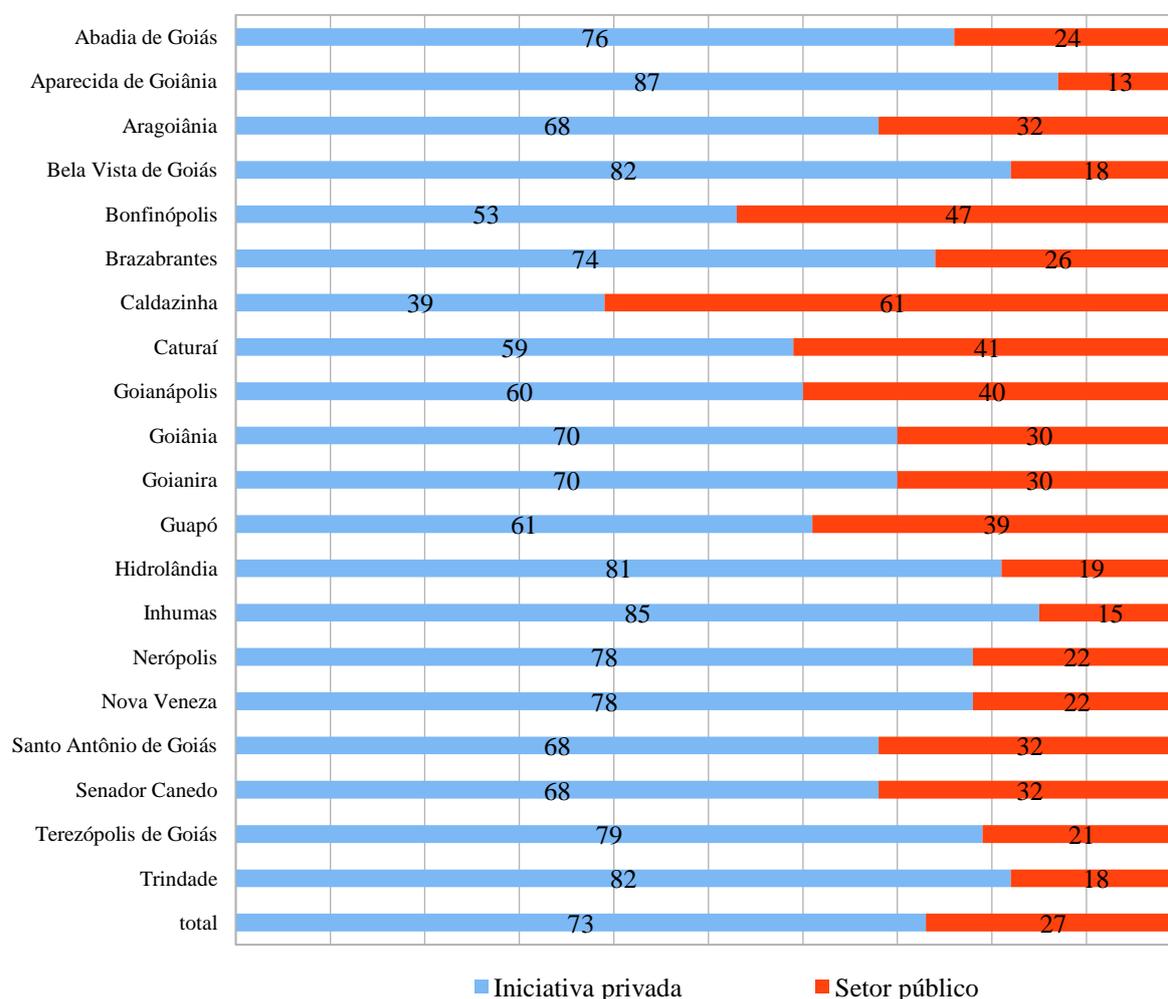
A grande maioria dos empreendimentos privados na região é de micro e pequenas empresas, com poucos empregados. Já a administração pública possui menos representatividade quantitativa dentre as instituições da região. Contudo, esta última dispõe em maiores quantidades de vínculos empregatícios, como no caso das prefeituras municipais (PDIRMG, 2017).

A partir dos dados apresentados no gráfico 3, pode-se perceber que a iniciativa privada é a de maior destaque para a composição dos vínculos de trabalho da RMG. Todavia, a administração pública apresenta grande relevância nos pequenos municípios. Esse quadro é fácil de ser observado no município de Caldasinha em que os vínculos de trabalho no setor público chegam a 61%. Assim, é possível concluir que o setor público é fundamental para a economia, principalmente dos pequenos municípios.

Apesar da relevância dos dados apresentados na figura 8 é importante constatar que estes foram fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em que são contabilizados apenas os trabalhos e atividades formais. Dessa forma, estes dados ajudam a interpretar apenas uma parte da realidade da RMG.

As análises não podem ser completas apenas com a utilização dos índices socioeconômicos fornecidos pela RAIS, uma vez que, é necessário levar em consideração a grande dimensão de empregos e atividades informais no Brasil, o que impossibilita uma análise íntegra do perfil econômico dos municípios.

Gráfico 3: Distribuição dos Vínculos de Trabalho Entre o Setor Público e a Iniciativa Privada Segundo Municípios (%)



Fonte: RAIS/TEM – Organização: PDIRMG, 2017

Observa-se que tanto a administração pública como a privada são essenciais para a geração de empregos nos municípios, sendo que essa última emprega grande parcela da população nas pequenas cidades, esse dado é um reflexo da dependência dos pequenos municípios da região em relação aos repasses do Estado e da União.

A dependência das pequenas cidades em relação ao repasse do Estado e da União pode ser evidenciada, também, por meio da VAB da administração pública do município (observado no gráfico 2). Constatando que em pequenas cidades, como Caldazinha e Bonfinópolis, a representatividade da administração Pública para a composição do VAB municipal é de grande relevância.

A prática do repasse de verba para os pequenos municípios é de suma importância, uma vez que estes não conseguem dinamizar a economia através da produção interna, o que pode

ocasionar diversos problemas como a falta de emprego, falta de consumo e de produtos. Dessa forma a administração pública é essencial para a existência dessas cidades, gerando empregos e contribuindo para o processo de circulação de capital e mercadorias.

Entende-se que as relações de trabalho, suas formas de remuneração e, assim, o mercado da Região Metropolitana de Goiânia apresentam características típicas de uma economia em desenvolvimento. Dessa forma, pode-se observar a existência da valorização do capital humano em contrapartida as desigualdades estabelecidas na região.

Essas desigualdades se estabelecem nas relações de gênero, cor e classe e são refletidas nos usos da cidade e de seus centros urbanos. A adversidade da acessibilidade representa um grave problema, uma vez que as regiões metropolitanas devem ser dotadas de uma rede de transportes em comum e de uma estrutura de serviços que atenda facilmente toda sua demanda populacional (BRASIL, 2015)

O acesso ao meio de transporte de qualidade faz parte da constituição das relações que cada cidadão tem com a região, influenciando, não apenas, o acesso a equipamentos públicos, como os de saúde e educação, como também, o mercado de trabalho e consumo. Uma das relações clássicas entre metrópole e cidades da sua RM é a migração pendular, fazendo com que em muitos casos o acesso facilitado e de qualidade transforme a vida do cidadão e dinamize o município.

A migração pendular é caracterizada pela busca da população por melhores condições de educação e emprego em outros municípios sem deixar de residir no município de origem. Este fluxo ocorre com maior intensidade em contextos intrametropolitanos, em que parte da população de municípios mais periféricos buscam serviços variados no centro metropolitano.

No caso da RMG, Arrais (2016) observa que a centralidade da metrópole está diretamente relacionada às migrações pendulares. A metrópole constitui-se como centro por sua dinâmica interna, composta pela concentração de meios de consumo, serviços públicos, comércio, indústria, oportunidades de emprego e equipamentos de lazer. Dessa forma, o autor compreende que a centralidade estabelecida pela metrópole é a expressão hierárquica de determinados grupos sociais que podem ser refletida entre lugares, cidades e regiões.

Ao analisar o mercado de trabalho de cada município, tem-se o diagnóstico do PDIRMG (2017), no qual se observou para aspectos como a atratividade de trabalhadores, dinamização do mercado de trabalho municipal e migrações pendulares em função do trabalho. Essa análise visou compreender a realidade do mercado de trabalho da RMG para a composição de análises socioeconômicas mais amplas.

A partir desses estudos, compreendeu-se que 23% dos trabalhadores da iniciativa privada na região realizam a migração pendular em função do trabalho. Sendo que 60% dos trabalhadores que realizam essa dinâmica tem como municípios de origem Senador Canedo, Abadia de Goiás e Goianira. É observado também que o menor índice de migração pendular em busca de trabalho da região está na metrópole, o que vislumbra a capacidade desta em gerar pontos de trabalho e atrair os trabalhadores dos municípios vizinhos.

Identificou-se que o mercado da RMG é amplo e heterogêneo, sendo estabelecido em cada município de acordo com suas características de produção e consumo. Observou-se também a forte integração da região e a força de atração da metrópole sobre as populações da vizinhança na busca por equipamentos, serviços e empregos.

A partir dos estudos realizados, pode-se concluir que Goiânia exerce função de polo regional, sendo considerado o maior em geração de empregos, em atrair mão de obra mais qualificada, e possivelmente o maior destino da mobilidade pendular em função do trabalho. É, portanto, o mercado de trabalho com maior força e o que mais influencia os municípios imediatos a ele.

É através das análises feitas a respeito do mercado de trabalho da RMG que se pode identificar quais as cidades mais dinâmicas, que conseguem absorver mão de obra interna e, por vezes, externa. Compreendendo quais municípios são mais atrativos para a população da RMG, quais possuem maior evasão da mão de obra, bem como, aqueles que se sustentam sem atrair grandes fluxos de mão de obra externa.

De acordo com o PDIRMG (2017), há, na região, 5 diferentes grupos de mercado de trabalho com diferentes municípios, que estão ilustrados na figura 5. O primeiro grupo, composto pela metrópole, possui um mercado inserido na mesma e corresponde como força gravitacional na região. É este o mercado mais dinâmico e que exerce maior influência perante outros municípios.

O segundo grupo identificado é formado pelos municípios limítrofes à metrópole e que possuem uma atividade industrial que dinamiza as relações de produção e consumo. Contudo, esses municípios apresentam forte migração pendular. Este grupo é formado por: Senador Canedo, Trindade, Aparecida de Goiânia, Abadia de Goiás e Goianira. É importante pontuar que parte da população de Goiânia também migra para cidades próximas a ela.

Os municípios de Brazabrantes, Inhumas, Nerópolis e Nova Veneza aparentam depender menos do mercado de trabalho de Goiânia e do entorno. Eles constituem o terceiro grupo, e mesmo possuindo uma economia menor do que a dos grupos anteriores, eles conseguem absorver grande parte da população ativa interna, gerando menos migração pendular.

O quarto grupo é formado por um mercado ligado à agropecuária, constituído por municípios presentes na parte mais externa da RMG como Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Caturai, Goianópolis, Guapó e Hidrolândia, situados na parte mais externa da Região Metropolitana, observar na figura 5. A maioria desses municípios possui como maior atividade a agropecuária, gerando emprego no campo e incentivando a produção local.

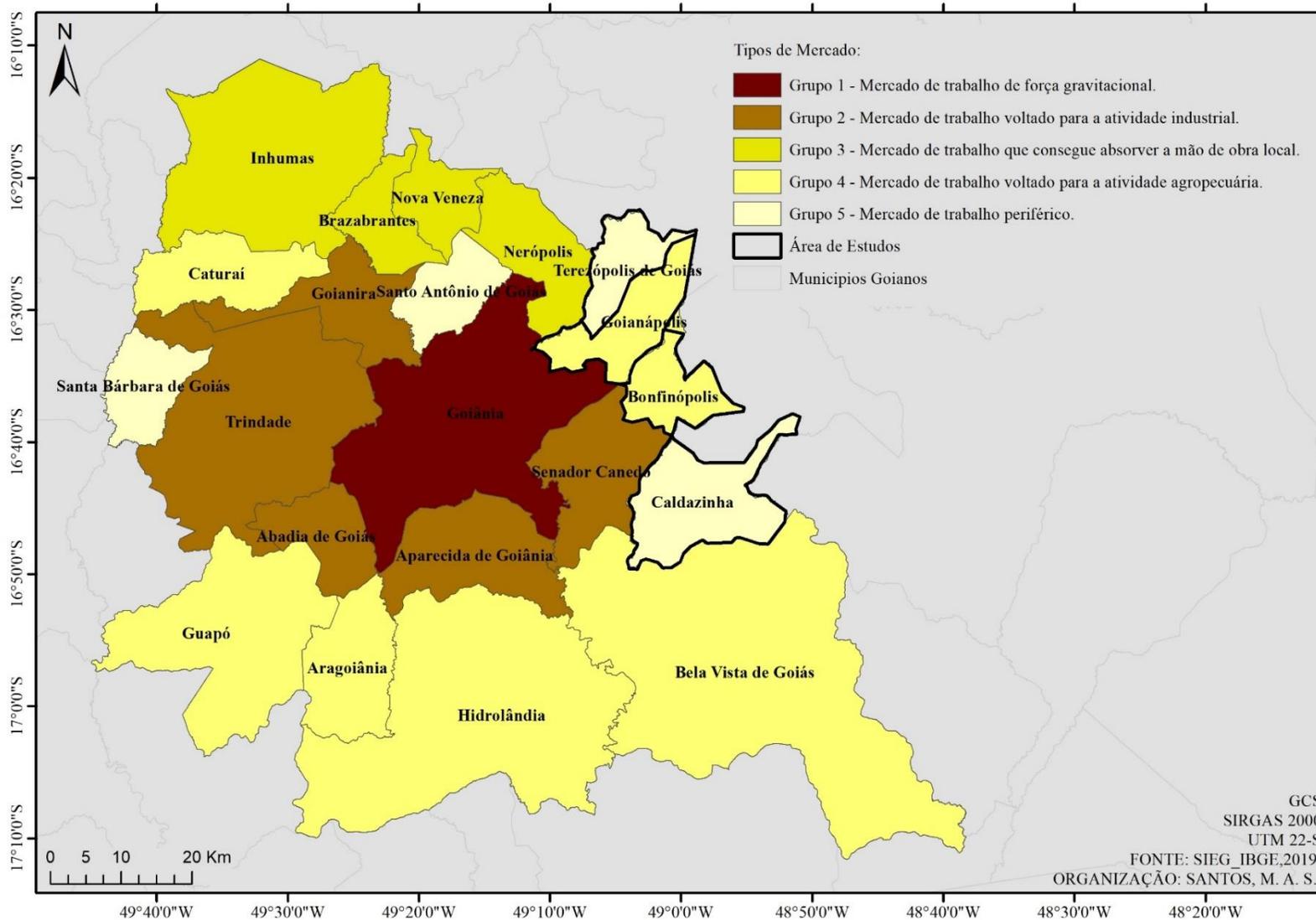
O último grupo integra pequenas cidades que compõem um mercado de trabalho periférico e possuem alta mobilidade pendular, em busca de empregos com mais alta qualidade socioeconômica. Ele é formado pelos municípios de Caldazinha, Santo Antônio de Goiás, Terezópolis de Goiás e Santa Bárbara de Goiás. Como é possível observar no mapa abaixo (figura 5).

A partir das análises realizadas, percebe-se a diferenciação produtiva e estrutural dos municípios que compõe a RMG, identificando a polarização que a metrópole exerce sobre os demais. A centralidade de Goiânia pode ser apreendida pelo seu potencial produtivo e comercial, bem como, na oferta de diversos tipos de serviços, como é possível observar com o alto índice da atividade de serviços na composição do VAB municipal (gráfico 1).

A educação superior aparece como um dos fatores de centralização de Goiânia, atraindo parcela da população de outros municípios. Os demais municípios apresentam pouca relevância nessa área, sendo que apenas Trindade, Senador Canedo e Inhumas apresentavam, em 2014, instituições de ensino superior (PDIRMG, 2017).

FIGURA 5

MAPA 5: MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA



O destaque da metrópole perante a sua região metropolitana é evidenciado também na oferta de lazer, com centros de consumo diversos e programações culturais. Os pontos de lazer são variados como shoppings centers, cinema e restaurantes. Como visto, a metrópole aparece como campo magnético, atraindo fluxos populacionais de outros municípios. Este fenômeno ocorre em função dos equipamentos, infraestrutura e serviços presentes em Goiânia. Dessa forma, a metrópole constitui-se como uma cidade mais equipada que as demais, atraindo migrantes com diferentes interesses.

A saúde entra como um campo promissor no quesito atratividade, uma vez que, grande parte dos municípios da RMG não possuem quantidades suficientes de equipamentos na área, como é o caso de Abadia de Goiás, Brazabranes, Caldazinha, Guapó e Terezópolis de Goiás que não apresentam nenhum leito. Este dado é passível de ser observado com os números de leitos distribuídos por município na tabela 2.

A segregação e heterogeneidade é observada na saúde por meio dos números de leitos identificando que Goiânia, em 2017, possuía 3.763 leitos do SUS, 4.153 leitos privados e 986 leitos de UTI. Estes índices vão na contramão ao restante dos municípios, compreendendo que o segundo município de maior relevância, Aparecida de Goiânia, não possui a metade dos leitos existentes na metrópole.

As quantidades de leitos em UTI reforçam o padrão segregacionista da RMG, uma vez que, apenas Aparecida de Goiânia, Goiânia, Senador Canedo e Trindade possuem esse equipamento. Dessa forma, é possível perceber como a metrópole e os municípios próximos formam um núcleo de desenvolvimento. Este aspecto pode ser evidenciado de maneira inversa nos municípios mais periféricos como Caldazinha, Guapó e Caturai que não possuem leitos.

Tabela 2: Número de Leitos por Município da Região Metropolitana de Goiânia - 2017

MUNICÍPIO	NÃO SUS	SUS	UTI	TOTAL
	2017	2017	2017	2017
Abadia de Goiás	0	0	0	0
Aparecida de Goiânia	205	666	85	956
Aragoiânia	0	16	0	16
Bela Vista de Goiás	6	30	0	36
Bonfinópolis	0	3	0	3
Brazabrantes	0	0	0	0
Caldazinha	0	0	0	0
Caturai	0	18	0	18
Goianópolis	0	18	0	18
Goiânia	4.153	3.763	986	8.902
Goianira	16	28	0	44
Guapó	0	0	0	0
Hidrolândia	0	22	0	22
Inhumas	114	99	11	224
Nerópolis	67	93	25	185
Nova Veneza	0	18	0	18
Santo Antônio de Goiás	0	19	0	19
Santa Barbara	0	15	0	15
Senador Canedo	10	88	10	108
Terezópolis de Goiás	0	0	0	0
Trindade	98	421	0	519

Fonte: IMB, 2019

As análises feitas a partir dos estudos da RMG mostram que essa possui características heterogênicas, tanto nas atividades econômicas, como também, na infraestrutura, nos equipamentos e nas ofertas de serviços. Entende-se que Goiânia exerce centralidade aos demais municípios, sendo considerado um polo gravitacional. A heterogeneidade da metrópole na RMG também manifesta-se nas desigualdades da região, observando que as cidades próximas à metrópole apresentam maior infraestrutura e equipamentos, bem como melhores salários e condições de emprego do que as cidades mais periféricas da região.

Compreende-se que a região passou por mudanças estruturais nos últimos anos, desenvolvendo, assim, novas condições sociais e econômicas. Neste processo de produção e construção do espaço metropolitano, há uma transformação nas relações municipais, evidenciando a metrópole Goiânia como o centro dessas relações.

SEÇÃO 2 – AS PEQUENAS CIDADES DA ZONA LESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

Na primeira seção foi apreendido parcialmente o objeto em estudo, mostrando, em termos gerais, como se configurou o território em que as pequenas cidades da Zona Leste da RMG estão inseridas, identificando aspectos da RMG e da metrópole que influenciam nas relações de funcionalidade e dependência entre as pequenas cidades da Zona Leste da RMG com sua metrópole.

Nesta seção (seção 2), serão aprofundadas as análises sobre pequenas cidades. Dessa forma, buscou-se compreender a importância dos estudos desse tema para que se atinja uma perspectiva totalizante da realidade concreta. Para isso, no subtópico 2.1, foram discutidas a importância do conceito de totalidade para se compreender pequenas cidades em regiões metropolitanas.

Neste momento, também, foram abordados os diferentes conceitos e significados de pequenas cidades, bem como, a conceitualização de pequenas cidades utilizada neste trabalho. Tais conceitos foram apreendidos no subtópico 2.2 e são fundamentais para compreender como as pequenas cidades em estudo possuem realidades complexas, diferenciando-se em suas relações com a metrópole.

Por último, no subtópico 2.3, focalizou-se nas pequenas cidades presentes na área de estudo, objetivando a compreensão de suas características internas, como sua configuração, uso do solo, serviços, saúde, educação e condições econômicas. A compreensão das pequenas cidades em particular é um primeiro passo para o entendimento de suas relações com a metrópole, afinal partes dessas relações são estabelecidas pelas demandas e ofertas internas presentes em cada cidade em questão.

2.1 Por uma perspectiva da totalidade no estudo de pequenas cidades

A importância dos estudos de pequenas cidades no contexto metropolitano e suas relações com a metrópole está na compreensão da totalidade socioespacial, que por sua vez não se restringe à metrópole e possui características que vão na contramão de uma realidade puramente metropolitana, como as ruralidades existentes nas pequenas cidades. Assim, para se entender a realidade concreta das relações entre pequenas cidades e metrópole é indispensável uma compreensão da totalidade.

Para o entendimento do movimento da realidade concreta, que busca compreender as contradições, inerentes ao fenômeno em estudo, e assim atingir a sua totalidade, Kosik aponta para a importância do estudo da dialética que visa entender a “coisa em si”, contudo esta não se manifesta imediatamente ao homem (Kosik, 1976 p.14). Nota-se que no processo de aproximação da realidade é necessário que se apreenda não apenas a manifestação da coisa em si, mas também o que ela representa, as suas contradições e assim a sua essência.

Há, portanto, dois passos distintos de análise, a representação e o conceito da coisa, o que distingue também duas qualidades da práxis humana. Para se atingir a realidade concreta, é fundamental ultrapassar a práxis utilitária, é necessário reconhecer os fenômenos, as atividades cotidianas, bem como os processos e os conceitos, chegando à essência (KOSIK, 1976).

Para Santos (1996), a totalidade é a realidade em sua integridade. E esta está sempre em movimento. Neste processo de dinamismo envolto à totalidade, o todo está sempre se desfazendo e reconstruindo em todo, realizando assim o processo de totalização. A cada instante há um novo processo de totalização e uma nova totalidade passa a se transformar e constituir em outra.

De acordo com Santos (1996), para se obter o conhecimento é imprescindível à realização de análises, que por sua vez, pressupõe a cisão do todo. “Daí o interesse de se compreender o processo pelo qual a sociedade é separada”, como as cisões em escala que dividem o território em Estado-Nação, Estados, Metrôpoles, cidades médias e pequenas cidades.

Dessa forma, o autor afirma que “o real é um processo de cissiparidade, subdivisão, esfacelamento. Essa é a história do mundo, do país, de uma cidade... Pensar a totalidade sem pensar a cisão é como se a esvaziássemos de movimento” (SANTOS, 1996 p. 95). A partir disso, pode-se observar a importância do uso da escala para o entendimento da totalidade. É nessa perspectiva que Souza (2016) aponta a escala geográfica como uma ferramenta que apreende analiticamente a realidade socioespacial.

É por meio de um olhar escalar, que se pode abstrair a sociedade em diversas dimensões e assim analisá-la. Esta ferramenta será fundamental para entender as pequenas cidades inseridas em um contexto metropolitano, que, por sua vez, está inserido em um contexto nacional e global. O que permitirá compreender as relações das pequenas cidades da RMG com a metrópole.

Para Santos (2008), o espaço deve ser visto como uma totalidade e por isso analisado de forma dialética, ou seja, é com a fragmentação do todo que se permite a reconstituição desse todo. Para análise, o espaço deve ser fragmentado em elementos do espaço, estes, por sua vez, são variáveis mutáveis.

A importância do método dialético está no entendimento da realidade como uma totalidade, sem deixar escapar partes desta, é pela união dos contrários que se atinge a totalidade de forma imparcial, é também pelas contradições expressas no fenômeno com a essência que se atinge a totalidade concreta.

O estudo e compreensão da totalidade guiará este trabalho para a busca do entendimento da realidade concreta que circunscreve o objeto de estudo. É através de uma análise totalizante, supondo a divisão desta, que possibilitará a compreensão das relações entre pequenas cidades com a metrópole atingindo a essência dessas relações. Dessa forma, o uso da escala para os estudos de pequenas cidades e regiões metropolitanas faz-se fundamental.

Nesse sentido, o presente trabalho orienta-se em uma perspectiva escalar, evidenciando a importância dessa ferramenta para a apreensão da realidade. A abordagem escalar, por meio da escala geográfica, permite uma interpretação da realidade por abstração dessa mesma, sendo admitidas assim diferentes formas de análises como uma análise metropolitana, que apreende as realidades da metrópole e sua região, podendo ser observada na seção 1, ou uma análise voltada para pequenas cidades e suas dinâmicas e relações intrametropolitanas.

De acordo com Souza (2016), a importância da escala geográfica para os estudos socioespaciais está na capacidade de obter-se, pelo uso dessa ferramenta, as representações de um fenômeno em suas inúmeras dimensões, sendo elas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Dessa forma, a escala pode variar de acordo com o objetivo da pesquisa e o objeto em estudo. Antes de se aprofundar nas análises sobre escala, é importante ressaltar que o conceito desta se modifica no tempo e espaço, ele é socialmente construído e se transforma, ao longo da história e do local, em que é empregado (SOUZA, 2016, CORRÊA, 2011).

Para a utilização da escala como uma ferramenta analítica metodológica que cumpra os objetivos deste trabalho é fundamental a busca por escalas apropriadas que apreendam regiões

metropolitanas, metrópoles e pequenas cidades, sendo necessária a compreensão das diferentes escalas e de suas diferentes classificações e conceitos. Com isso, será realizada uma análise conceitual sobre escalas, buscando as escalas de análise mais adequadas para alcançar o objetivo deste trabalho.

Souza (2016) utiliza a escala geográfica para apreender analiticamente a realidade socioespacial. Para isso, o autor emprega cinco diferentes escalas, indo da escala do corpo à escala internacional. De acordo com ele, a escala local é subdividida em 3 categorias: microlocal, mesolocal e macrolocal, que apreenderão as questões que envolvem as pequenas cidades e regiões metropolitanas.

Pela ótica de Souza (2016), é por meio da escala macrolocal, que abrange grandes cidades, áreas de planejamento e regiões metropolitanas, indo até a escala microlocal que representa os pequenos e médios aglomerados urbanos, e assim pequenas cidades, que o objetivo deste trabalho será alcançado. Para o autor, a utilização da escala macrolocal é mais adequada para as análises de regiões metropolitanas do que a escala regional, uma vez que a escala macrolocal é compreendida por:

[...] uma espécie de nível local ampliado, e tem a ver com aquela situação que é típica das grandes metrópoles (e, de um ponto de vista formal, das “regiões metropolitanas” ou áreas metropolitanas) e que diversas unidades espaciais mesolocais (cidades ou político-administrativamente, municípios) se integram de modo denso, formando algo que poderia ser caracterizado como um “minissistema urbano” (SOUZA, 2016, p. 206/207).

Souza destaca que os “minissistemas urbanos”, descritos acima, apresentam grandes fluxos de deslocamento em função de moradia↔local de trabalho, bem como a integração de alguns serviços públicos de interesses comuns e a busca por lazer. O autor coloca claramente as regiões de planejamento dentro da escala macrolocal, mostrando que, em sua maioria, a metrópole e as cidades que compreendem a região metropolitana estão intimamente ligadas e envolvidas em um minissistema urbano, compartilhando diversas relações.

Os estudos de Corrêa (2007) a respeito das diferenciações socioespaciais, escalas e práticas espaciais é uma assertiva para a compreensão das questões urbanas. Dessa forma, ele parte do pressuposto de que as diferenciações socioespaciais devem ser analisadas por meio da escala conceitual.

O autor revela a importância dos estudos dessa temática para o âmbito geográfico e conclui que as diferenciações socioespaciais são referenciadas nos estudos da geografia e da perspectiva regional como “variações espaciais de fenômenos sociais e diferenciações de áreas”

(CORRÊA, 2007, p. 63). O autor aponta para o caráter inevitável das variações socioespaciais, bem como da imposição dessas pelo capitalismo (CORRÊA, 2007, p. 63):

Insistimos que as diferenças sócio-espaciais são inevitáveis e necessárias ao capitalismo. No passado, até aproximadamente o final da primeira metade do século XIX, as diferenças em questão resultavam da força de organizações socioculturais fortemente enraizadas territorialmente e do pequeno desenvolvimento de forças produtivas que o capitalismo iria criar e difundir a partir da segunda metade do século XIX. A partir de então, e de modo contínuo, o capital industrial e financeiro iria simultaneamente refragmentar e articular a superfície terrestre, estabelecendo instáveis diferenças sócio-espaciais, passíveis de apreensão em diversas escalas, entre elas a da rede urbana e a do espaço intra-urbano. Essas diferenças sócio-espaciais constituem simultaneamente reflexo, meio e condição para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista. É, assim, funcional ao capitalismo, cuja ação apresenta uma dimensão escalar, resultado de complexas práticas espaciais.

Com a refragmentação e articulação geradas pela nova etapa do capitalismo, como é possível observar no fragmento acima, estabeleceram-se novas diferenciações socioespaciais apreendidas em diversas escalas, como a da rede urbana e do espaço intraurbano. Corrêa (2007) entende que para o estudo das diferenciações socioespaciais no contexto urbano deve-se levar em conta a escala conceitual “associada à ideia de que objetos e ações são conceitualizados em uma dada escala, na qual, processos e configurações se tornam específicos e têm a sua própria escala de representação cartográfica” (CORRÊA, 2007 p. 64).

Observa-se que a escala conceitual, em âmbito geral, corresponde à escala geográfica descrita por Souza (2011). Contudo, o uso da escala adequada para a compreensão de diferentes fenômenos e diferenciações socioespaciais para Souza diverge do de Corrêa, uma vez que este último utiliza escala direcionando-a ao estudo dos fenômenos urbanos, enquanto Souza analisa esta ferramenta em uma perspectiva generalista.

De acordo com Correia (2007), para a compreensão do fenômeno urbano deve-se levar em conta as diferenciações socioespaciais, bem como, suas escalas em conexão com as práticas espaciais. Nesta perspectiva ele apreende dois tipos de escalas conceituais: a de rede urbana e a de espaços intraurbano. Ambas estão conectadas entre si, ou seja, a ocorrência de algo na escala intraurbana pode refletir na escala da rede urbana e vice-versa.

Correia (2007) observa as especificações de cada escala e entende que é na escala da rede urbana em que é possível obter uma percepção analítica das funções das cidades que a compõe, bem como das relações de hierarquia existentes na rede urbana. Contudo, é na escala intraurbana que é possível visualizar as relações econômica e socioespaciais de uma cidade, como por exemplo, na análise dos diversos centros urbanos de determinado município.

Consequentemente, é fácil perceber a necessidade do emprego da escala e seus diferentes usos para a compreensão de diversos fenômenos. Entretanto, para responder ao

objetivo deste trabalho, a escala a ser utilizada será a escala microlocal ou intraurbana, visando a análise e entendimento dos municípios em estudo, sendo observadas as suas dinâmicas internas e analisando suas relações com a metrópole a partir de suas funções e dependências.

O entendimento sobre os usos da escala para se atingir a totalidade é fundamental, uma vez, que se objetiva entender as relações de pequenas cidades metropolitanas com a metrópole. Há, assim, a necessidade do entendimento prévio sobre a escala como ferramenta de análise, objetivando compreender a dinâmica interna de cada cidade em estudo para assim analisar suas relações com a metrópole.

2.2 Uma aproximação às pequenas cidades

O conceito de pequena cidade é de difícil apreensão por possuir diferentes formas de análise e interpretação, que se modificam no tempo e espaço. Alguns autores, como Endliche (2006), Corrêa (2018) e Fresca (2010) observam que uma mesma cidade considerada pequena em determinado momento e lugar pode ser considerada grande em condições diferentes. Dessa forma, Corrêa (2018) observa que “a pequena cidade constitui objeto cuja conceituação está impregnada de encaminhamentos distintos e controversos” (CORRÊA, 2018 p. 130).

Endliche (2006) conclui que, para o entendimento de pequenas cidades, é primordial a compreensão do conceito de cidade por si só. Com isso, a autora aponta para a definição legal e funcional de uma cidade, sendo a primeira aquela que possui sede municipal institucionalizada e a segunda aquela em que se compreende aspectos de uma centralidade mínima. É nesta mesma perspectiva que Santos (2005) elabora o conceito de cidade local, a qual assume minimamente as características de uma cidade e exerce uma centralidade mínima capaz de apreender a população local.

Neste trabalho, foi abordado como cidade, o conceito oficial utilizado pelo IBGE. Entretanto, compreende-se que há limitações nessa abordagem, uma vez que, como observado por Bernardelli (2006), a existência de uma sede municipal não necessariamente implica em uma centralidade mínima correspondente a que uma cidade deva ter, e ainda, em muitos casos, há a institucionalização de sedes municipais por interesses estritamente políticos, desconsiderando as características relevantes para sua existência.

Apesar da assertiva de Bernardelli (2006) a respeito da concepção de cidade, utilizou-se, neste trabalho, o critério oficial, uma vez que o objetivo deste visa à compreensão das

relações de funcionalidade e interdependência entre as pequenas cidades que compõem a Zona Leste da RMG com sua metrópole, não entrando no critério ontológico de cidade, e assim, analisando as cidades oficializadas que compõem a Região Metropolitana de Goiânia.

Entretanto, de forma mais abrangente, pode-se compreender a cidade como forma, materialidade, ou seja, possuidora de uma morfologia própria e de delimitação, mas também como meio, condição e produto social, possuindo em seu interior as contradições da sociedade que a envolve (BERNARDELLI, 2006).

Ao longo do tempo, foram utilizados diferentes critérios para a definição de cidade, sendo eles: tamanho demográfico, densidade, aspectos morfológicos, as atividades, as inter-relações e a gerações de inovações. Contudo, pontua-se que todos os critérios utilizados possuem limitações, sendo necessária uma análise múltipla que considere as diversas análises possíveis (BERNARDELLI, 2006).

Por uma análise mais funcional, Santos (2005) observa a importância de se compreender a centralidade de uma cidade para identificar suas características como cidade e suas classificações. Assim, para o autor “a cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população, com verdadeira *especialização do espaço*” (SANTOS, p. 87, 2005).

O autor compreende que diferentemente das “*pseudocidades*”, que se constituem como pequenas aglomerações voltadas, principalmente, para a produção primária, as cidades locais são pequenas centralidades urbanas, possuindo maior complexidade na dissociação do trabalho com a existência de uma interdependência funcional entre a atividade agrícola e a atividades não agrícolas (SANTOS, 2005).

Por meio dessa maior complexidade nas relações de produção, a cidade local visa suprir as necessidades vitais mínimas da população. Tais necessidades, que em sua maioria são impostas de fora da comunidade, devem ser regularmente satisfeitas, sendo fundamental a existência de atividades que as satisfaçam (SANTOS, 2005).

Em contrapartida, Fresca (2010) constata que o conceito de cidades locais por si só não apreende o entendimento de cidades pequenas. A autora observa que o critério definido por Santos abrange a pequena cidade em sua menor instância, entretanto não compreende as pequenas cidades com centralidades mais complexas e com uma rede urbana mais abrangente.

Observa-se, portanto, que Santos (2005) potencializa o critério qualitativo ao observar as funções e centralidade da cidade local. Apesar do consenso estabelecido entre os estudiosos

do tema a respeito de uma centralidade mínima que a pequena cidade exerce, há também a necessidade de entender alguns aspectos que esbarram em parâmetros quantitativos.

A partir das observações acima, alguns autores como Endlich (2006) e Corrêa (2011) expõe a importância dos dados demográficos para uma primeira observação sobre as pequenas cidades em análise. Em contrapartida, os autores advertem que a análise isolada dos dados populacionais esvazia o debate. Dessa forma, compreende-se que para o entendimento das pequenas cidades é fundamental a junção dos estudos qualitativos e quantitativos sobre o tema.

Os estudos indicam que os dados de população estão estritamente relacionados com a centralidade que determinada cidade exerce, assim, entende-se que a quantidade demográfica revela parcialidades do município, sendo um primeiro critério para sua diferenciação e análise (CORRÊA, 2011; ENDLICH. 2006).

Seguindo esse mesmo raciocínio, Endlich (2006) sugere que para o processo de investigação das pequenas cidades de uma determinada região é fundamental que se estabeleça uma análise comparativa entre elas, permitindo observar se a cidade se constitui como pequena no contexto em que está inserida. Fresca (2010) observa que, para a caracterização de uma pequena cidade, é indispensável a compreensão de sua inserção em uma dada área, região ou rede urbana, entendendo a centralidade como fator fundamental para a sua análise.

Além de identificar os aspectos demográficos e da centralidade que cada cidade exerce, a literatura a respeito do tema indica a necessidade de compreensão das relações entre o urbano e o rural para os estudos de pequenas cidades. A importância do entendimento desses conceitos na atualidade e, principalmente, das relações estabelecidas entre eles, para o entendimento de pequenas cidades é demonstrada por alguns autores como Corrêa (2008) e Endlich (2006, 2011).

Dessa forma, Corrêa (2018) observa que as pequenas cidades estão na confluência entre urbano e rural, fazendo parte dessas duas realidades. Endlich (2006) afirma que são nas pequenas cidades que se encontram os limites entre as dimensões do rural e urbano, dando fundamentação para o estudo desses fenômenos nas pequenas cidades.

Ao conceituar pequenas cidades, Corrêa (2018) pontua que essas são núcleos de povoamento em que uma parte da população participa de atividades relacionadas com a transformação e circulação de mercadorias, e outra parte da população com a atividade agrária, gerando um continuum rural/urbano. Para o autor, as pequenas cidades constituem-se por pequenos núcleos populacionais, podendo ou não exercer pequenas centralidades na rede

urbana, possuindo fortes relações com o campo e ao mesmo tempo estando envolvidas com o meio urbano.

Diferentemente de um povoado, as pequenas cidades representam núcleos urbanos dotados com a função de sede municipal, exercendo papel político-administrativo, instituindo uma relação de poder frente ao território municipal. Assim, há a presença dos setores de serviços públicos, que por sua vez, geram novas demandas, como novas atividades econômicas vinculadas à produção, circulação de mercadorias e à prestação de serviços (CORRÊA, 2018).

Portanto, compreende-se a importância do entendimento de campo e cidade, rural e urbano para as análises das relações entre pequenas cidades e a metrópole, uma vez que essas destacam-se por estar mais expostas à intermediação desses dois fenômenos.

A concepção de cidade e campo como dois territórios rígidos, formando na dicotomia dois opostos, em que as características de um se fazem na negação do outro, é tido na atualidade como ultrapassada. É a partir disso que Sposito (2006), ao analisar a relação cidade/campo por uma perspectiva da cidade, compreende a expressão cidade/campo como uma supressão de formas espaciais, intuindo representar as indefinições entre os limites morfológicos do meio urbano e rural, gerando um contínuo cidade/campo. Dessa forma a autora considera que:

O reconhecimento de contínuo cidade/campo e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que se caracterizam pelo compartilhamento, no mesmo território ou em micro parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de usos de solos, de práticas territoriais e de interesses políticos e econômicos associados ao mundo rural e ao urbano (SPOSITO, 2006, p. 121).

A autora observa que, no processo de formação do contínuo cidade/campo, tem-se no sec. XX uma expansão territorial da urbanização mais acentuada do que nos períodos anteriores, o que reestruturou as morfologias urbanas, modificando a cidade e o campo. Nessa expansão do meio urbano, que ocorre principalmente com a expansão da metrópole ou de uma cidade maior, gera-se uma maior área de intermediação entre cidade/campo, trazendo dificuldade nas distinções entre um e outro (SPOSITO, 2006).

As pequenas cidades estão situadas nessas zonas de intermediação entre cidade/campo. Tal fator foi evidenciado por Endlich (2006) ao observar a importância dos estudos de pequenas cidades para o entendimento das relações entre campo e cidade, uma vez que elas se encontram na intermediação desses. Para Endlich, o rural consiste em “uma condição de vida pretérita, que vem sendo superada material e culturalmente. Essa superação não atinge a totalidade da

sociedade, pois se trata de um processo que não está isento das contradições que permeiam o capitalismo” (ENDLICH, 2006, p. 23).

Como aponta Sposito (2006), há na contemporaneidade a tendência de atenuação do meio rural em virtude do urbano, contudo o rural continua a se manifestar em determinadas áreas, sendo incorporado nas tradições locais, tanto no imaginário populacional como nas formas de produção. Compreende-se, portanto, que há um processo de resistência do rural e de novas ruralidades, sendo essa última gerada por processos oriundos do urbano e principalmente da metrópole.

Gottdiener (1993) segue por essa mesma linha ao observar que o urbano, na atualidade, tende para um processo de descentralização/espraiamento, mudando e criando novas centralidades, se expandindo para além dos centros históricos, levando para novas localidades a lógica do urbano. Para o autor, as novas transformações socioestruturais associadas à fase contemporânea de desenvolvimento (intervenção estatal, organização burocrática global e revolução do conhecimento técnico-científico) modificaram completamente o meio rural.

Assim, as pequenas cidades reconfiguram-se nessa lógica, ampliando suas relações com o meio urbano e modificando as já existentes com o rural. Este processo de formação da indústria agrícola transformou o meio rural, prejudicando e ofuscando a produção familiar, bem como, as pequenas cidades a ela ligadas (GOTTDIENER, 1993).

Entretanto, apesar da disseminação do meio urbano e metropolitano sobre o rural, como é identificado na literatura contemporânea, há as novas formas do rural. A agroindústria traduz-se na produção do campo amparada por um sofisticado complexo industrial, no qual todas as etapas da produção foram modificadas. Além da agroindústria, as transformações no campo instigaram um novo rural, bem como novas resistências a essas transformações.

Em seus estudo sobre pequenas cidades, Endlich (2006) compreende que o novo rural é oriundo da busca por um novo modelo de vida inexistente na metrópole. Dessa forma há o aumento de novas propriedades no meio rural, principalmente de chácaras, por uma parcela da população que almeja fugir do caos existente nas grandes cidades. Com isso, a autora observa a diminuição do trabalho no campo, sendo que, em contrapartida há o aumento de novas propriedades.

Para Rua (2006), o entendimento da relação campo/cidade como uma dicotomia é ultrapassado. O autor compreende a existência de novas territorialidades híbridas, em que há características urbanas no meio rural, compreendendo que o processo de urbanização está em constante expansão.

Nesse contexto, Rua (2006) observa que a aparente tendência de homogeneização do espaço, imposta pelos processos de expansão do meio urbano, pode ser considerada ilusória, uma vez que há na escala local as especificidades do lugar, há também as resistências do local que se constituem pela conservação da cultura, formas de produção e de vida por meio de grupos locais.

Como observado por Endlich (2006) e Corrêa (2018), as pequenas cidades estão inseridas nas localidades de intersecção do meio rural e urbano. Isto acontece em função de suas características, possuindo uma baixa quantidade populacional, bem como, menos infraestrutura de transporte e comunicação. Tais características dificultam a chegada da modernização, dos processos de urbanização e metropolização. Dessa forma, são nessas cidades que se vislumbram, com mais clareza, os resquícios do passado, e assim, sendo possível identificar as culturas e tradições de uma sociedade voltada para o campo.

No entanto, os processos de metropolização expandem-se por todo o território, chegando aos lugares mais longínquos, reestruturando-os e, em muitos casos, mudando por completo sua função na rede urbana, como bem observa Lencioni (2017). A metamorfose do espaço por meio da metropolização pode ser mais bem identificada em cidades metropolitanas, como no caso das pequenas cidades da Zona Leste da RMG.

Compreende-se, portanto, que por tratarem-se de pequenas cidades metropolitanas, o contato e as relações com a metrópole diferenciam-se, bem como altera-se também a intensidade do processo de metropolização nesses territórios. Observa-se uma tendência das pequenas cidades metropolitanas estabelecerem suas funções voltadas para suprir as necessidades da metrópole.

A tendência da fusão cidade e campo pode ser apreendida no movimento de espraiamento da cidade central como reflexo do processo de metropolização, sendo um exemplo o processo de expansão de Goiânia, sua influência direta nas cidades limítrofes e na região metropolitana como um todo. Como analisado por Lencioni (2017), o processo de metropolização ultrapassa a metrópole, levando com ele, não apenas as formas, mas também o imaginário metropolitano, modificando por completo a vivência do sujeito na cidade.

Observou-se também que a dinâmica de crescimento da metrópole modifica-se, ao longo do tempo. Este processo pode ser observado em Goiânia, em que a princípio passou por um rápido crescimento populacional, expandindo-se e extrapolando suas delimitações político-administrativas. Esse movimento de expansão começa a decair a partir dos anos de 1980, quando a atração populacional se intensifica nos municípios limítrofes à metrópole. Apesar da

existência dessa nova dinâmica de apropriação territorial, a metrópole continua exercendo importância central na região, constituindo-se como cabeça da rede urbana regional (CORRÊA, 2006).

O fenômeno descrito acima é fundamental para a existência do processo de metropolização, que por sua vez, é essencial para o movimento do capital e assim para o sistema capitalista. Neste movimento de expansão da metrópole, expande-se também suas dinâmicas de produção, ideias, maneiras de vivenciar o espaço, novas formas de consumo e usos da terra (LENCIONI, 2017).

Na atualidade, com o advento do capitalismo financeiro, que adquire ganhos fora da esfera produtiva e institui-se sob o imperativo das rendas financeiras e imobiliárias, a metrópole configura-se nessa lógica seguindo o movimento do capital. A característica dispersa do crescimento metropolitano, bem como a criação e supervalorização de novas centralidades fazem parte dessa dinâmica. Desta forma, um dos aspectos do processo de metropolização é a expansão metropolitana, irradiada pela metrópole e que atinge todo o espaço com diferentes intensidades (LENCIONI, 2017).

Lencioni observa que “o processo de metropolização corresponde ao momento mais avançado do processo de urbanização e se constitui numa *determinação histórica* da sociedade contemporânea associada à reestruturação capitalista” (LENCIONI, 2017, p.81). A partir disso, compreende-se que a dispersão da metrópole, dada inicialmente pela ampliação da periferia e conurbação com outras cidades, faz parte do processo de metropolização, gerando nas metrópoles características semelhantes, passível de serem observadas em diferentes localidades e países (GOTTDIENER, 1993).

Como parte deste processo de expansão do capitalismo, que tem como um de seus apoios a metropolização, tem-se também a disseminação da modernização, suas novas técnicas, meios de comunicação e um novo ideário (CASTILHO, 2014). Este contexto de imposição da modernização contribui diretamente nas alterações da estrutura, forma e função do espaço metropolitano, invadindo e reestruturando as pequenas cidades da região.

Alguns aspectos contribuíram para a formação do território goiano, sendo um deles a reestruturação estabelecida pela implementação do meio técnico-científico no período pós Segunda Guerra Mundial. Nessa mesma perspectiva, Corrêa (2018) observa para a ocorrência de transformações combinadas, mas ocasionadas de forma desigual pelo espaço, modificando por completo os papéis e funções das pequenas cidades na rede urbana.

Correia (2018) aponta que as transformações ocasionadas, a partir de 1950, desencadearam uma reorganização dos espaços, o que modificou as funções de pequenas cidades que se constituíam como centros locais. A refuncionalização dos centros locais são frutos de mudanças como a modernização agrícola e complexificação dos meios de transporte e comunicação, em relação a esse último Corrêa constata que:

No que diz respeito às pequenas cidades, os impactos foram duplos. De um lado elas puderam comunicar-se com centros a longa distância, sem a intermediação de centros maiores como as capitais regionais e metrópoles. De outro, tornaram-se menos importantes, possíveis de ser deixadas à margem por aqueles que, anteriormente, dada a precariedade das vias terrestres, a utilizavam. Os novos espaços de fluxos atribuiu às pequenas cidades uma importância menor que anteriormente (CORRÊA, 20018 p. 139).

Compreende-se, portanto que as pequenas cidades passaram por diversas transformações, ocorrendo de forma mais intensa em determinadas épocas e localidades. Esses processos de transformação e reestruturação do espaço encontram-se em constante movimento, e têm na atualidade, a metropolização como um de seus pilares, alterando, não apenas as pequenas cidades, mas também sua hinterlândia. Por se tratar de pequenas cidades metropolitanas, é possível intuir que estas vivenciem com maior intensidade os processos de metropolização e possuam maiores relações com sua metrópole.

A partir dos estudos e análises de diversos autores discutidos neste tópico, foi possível compreender que mesmo as pequenas cidades inseridas nas realidades metropolitanas possuem uma relação de proximidade com o campo. Entretanto, observou-se também que os processos de metropolização juntamente à expansão da modernização propiciaram, para essas cidades, novos papéis na rede urbana. Entender esses novos papéis é essencial para a compreensão das relações de funcionalidade e dependência estabelecidas entre as pequenas cidades da Zona Leste com sua metrópole.

Por conseguinte, para a compreensão das pequenas cidades da Zona Leste da RMG, seus papéis e funções na rede urbana, serão analisadas, no próximo tópico, as especificidades de cada cidade, observando desde os critérios para a seleção da área em estudo até as características econômicas e sociais de cada cidade estudada.

2.3 As Pequenas Cidades da Zona Leste da Região Metropolitana de Goiânia: entre o campo e a metropolização

Para realização das futuras análises a respeito das relações entre as pequenas cidades da Zona Leste da RMG e sua metrópole, é indiscutível a compreensão particular dessas cidades. Neste tópico, serão analisadas as pequenas cidades da Zona Leste da RMG, observando o critério utilizado para as suas escolhas.

Como visto, a conceitualização de pequenas cidades é de difícil apreensão, sendo utilizados diferentes critérios por diferentes autores. Entretanto, para a escolha das cidades em estudo, utilizou-se a princípio o índice demográfico e posteriormente a localização das pequenas cidades, como será observado ao longo desta seção.

A utilização dos dados demográficos para a identificação de pequenas cidades em determinada rede urbana ou região estabelece-se como primeiro critério na escolha das cidades em estudo. Esses dados expressam diferenças entre as diversas cidades de uma região e revelam parcialmente a sua centralidade na rede urbana.

Assim, para a seleção das pequenas cidades da RMG utilizou-se, no primeiro momento, o critério populacional, objetivando identificar, dentre as 21 cidades, quais se caracterizam como pequenas. Para tanto, estabeleceu-se como pequenas cidades as que possuem menos de 20.000 habitantes. Ao se utilizar a metodologia comparativa indicada por Endlich (2006), observou-se que o critério de 50.000 habitantes, utilizado por alguns autores, não condiz com a realidade das cidades presentes na RMG.

Como é possível observar na tabela 3, considerando a projeção de 2018, as cidades que compõe a RMG apresentam, em sua maioria, baixo índice demográfico, sendo que 16 dos 21 municípios possuem população abaixo de 50.000 habitantes, desses 16 municípios 11 possuem a população abaixo de 20.000 habitantes. Observa-se que ao considerar como pequenas cidades, aquelas com até 50.000 habitantes, a variação torna-se muito grande, colocando no mesmo grupo cidades com realidades díspares, como por exemplo, Brazabrantes, que possui uma população de 3.644 e Goianira com 41.559 habitantes.

Tabela 3: População Censitária 2000/2010 e Projeção Populacional – 2018

MUNICÍPIO	2000	2010	2018
Abadia de Goiás	4.971,00	6.876,00	8.340,00
Aparecida de Goiânia	336.392,00	455.657,00	550.553,00
Aragoiânia	6.424,00	8.365,00	9.905,00
Bela Vista de Goiás	19.210,00	24.554,00	28.853,00
Bonfinópolis	5.353,00	7.536,00	9.201,00
Brazabrantes	2.772,00	3.232,00	3.644,00
Caldazinha	2.859,00	3.325,00	3.743,00
Caturai	4.330,00	4.686,00	5.083,00
Goianápolis	10.671,00	10.695,00	11.102,00
Goiânia	1.093.007,00	1.302.001,00	1.483.480,00
Goianira	18.719,00	34.060,00	41.864,00
Guapó	13.863,00	13.976,00	14.559,00
Hidrolândia	13.086,00	17.398,00	20.779,00
Inhumas	43.897,00	48.246,00	52.777,00
Nerópolis	18.578,00	24.210,00	28.679,00
Nova Veneza	6.414,00	8.129,00	9.518,00
Santo Antônio de Goiás	3.106,00	4.703,00	5.892,00
Senador Canedo	53105	84.443,00	107.476,00
Terezópolis de Goiás	5083	6.561,00	7.741,00
Trindade	81457	104.488,00	122.966,00
Santa Bárbara de Goiás	4963	5.751,00	6.462,00
TOTAL	1.748.260,00	2.178.892,00	2.532.617,00

Fonte: IMB/IBGE, 2019

É importante pontuar que o presente trabalho focaliza os estudos sobre pequenas cidades, entretanto serão analisadas também suas hinterlândias, em razão destas possuírem influências diretas nas relações com a metrópole. Pontua-se que algumas análises realizadas fazem referência aos dados municipais e não estritamente aos cidadãos, isso ocorre, por

exemplo, com os dados fornecidos pelo IBGE. Dessa forma, em alguns momentos do trabalho, principalmente nas análises da área de estudo, serão realizadas análises municipais.

No segundo momento, optou-se por restringir a pesquisa para o estudo das pequenas cidades da Zona Leste. A escolha do recorte espacial ocorreu em função de sua proximidade com o eixo Goiânia – Anápolis – Brasília e pela questão ambiental da região. Como visto na Seção 1, o eixo Goiânia – Anápolis – Brasília é um eixo de desenvolvimento, com grande fluxo de pessoas, mercadorias e alta projeção econômica, impactando as cidades em suas proximidades.

Em relação à questão ambiental, compreende-se que parte das cidades da Zona Leste da RMG estão inseridas em um contexto ambiental que as diferenciam das demais cidades da região. Elas estão localizadas na bacia hidrográfica do Ribeirão João Leite, fazendo parte de sua Área de Preservação Permanente. A bacia do João Leite, associada à do Rio Meia Ponte, são as principais bacias para a captação de água de Goiânia e sua região metropolitana (SOUSA, 2013).

Dessa forma, as pequenas cidades em análise possuem duas particularidades em relação às demais. Primeiro, acredita-se que por estarem localizadas no eixo Goiânia – Anápolis – Brasília, as pequenas cidades, em estudo, participam mais violentamente dos processos de modernização, metropolização e especulação imobiliária oriunda de localidades com intenso fluxo, como o de acesso direto às duas metrópoles da região.

Em segundo, essas cidades estão localizadas na maior área de preservação ambiental da RMG, impondo-lhes restrições ao uso do solo. Essas duas particularidades especificam as cidades em estudo, diferenciando-as das demais, e contribuíram para a metodologia de escolha das cidades a serem analisadas.

A relevância do processo de metropolização pode ser observada pelas atividades presentes em determinada cidade, sendo a predominância da atividade de serviços um indício de suas condições urbanas. Entretanto, apesar do maior destaque na atividade de serviços, a relevância agrícola nos municípios de regiões metropolitanas é registrada na literatura, mostrando a necessidade de uma produção agrícola para o abastecimento da metrópole e sua região. O cinturão verde, formado pelos municípios entorno à metrópole, é uma das características fundamentais do processo de metropolização (LENCIONI, 2013).

Destarte, a metrópole ainda assume um enorme poder atrativo e de centralidade que se expõe, entre outros aspectos, pela disponibilidade de serviços relacionados à saúde, educação e

lazer (PDIRMG, 2017). Essa característica pode ser observada, ao se analisar os dados das pequenas cidades a respeito da disponibilidade, quantidade e qualidade desses serviços.

Apesar da importante atratividade que a metrópole exerce perante as demais cidades e do reflexo desse processo nas relações fundamentadas entre pequenas cidades e sua metrópole, a literatura a respeito de grandes cidades já evidenciou exaustivamente a centralidade que estas impõem perante as demais. Esse fenômeno pode ser evidenciado e assim generalizado para diferentes metrópoles. Entretanto, outros aspectos que dizem respeito, principalmente, à metropolização podem ser vislumbrados nas cidades que compõe regiões metropolitanas. Um deles é a centralização e descentralização da metrópole, fenômenos estudados por Gottdinier (1993) e Lencioni (2006).

A descentralização de Goiânia pode ser observada quando se identifica um alto crescimento dos municípios limítrofes à metrópole. Em relação a Bonfinópolis e Terezópolis de Goiás, esse processo é percebido quando constatado que o crescimento populacional, de cada uma delas, é relativamente maior que o de Goiânia. Em contrapartida, os municípios de Caldazinha e Goianópolis apresentam menores índices de crescimento, como é possível observar na figura 4.

Esse crescimento é reflexo do processo de espraiamento da metrópole, influenciando os municípios que compõe a RMG. Entretanto, a centralidade da metrópole e das cidades médias anexadas a ela ainda exercem atração para a população das demais cidades da região. Esse fenômeno é muito bem ilustrado através do Diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Integrado na RMG e foi mais bem observado na seção 1.

Compreender a centralidade da metrópole perante sua região metropolitana é fundamental para o entendimento das relações entre pequenas cidades e metrópole. Entretanto, o cerne do trabalho está nas relações das pequenas cidades com a metrópole e não o contrário. Assim, neste momento, será focalizada a compreensão individual das pequenas cidades em estudo. Dessa forma, resta questionar e responder: Quais papéis e funções essas pequenas cidades exercem na rede urbana? O que elas produzem? Como são e ocorrem suas dinâmicas internas?

2.3.1 Origem das Pequenas Cidades da Zona Leste da RMG

A 31,4 km de Goiânia, localizado na Zona Leste da Região Metropolitana de Goiânia, situa-se o município de Bonfinópolis, possuindo uma área territorial de 123,427 km², com uma população estimada, em 2018, de 9.488 habitantes, configurando-se, assim, como uma pequena cidade. O município foi oficializado em 1988 pela Lei nº 10.408 de 27/01/1988, mas origina-se juntamente à construção da ferrovia na região em 1950, como é possível observar no quadro 1 (IMB, 2019).

Como visto na seção 1, o projeto modernista de integração do território nacional impulsionou e promoveu a complexificação dos meios de comunicação e transporte na região. A ferrovia, que deu sustentabilidade para a formação do aglomerado populacional de Bonfinópolis, fundamenta-se nesse período, com a inauguração do ramal ferroviário ligando Leopoldo de Bulhões a Goiânia. Entre as duas cidades foi construída a estação ferroviária que deu origem a Bonfinópolis. Dessa forma, o município que antes era agregado a Leopoldo de Bulhões, oficializou-se como sede municipal em 1988 (COUTO, 2009).

De acordo com Couto (2009), apesar da origem de Bonfinópolis estar atrelada à ferrovia, o município apresentou um maior aumento populacional devido à proximidade de Goiânia. As relações entre a pequena cidade de Bonfinópolis e a metrópole foram constituídas, ao longo da formação do território goiano.

O município de Caldazinha, localizado a 34 km de Goiânia, com uma área territorial de 249,691 km² e uma população estimada, em 2018, de 3.789 habitantes, insere-se nesse mesmo contexto de formação do território goiano. Assim, de acordo com o IBGE, o aglomerado iniciou-se, em 1937, por meio de terras doadas à Igreja. Em 1957, o aglomerado populacional foi oficializado como distrito e apenas em 1989 foi emancipado de Bela Vista de Goiás, à qual era anteriormente agregado (IBGE, 1958).

Goianópolis, município localizado a 40 km de distância da metrópole, com uma área territorial de 169,013 km² e uma projeção populacional em 2018 de 11.239 habitantes, teve a formação inicial do seu povoado em 1928, um pouco antes à criação de Goiânia, em 1933. O povoado que posteriormente originou o município iniciou-se com a abertura de uma estrada de rodagem, ligando Anápolis a Goiânia.

O surgimento do povoado foi influenciado pela doação de terras para a construção de uma capela e formação do patrimônio municipal. A princípio, Goianópolis era subordinada a

Anápolis, desmembrando-se deste último apenas em 1958 com a Lei Estadual n.º 2.142, sendo elevado à categoria de município.

Já o município de Terezópolis de Goiás, localizado a 32,8 km, com uma área territorial de 106,91 km² e uma população estimada em 2018 de 7.897 habitantes, tem suas origens no município de Goianápolis, sendo originalmente agregado a este. A origem do seu povoado ocorre entre 1930 a 1940 e em 1992 é elevada à categoria de município pela Lei Estadual n.º 11.704. Sua formação foi diretamente influenciada pela criação da Estrada rodoviária BR – 153-060.

As origens do povoamento e processo de ocupação, bem como as influências para o processo de formação das pequenas cidades da Zona Leste da RMG e os períodos e leis que deram origem aos municípios podem ser visualizados no quadro 1.

QUADRO 1 – Cronologia e Fatores Para a Formação dos Pequenos Municípios da Zona Leste

Municípios	Origem e Período do Povoado	Processos que Influenciaram a Formação	Elevação à Categoria de Município
Bonfinópolis	- Leopoldo de Bulhões em 1938	- Estrada de Ferro, 36 km de Goiânia; - Rodovia GO - 010.	- Em 1988 pela Lei Estadual n.º 10.408, de 30/12/1987
Caldazinha	- Silvânia – Agregado à Bela Vista em 1896	Atividade agropecuária; - Fazenda, igreja e praça - Patrimônio: doação de terras à Igreja.	- Em 1992 pela Lei Estadual n.º 11.699, de 29/04/1992
Goianápolis	- Anápolis em 1928	- Atividade agropecuária; - Fazenda, capela e praças; - Patrimônio: doação de terras; - Estrada – rodovia BR 153.	- Em 1958 pela Lei Estadual n.º 2.142, de 14/11/1958
Terezópolis de Goiás	- Anápolis – Goianápolis em 1930	- Atividade agropecuária; - Fazenda - Estrada rodovia BR – 153-060.	- Em 1992 pela Lei Estadual n.º 11.704, 29/04/1992

Fonte: IBGE (1958); Prefeituras Municipais. Organização: DEUS, Natália (2020)

Como visto na seção 1, podendo ser observado no quadro 1, a região está fundamentada em uma forte base agropecuária, sendo esta constituída primeiramente como fonte de subsistência para o abastecimento da população local. Assim, os pequenos municípios da Zona Leste da RMG apresentam a agropecuária como um dos vetores de sua formação.

Apesar das diferenças nos processos de formação das pequenas cidades da Zona Leste da RMG, estas estão inseridas no contexto do processo de formação do território goiano, tendo como um dos principais vetores de suas origens, a construção de ferrovias ou rodovias. Observa-se também que todas as cidades, exceto Caldazinha, possuem seu período de formação próximo ao período da construção e criação de Goiânia, o que reafirma a influência desta no processo de povoamento da região.

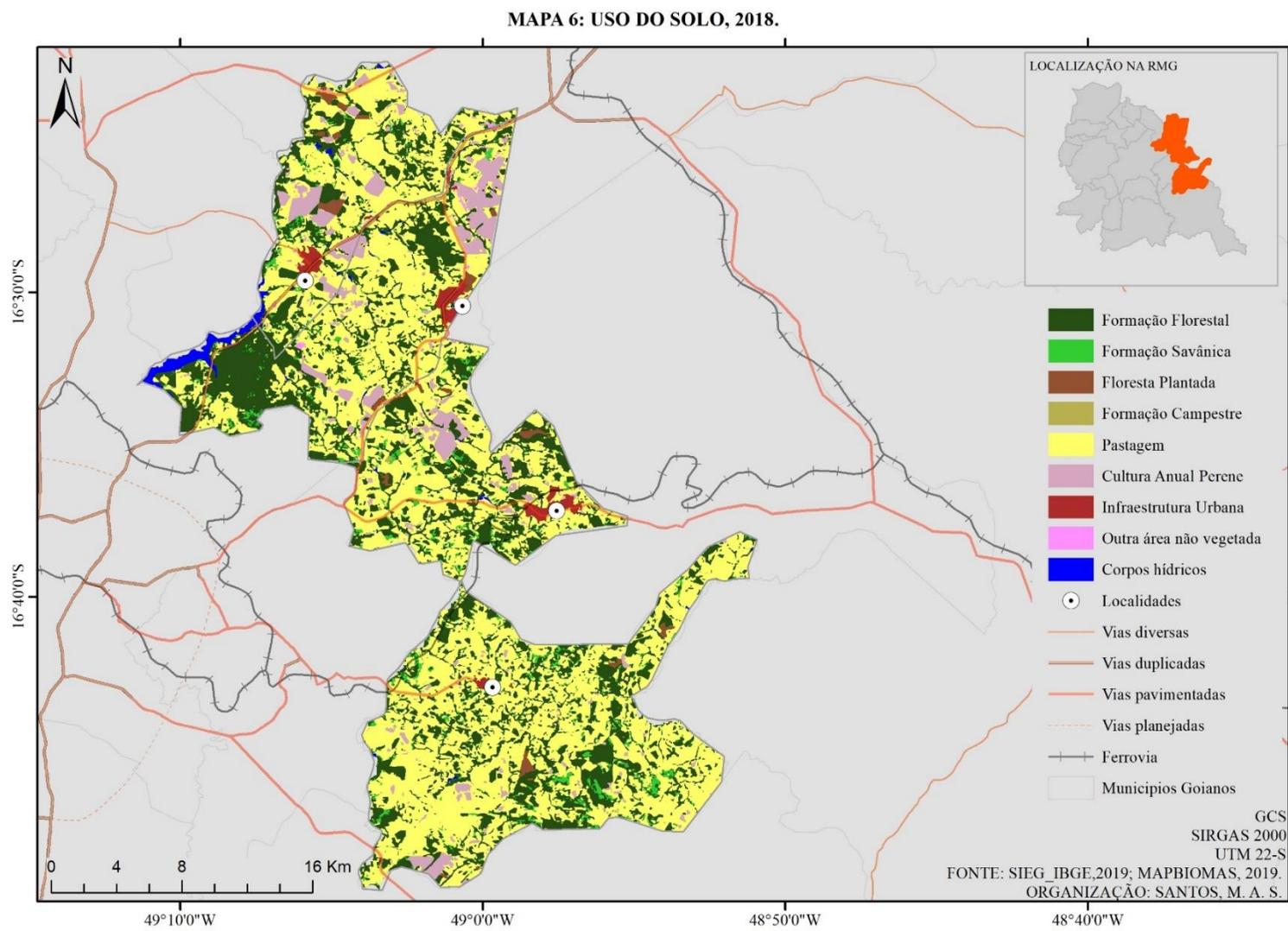
Outro fator de influência no processo de institucionalização de novos municípios foi à criação e vigência da constituição de 1988, atribuindo aos municípios autonomia como ente federativo e diminuindo a centralidade da União e dos estados. De acordo com Santos e Santos (2012), o processo de descentralização promovido pela constituição de 1988 implicou em medidas como a desconcentração fiscal, o que influenciou diretamente na criação de novos pequenos municípios que antes eram agregados a municípios maiores.

2.3.2 Uso do Solo

Os aspectos de uso e ocupação do solo são essenciais para a compreensão das cidades em estudo, sendo este, reflexo do desenvolvimento e crescimento de determinada sociedade. Assim, os aspectos de uso e ocupação do solo são oriundos da materialização social, refletindo características históricas, culturais, sociais e ambientais. Dessa forma, para a análise do uso do solo observou-se as diferentes áreas que o compõe.

Ao analisar os aspectos do uso do solo na área de estudo, presente na figura 6, é possível identificar a predominância de áreas de pastagem, sendo esta uma característica típica da região Centro-Oeste e do estado de Goiás. Observa-se também que a segunda maior área é composta por formação florestal, presente principalmente no município de Goianópolis que compreende parte da unidade de conservação. A terceira área de maior presença é a de cultura anual perene, com maior incidência no município de Terezópolis.

FIGURA 6



A figura 6 permite visualizar a pequena área composta pela infraestrutura urbana, refletindo características das pequenas cidades como o baixo índice populacional, a relação de proximidade com o campo e o uso de bens e serviços da metrópole. A análise da infraestrutura urbana por si só não permite conclusões, contudo ela reflete e complementa características já observadas posteriormente.

A tabela 4 apresenta a porcentagem dos diferentes tipos de uso do solo por município. Os dados presentes na tabela estão ilustrados na figura 6, contudo sua apresentação numérica permite maior aproximação da realidade.

Tabela 4 - Uso do Solo Por Município % (2019)

Usos do Solo	Bonfinópolis	Caldazinha	Goianápolis	Terezópolis de Goiás
Formação Florestal	30,64	27,05	31,98	27,01
Formação Savânica	3,99	3,99	2,36	2,86
Floresta Plantada	0,91	0,60	0,59	2,08
Formação Campestre	0,38	0,08	0,26	0,30
Pastagem	55,20	65,12	49,46	54,50
Cultura anual perene	6,25	2,78	9,67	9,72
Infraestrutura Urbana	2,26	0,23	1,79	1,78
Outra área não vegetada	0,10	0,04	0,78	0,50
Corpo Hídrico	0,28	0,11	3,11	1,25

Fonte: MAPBIOMAS, 2019.

Por meio da tabela 4, é possível analisar o uso do solo de acordo com cada município. Assim, identificou-se que todos os municípios possuem predominância em áreas de pastagem, sendo o município de Caldazinha, com 65,12%, índice este que pode estar relacionado com a criação de gado e vaca leiteira no município.

Apesar da presença da unidade de conservação nos municípios de Terezópolis de Goiás e Goianápolis, observou-se que o município com maior porcentagem de remanescente, considerando a soma dos índices de formação vegetal, formação savânica e formação campestre, é Bonfinópolis com 35%. Entretanto a porcentagem do índice de formação florestal aparece como segunda maior área em todos os municípios.

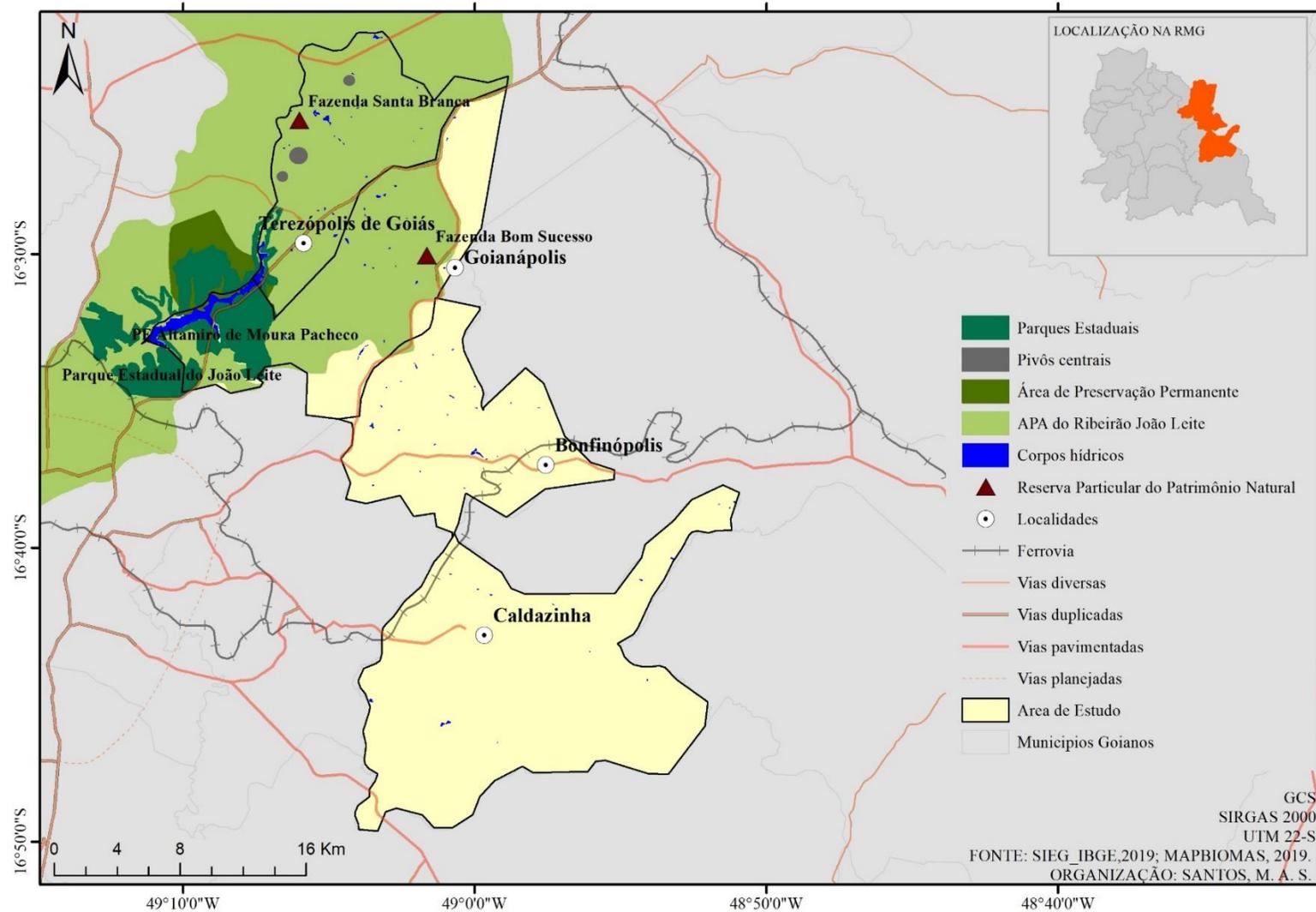
Em relação à agricultura, identificou-se que os municípios com maior área de cultura anual perene são Terezópolis de Goiás com 9,72% e Goianápolis com 9,67%. Ambos estão presentes em unidades de conservação, o que restringe empreendimentos de alto risco ambiental como indústrias, fazendo da agricultura uma opção viável de produção.

Como mencionado anteriormente, parte das cidades em estudo, Terezópolis de Goiás e Goianápolis estão inseridas na bacia do ribeirão João Leite, região essa que necessita de preservação direta, tornando-se urgente a implementação da unidade de conservação, com o objetivo de proteger os recursos hídricos da bacia João Leite e fornecer a possibilidades para o uso do solo de forma sustentável (GOIÁS, 2002). Por este motivo, ambos os municípios possuem o maior percentual de corpos hídricos em seu território.

Dessa forma, foi instituído em 2002 e oficialmente delimitada em 2003, a maior unidade de conservação da região metropolitana de Goiânia, sendo essa a Área de Preservação Ambiental (APA) João Leite. Na figura 7 observa-se que a APA João Leite abrange todo o município de Terezópolis de Goiás e boa parte do município de Goianápolis. É nesta mesma região que se encontram os Parques Estaduais Altamiro Peixoto e do João Leite. Na localidade da APA também estão inseridas duas Reservas Particular de Patrimônio Natural.

FIGURA 7

MAPA 7: ÁREAS DE PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL, 2018.



Tanto a área de preservação ambiental João Leite como os parques presentes em Terezópolis de Goiás e Goianópolis implicam restrições ao uso do solo. A implementação da APA João Leite impõe, em suas delimitações, o uso sustentável do solo. Os parques Altamiro Peixoto e João Leite estabelecem proteção integral (SEMARH, 2009)

Em relação à APA João Leite, a restrição do uso do solo é delimitada por diferentes zonas com diferentes graus de vulnerabilidade. Nas zonas mais internas e próximas ao ribeirão, correspondentes ao núcleo da APA, as restrições são maiores, permitindo apenas o uso antrópico para pesquisas científicas, fiscalização e proteção. Em contrapartida, a maior parte da APA está presente em zonas em que são permitidos o uso moderado e sustentável do solo, podendo haver a produção agrícola e pecuária (SEMARH, 2009).

Como visto anteriormente no mapa das Unidades de Conservação da área em estudo, é possível compreender que a APA João Leite apreende todo município de Terezópolis e boa parte de Goianópolis, logo se observa que ambos os municípios estão inseridos em uma zona de restrição ambiental, em que se permite o uso moderado e sustentável do solo. Entretanto, de acordo com Sousa (2013), os municípios que compõe a APA são de relevante importância para a produção agrícola da região e para o abastecimento da metrópole.

2.3.3 Educação e Saúde

Para a efetuação da análise da educação e saúde nos pequenos municípios em estudo, foram observados alguns índices gerais como o IDH educação/saúde e outros mais específicos como a quantidade de estabelecimentos de educação e leitos hospitalares. A qualidade da saúde e educação da área de estudo é um indicativo da sua relação de dependência com a metrópole, uma vez que a população das pequenas cidades metropolitanas busca atender, na metrópole, necessidades não supridas em seus municípios.

Em termos de educação e saúde, os dados fornecidos pelos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação/Longevidade (IDH educação, IDM- longevidade) e os Índices de Desempenho Municipal de educação (IDM educação) e de saúde (IDM saúde) podem ser um primeiro indicativo da disponibilidade e qualidades desses serviços nos municípios.

Em relação à educação, o IDH educação visa mensurar a qualidade desta através do cálculo de diferentes variáveis. Assim, como pode ser observado na tabela 5, os municípios com

maiores IDH educação são Goianópolis (0,62) e Terezópolis de Goiás (0,61) ambos refletem uma educação mediana. Em contrapartida, os outros dois municípios, Caldazinha (0,59) e Bonfinópolis (0,58) apresentam um indicativo de educação considerado baixo, refletindo alguma fragilidade referente a esse serviço (IBGE, 2010)

Tabela 5 – IDH Educação (2010) e IDM Educação (2019)

Municípios	IDH	IDM
Bonfinópolis	0,58	4,97
Caldazinha	0,59	5,58
Goianópolis	0,62	5,88
Terezópolis de Goiás	0,61	5,59

Fonte: IBGE, 2010; IMB, 2019

Apesar do IDH, referente ao censo de 2010, ser um dado já ultrapassado ele pode denunciar aspectos ainda em evidência no município, como a existência de alguma fragilidade na educação. Essa característica pode ser abstraída pelo IDM Educação, que revelou índices mais baixos. Assim, Goianópolis apresenta o índice mais elevado (5,88) do IDM, seguido por Terezópolis (5,59), Caldazinha (5,58) e Bonfinópolis (4,9). Os dados do IDM são mensurados de 0 a 10, mostrando que todos os municípios em questão apresentam baixo IDM Educação (IMB, 2019).

Os Índices de Desenvolvimento Humano e Desempenho Municipal da educação indicam uma visão geral dos municípios, revelando que o município de Goianópolis apresenta maior qualidade na educação e o de Bonfinópolis pior qualidade. Entretanto, é necessário estabelecer análises mais profundas que orientarão maiores interpretações.

Outro dado, que visa medir a qualidade da educação, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Assim, de acordo com o MEC (2017), o município que atingiu maior qualidade pelo IDEB foi Goianópolis, tanto nos anos iniciais como finais do ensino fundamental. Já Terezópolis foi o município com o menor desempenho, como é possível observar na tabela 6.

Tabela 6 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica nos Pequenos Municípios da Zona Leste da RMG, 2017

Municípios	Anos Iniciais do Ensino Fundamental na Rede Pública	Anos Finais do Ensino Fundamental na Rede Pública
Bonfinópolis	5,7	5,3
Caldazinha	5,4	5,5
Goianópolis	5,9	5,5
Terezópolis de Goiás	5,4	4,5

Fonte: MEC, 2017

Dentre todos os dados analisados, o município de Goianópolis destaca-se, apresentando o melhor desempenho na educação. Entretanto, em relação aos piores indicadores de educação, que evidenciam fragilidades na área, os índices mostram diferentes resultados. Tanto o IDM como o IDH diagnosticaram Bonfinópolis como o município de piores indicativos na educação, enquanto o IDEB evidenciou Terezópolis.

Essa diferença nos resultados ocorre em função da metodologia destes, sendo que tanto o IDM como o IDH são índices mais amplos que visam dimensionar desde os aspectos de infraestrutura educacional às taxas de alfabetização. Em contrapartida, o IDEB é o cálculo do fluxo escolar e do desempenho nas avaliações, objetivando mais especificamente na qualidade do ensino e o desempenho do aluno. Com isso, pressupõe-se que apesar de Terezópolis apresentar boa estrutura educacional, o mesmo não acontece em relação ao desempenho dos alunos.

Ao analisarmos o número de estabelecimentos de ensino e a quantidade de alunos matriculados observa-se que Terezópolis é o município que apresenta a maior quantidade de estabelecimentos de ensino em proporção ao número de alunos matriculados. Em contrapartida, o município possui apenas 41 salas utilizadas enquanto Goianópolis possui 72, como pode ser observado na tabela 7.

Tabela 7-Equipamentos de Educação e Alunos Matriculados, 2018

Municípios	Estabelecimento de Ensino	Salas de Aula Utilizadas	Alunos Matriculados
Bonfinópolis	6	42	1.685
Caldazinha	4	20	642
Goianápolis	8	72	2.260
Terezópolis de Goiás	8	41	1.328

Fonte: IMB, 2018

Compreende-se que os municípios possuem equipamentos de educação suficientes para atender a população no ensino básico, contudo os dados gerados pelos IDH (2010) e IDM (2019) evidenciaram fragilidades na área. Dessa forma, apesar do IDEB (2017) indicar um baixo desempenho na educação dos municípios da região, estes estão de acordo com a média nacional. Observou-se também que o município com melhor desempenho em todos os índices analisados foi Goianápolis.

Entretanto, de acordo com o censo de 2010, Goianápolis foi o município que apresentava maior percentual de pessoas que frequentavam escolas ou creche em outro município, correspondendo a 16%. Já o município que possuía o menor percentual foi Terezópolis de Goiás com 9,3%, seguido por Bonfinópolis com 13,7 % e Caldazinha com 14,9%.

Esses dados mostram que, em 2010, um grande contingente populacional saía de sua localidade em busca de educação. Apesar dos dados de migração por estudo não serem atuais eles trazem um indicativo da dinâmica desses municípios. E revela que Goianápolis, município com maiores índices de educação é o que possuía em 2010 maiores taxas de alunos matriculados em outros municípios. Em contrapartida, Terezópolis que possui um dos piores indicativos nos índices de educação é o que tinha, em 2010, menores taxas de alunos matriculados em outros municípios.

Compreende-se que a disponibilidade e qualidade de serviços dos pequenos municípios da zona leste da RMG geram influências diretas em suas relações com a metrópole. Isso acontece quando um município não consegue suprir as necessidades básicas da população, como saúde e educação, obrigando-a a procurar em outros lugares. No caso da RMG a busca

por serviço ocorre principalmente na metrópole e municípios limítrofes a ela, uma vez que estes são os que possuem melhor infraestrutura (PDIRMG, 2017).

Para o entendimento da saúde, foram analisados o IDH de longevidade e o IDM de saúde, compreendendo que esses são dados gerais e trazem parcialidades da realidade. Em relação a esses dois índices, constatou-se que ambos apresentam altos valores, indicando boa qualidade em relação à saúde.

Nas análises realizadas pelo Instituto Mauro Borges (2019) a respeito do IDM, observou-se que há uma tendência dos pequenos municípios, de 5.000 a 10.000 habitantes, em obterem altos valores no IDM saúde. Ao analisar os pequenos municípios da Zona Leste da RMG identificou-se essa tendência, observando que todos os municípios apresentam altos índices de saúde, o que reflete uma alta qualidade desta.

Como é possível observar na tabela 8, o município com maior desempenho na área da saúde é Goianópolis, com uma pontuação de 8,18; seguido por Caldazinha com 7,64; Bonfinópolis com 7,34 e por último Terezópolis com 6,29 (IMB, 2018). Dessa forma, observa-se que se esse dado refletisse a realidade em sua completude poder-se-ia concluir que os municípios, exceto Terezópolis por apresentar uma pontuação média, teriam poucos problemas em relação a esse serviço.

Os valores mensurados pelos IDH longevidade são ainda mais altos que os do IDM saúde, contudo pontua-se que há diferenças na metodologia para a formulação dos índices, sendo o IDH mais objetivo ao analisar aspectos como expectativa de vida e mortalidade, enquanto o IDM mais genérico e amplo. Contudo, apesar das diferenças metodológicas, o município que apresenta maiores índices é Goianópolis e o de menores índices é Terezópolis, como pode ser observado na tabela abaixo (tabela 8).

Tabela 8 – IDH Longevidade, 2010 e IDM Saúde, 2018

Municípios	IDH	IDM
Bonfinópolis	0,817	7,34
Caldazinha	0,814	7,64
Goianapolis	0,825	8,18
Terezópolis de Goiás	0,799	6,29

Fonte: IMB, 2018

Entretanto, para apurar a situação dos municípios e realizar um diagnóstico completo é indispensável a análise de outros dados. Dessa forma, observou-se que as cidades em questão apresentam pouca infraestrutura em relação à saúde, como em números de estabelecimentos de saúde, hospitais e leitos.

Como é possível observar na tabela referente a equipamento de saúde (Tabela 9) constatou-se que apenas Goianápolis possui hospital, e somente Goianápolis e Bonfinópolis possuem leitos disponibilizados pelo SUS (DATASUS, 2018). A partir dos dados de equipamentos de saúde, pode-se concluir que apesar dos altos índices no IDH e IDM os municípios não possuem infraestrutura suficiente para atender a população, principalmente quando se refere a um tratamento especializado.

Tabela 9 - Equipamentos de Saúde dos Pequenos Municípios da Zona Leste da RMG – 2018

Municípios	Hospitais	Estabelecimentos de Saúde	Leitos	Médico SUS por 1.000 habitantes
Bonfinópolis	0	2	3	10
Caldazinha	0	1	0	10
Goianápolis	1	8	18	10
Terezópolis de Goiás	0	1	0	10

Fonte: DATASUS, 2018; IMB, 2018

Não obstante, os dados em análise revelam contradições, sugerindo que os municípios não consigam atender a população além da saúde básica. A contradição também aparece ao observar que o IDH longevidade é alto, mostrando que a população vive e envelhece mais, necessitando assim de atendimentos de saúde especializados.

2.3.4 Serviços e Comércio

Para o entendimento geral das pequenas cidades em estudo é fundamental a compreensão das características, qualidades e quantidades dos serviços disponíveis em cada cidade. A compreensão dos serviços também é indispensável para que se cumpra o objetivo da pesquisa, uma vez que as relações de funcionalidade e dependência entre pequenas cidades e metrópole possuem associação direta com a disponibilidade e qualidade dos serviços e comércio ofertados.

Considerou-se como serviços os critérios estipulados pelo IBGE (2019), em que consiste nas atividades de transporte, armazenagem, correio, alojamento e alimentação; informação e comunicação; atividades imobiliárias; atividades profissionais, científicas e técnicas; atividades administrativas e serviços complementares; artes, cultura, esporte e recreação; e outras atividades de serviços.

Observa-se que o critério de delimitação das atividades de serviços é amplo, colocando no mesmo universo diversas atividades, e assim, dificultando as análises. Dessa forma, para apreender esta atividade nas pequenas cidades da Zona Leste da Região Metropolitana de Goiânia utilizou-se critérios gerais como a porcentagem do Valor Adicionado Bruto, o ICMS arrecadado por atividade municipal, o número de agências, correios e empresas relacionadas ao comércio presentes nos municípios em estudo.

A importância dos serviços para a dinâmica do município é evidenciada pelo percentual de serviços na composição do Valor Adicionado Bruto. Um dos aspectos observados na seção 1 foi à predominância desta atividade na RMG, e assim, nos pequenos municípios presentes na zona leste desta.

Ao incluir os serviços públicos, agregado na administração pública do Valor Adicionado Bruto, a porcentagem na composição do VAB ultrapassa a metade, como pode ser identificado no gráfico 4. Com este dado é possível compreender a força que a administração pública e os serviços exercem para o funcionamento da economia municipal.

Gráfico 4- Valor Adicionado Bruto por Atividade na Área de Estudo (%), 2016



Fonte: IMB, 2016

De acordo com o gráfico 4, identificou-se que Terezópolis e Goianápolis são os municípios com maior porcentagem da atividade de serviços no valor adicionado bruto municipal. Constatou-se que ambos os municípios possuem o maior índice demográfico, bem como o maior percentual de valor adicionado bruto na atividade industrial e menores índices na atividade de administração pública.

Através dos indicadores disponibilizados pelo VAB, é possível identificar que os municípios de Terezópolis e Goianápolis são os que estão mais inseridos no processo de metropolização, possuindo maiores características originárias do meio urbano e metropolitano, como a forte presença de serviços e o maior indicativo de indústrias, mesmo que estas últimas sejam referentes, em sua maioria, à pequena fábrica.

Esses dois municípios possuem menores contribuições da administração pública na composição do VAB municipal, evidenciando maior independência dessa última na dinâmica interna do município. Dessa forma, Terezópolis de Goiás e Goianápolis possuem menor dependência dos repasses estaduais e federais que dão sustentabilidade para a administração pública.

Em contrapartida, Bonfinópolis e Caldazinha possuem menores porcentagens da atividade de serviços e indústria, possuindo também maiores porcentagens da administração pública na composição do VAB municipal. Essas qualidades sugerem que os dois municípios

distanciam-se das características presentes em uma metrópole ou grande cidade, revelando assim baixa inserção no processo de metropolização.

Observa-se que Bonfinópolis é o município com maior VAB de administração pública, revelando a dependência deste dos repasses estaduais e federais, bem como da força do estado na dinâmica interna municipal. O município de Caldazinha também apresenta altos índices da atividade de administração pública, todavia os dados revelam uma particularidade, evidenciando alto percentual do VAB na atividade agropecuária, e indicando uma forte relação com o campo.

A relevância das atividades de serviço e comércio podem ser evidenciada pela arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Assim, observa-se na tabela 10 que as arrecadações correspondentes às atividades de serviços, como combustível, comunicação e prestação de serviços, em junção com o comércio representam grande parte do ICMS total arrecadado (IMB, 2017).

A análise do ICMS municipal colabora para o entendimento dos recursos obtidos pelos municípios através do repasse de verba estadual. Apesar de o ICMS ser um imposto estadual, parte do tributo arrecadado é transferido aos municípios, de acordo com a arrecadação desses últimos. Assim, além do ICMS ser um indicativo das relações comerciais ele também é um indicativo dos recursos obtidos pelo repasse de sua tributação.

Dessa forma, compreende-se que os municípios com maiores arrecadações correspondem a uma realidade interna de maior circulação de mercadoria e capital. Observa-se também que a maior quantidade de arrecadação indica maior quantidade de verba repassada do estado ao município, dinamizando o município e gerando maiores fluxos de capital. Assim, os valores obtidos pelo ICMS são reflexos da dinâmica econômica municipal.

Tabela 10 – Arrecadação do ICMS (R\$ MIL) por Atividades de Serviços e Comércio, 2017

Tipos de Atividades	Bonfinópolis	Caldazinha	Goianápolis	Terezópolis de Goiás
Combustível	-	1	2	12
Comércio Atacadista e Distribuidor	24	-	1.520	88
Comércio Varejista	505	197	602	519
Comunicação	-	-	7	1
Prestação de Serviços	15	-	33	8
Outros	7	-	10	12
Arrecadação Total do ICMS	629	458	3.677	2.102

Fonte: IMB, 2017

Ao analisar a arrecadação do ICMS sobre o comércio e atividades de serviços, observa-se que o município de Goianápolis se destaca em relação ao comércio atacadista, como pode ser visualizado na tabela 10 demonstrando maior centralidade nesta atividade que as demais cidades. O indicativo de centralidade ocorre pelo potencial que o município dispõe em fornecer produtos em grandes quantidades para empresas ou estabelecimentos varejistas, colocando-o como parte fundamental da rede de distribuição de produtos, podendo ultrapassar fronteiras político-administrativas.

A instalação de empresas que realizam distribuição de mercadorias e atuam no comércio varejista é um potencializador para a dinamização econômica municipal. Apesar do comércio varejista ser caracterizado pela venda de pequenas quantidades, alguns municípios como Bonfinópolis, Goianápolis e Terezópolis possuem maior incidência de estabelecimentos desta categorial comercial, recebendo maiores quantidades de arrecadação do ICMS.

Os baixos valores na arrecadação do ICMS municipal são indicativos de baixa circulação de mercadorias, refletindo a realidade do município. Claramente um pequeno município com poucos pontos comerciais possui menor arrecadação do ICMS, essa realidade é ilustrada em Caldazinha, município com menor quantidade de habitantes e com baixa arrecadação. Entretanto, em relação à Caldazinha, o município apresenta pouca ou nenhuma arrecadação em diferentes atividades de serviços, mostrando a fraca atuação dessa atividade no município.

Apesar da correlação existente entre o número populacional e as relações comerciais e disponibilidade de serviços de um município, observou-se que Terezópolis, segundo município com menor número de habitantes, possui a segunda maior arrecadação do ICMS total. Assim, Terezópolis possui maior arrecadação do ICMS que Bonfinópolis. Em relação ao ICMS referente aos serviços, Terezópolis também apresenta maior destaque que Bonfinópolis, revelando que o primeiro município possui uma dinâmica interna mais intensa que o último.

Tabela 11 - Empresas Comerciais dos Pequenos Municípios da Zona Leste da Região Metropolitana de Goiânia – 2017

Municípios	Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas	Comércio Varejista	Total de Empresas Comerciais	Total de Empresas
Bonfinópolis	4	3	39	46	135
Caldazinha	2	2	14	18	82
Goianápolis	2	9	51	62	189
Terezópolis de Goiás	2	2	33	37	139

Fonte: RAIS, 2017

A disponibilidade dos equipamentos de serviços pode ser identificada pela análise da quantidade deste. Dessa forma, constatou-se que todos os municípios possuem uma agência de correios. Em relação à agência bancária, Goianápolis apresenta 2, enquanto Bonfinópolis e Caldazinha possuem 1 e Terezópolis de Goiás nenhuma (IMB, 2018). A baixa quantidade de bancos é reflexo da baixa circulação e fluxo de capital, assim, compreende-se que uma cidade como Terezópolis de Goiás, que não possui banco, possui pouca dinâmica interna.

Ao analisar as empresas presentes nos municípios em estudo, pode-se identificar aquelas relacionadas ao comércio. Dessa forma, de acordo com os dados disponibilizados pela

RAIS (2017), observou-se que os municípios contam com um grande repertório de empresas ligadas ao comércio varejista, como pode ser observado na tabela 11, referente ao comércio dos pequenos municípios da zona leste da RMG.

Através da tabela 11, observa-se a predominância do setor varejista, uma vez que este é caracterizado pela comercialização de bens de consumo com atendimento direto à população. Percebe-se também que os municípios com maior proporção de empresas comerciais é Bonfinópolis e Goianópolis, sendo estes os municípios de maiores índices demográficos.

Constata-se que as empresas comerciais correspondem com uma grande parcela das empresas totais. Quando analisadas todas as empresas dos municípios da zona leste da RMG, percebe-se que as comerciais junto das relacionadas à agropecuária compõe a grande maioria de empresas municipais, como é possível visualizar na tabela 12. Estes dados refletem a amplitude da atividade de serviços e comércio, e a forte relação com o campo, gerando atividades relacionadas à agropecuária.

Tabela 12 - Número de Empresas de Agricultura, Pecuária, Serviços Relacionados e Comércio, 2017

Municípios	Empresas de Agricultura, Pecuária e Serviços Relacionados	Total de Empresas Comerciais	Total de empresas ligadas ao comércio e agropecuária	Total de Empresas
Bonfinópolis	32	46	78	135
Caldazinha	43	18	61	82
Goianópolis	51	62	113	189
Terezópolis	32	37	69	139

Fonte: RAIS, 2017

As atividades relacionadas à agricultura e pecuária serão analisadas no próximo tópico. Neste momento, é fundamental que se apreenda a força das atividades de serviços e da administração pública dentro dos pequenos municípios em estudo. A potencialidade dessas duas

atividades sobre as demais é demonstrada pelos índices de composição do valor adicionado bruto municipal e é reflexo das condições socioeconômicas internas dos municípios, como a baixa produção, tanto de produtos agrícolas como indústrias e a alta dependência dos repasses do Estado e da União para a manutenção da dinâmica econômica municipal.

A predominância das atividades de serviços é uma das características e indicativos da urbanização, contudo quando observado a literatura a respeito de pequenas cidades, identifica-se a forte relação desta com o campo. Entretanto, vale ressaltar que os municípios em estudo compõem uma região metropolitana, absorvendo com mais intensidade as características metropolitanas.

2.3.5 Condições Econômicas

Os dados, que mensuram e abstraem a realidade econômica dos municípios em estudo, apontam para uma fragilidade nesta área. Para realização dessa análise, foram utilizados dados como Índice de Desempenho Municipal econômico e de trabalho, o Índice de Desenvolvimento Humano renda e as condições produtivas de cada município.

O IDM econômico visa mensurar a realidade e dinâmica econômica dos municípios e o IDM trabalho abstrai a qualidade e condições de trabalho presente nos municípios. Ao observar esses dados, presentes na tabela 13, percebe-se os seus baixos índices, que se constituem como um reflexo da realidade municipal.

É possível observar também que tanto os dados de IDM econômico, como o do trabalho e população estão correlacionados entre si. Assim, evidenciou-se que o município de menor população estimada apresenta menores índices no IDM econômico e trabalho. Dessa forma, o município com menor desempenho econômico e trabalho é Caldazinha, seguido por Bonfinópolis.

Tabela 13 – Índice de Desempenho Municipal (IDM) e População Estimada dos Municípios – 2019

Municípios	IDM – Econômico	IDM – Trabalho	População
Bonfinópolis	1,01	2,73	9.706
Caldazinha	0,98	2,66	3.804
Goianápolis	1,04	3,24	11.231
Terezópolis de Goiás	1,19	3,53	8.043

Fonte: IMB, 2019

Quando analisado o Valor Adicionado Bruto dos municípios, observou-se que as atividades industriais e agrícolas exercem pouca relevância na composição do Valor Adicionado Bruto total. Essa característica pode ser ilustrada no gráfico 4, e como visto no tópico anterior, revela a dependência dos pequenos municípios da administração pública e dos serviços, evidenciando assim a relevância dos repasses de verba, do Estado e da União, que dão suporte a essas atividades.

Em relação aos repasses, Dowell (2007) expõe a configuração da distribuição fiscal na união, estados e municípios, observando a dependência dos pequenos municípios em relação aos recursos do repasse federal através do Fundo de Participação Municipal, e estadual, por meio do ICMS. O autor observa que os repasses fazem parte do processo de descentralização fiscal, sendo o seu principal marco a constituição de 1988.

A importância do rateio do FPM aos pequenos municípios é constatada por diversos autores. Dowell (2007) observa que para os municípios com até 5 mil habitantes, o repasse pode corresponder com até 50% do total da receita corrente municipal. Santos e Santos (2012) compreendem que a relevância do FPM para os pequenos municípios é decorrente da baixa dinâmica econômica destes, fazendo do repasse um diferencial na receita municipal.

Santos e Santos (2012) destacaram a tendência dos pequenos municípios em terem, como maior atividade, os serviços e a administração pública, evidenciando a necessidade dos repasses da União e Estado. Essa necessidade constitui-se pela baixa arrecadação local para a

composição da receita municipal. Como grande parte dos serviços e da administração pública estão a cargo do governo municipal, e este não possui altos índices de arrecadação individual, a dependência dos repasses torna-se fundamental para gerenciar e promover políticas públicas e serviços.

A descentralização fiscal faz parte do processo de redistribuição fiscal, acarretando na redistribuição de renda e enfrentamento das desigualdades entre os estados e municípios brasileiros, representando um grande avanço constitucional. Entretanto, Dowell (2007) observa que apesar dos avanços obtidos, a dependência dos pequenos municípios aos repasses compõe um fator limitante para autonomia deste, constituindo-se em um problema para o planejamento e organização de políticas públicas municipais.

Os dados econômicos municipais refletem essa realidade. Dessa forma, de acordo com os dados obtidos pelo IMB (2019), observou-se que os municípios com baixo Índice de Desempenho Municipal econômico são os que apresentam maior valor adicionado bruto em administração pública e menor na indústria, como Caldazinha e Bonfinópolis. Constatou-se também que esses dois municípios possuem os mais baixos índices demográficos e que Caldazinha dispõe de relevante valor adicionado bruto agrícola, evidenciando uma forte contribuição do campo na composição do PIB.

Em contrapartida, os municípios de maior índice demográfico são aqueles com maior índice de desempenho municipal econômico, bem como os que apresentam menor índice de valor adicionado bruto na administração pública e maior na indústria. Dessa forma, no primeiro momento, interpreta-se que tanto Goianápolis como Terezópolis de Goiás possuem uma economia interna mais ativa que os demais municípios.

O relatório realizado pelo Instituto Mauro Borges, a respeito do IDM, evidenciou uma tendência para os pequenos municípios, com 5.000 a 10.000 habitantes, de apresentarem baixo IDM econômico. Essa tendência foi evidenciada nos municípios em análise, reafirmando a necessidade dos seus estudos. Afinal, se os municípios não apresentam caráter econômico efetivo, como eles se sustentam? O que estabelece a manutenção desses municípios além dos repasses e como isso afeta à população e influenciam as relações com a metrópole?

Para responder a estas questões, são essenciais outras análises como a de produção, buscando observar se esses menores municípios, Caldazinha e Bonfinópolis, apresentam uma relação mais dinâmica com o campo, ou ainda, se essas relações ocorrem por meio da informalidade, gerando uma realidade não expressa em dados. Essas análises são essenciais para o entendimento das relações entre esses municípios com a metrópole, podendo evidenciar um fornecimento de produtos agrícola e a configuração de um cinturão verde.

Para a análise da produção agrícola e de origem animal municipal, foram utilizados os dados municipais de produção e os de procedência dos produtos de abastecimento do CEASA. Assim, constatou-se que o município de maior destaque na produção agrícola é Goianápolis, obtendo destaque tanto no fornecimento de produtos para o abastecimento do CEASA como nos dados de produção municipal.

Ao analisar os dados da produção municipal presentes na tabela 14, pode-se observar que o município de Goianápolis é o que possui maior produção agrícola e maior variedade de cultura, seguido por Terezópolis de Goiás. Evidenciou-se também que Caldazinha e Bonfinópolis são os municípios com menor destaque nesta atividade.

Tabela 14 - Produção Agrícola Por Toneladas – 2017

Produtos Agrícolas	Bonfinópolis	Caldazinha	Goianápolis	Terezópolis de Goiás
Arroz	-	-	-	20
Banana	-	75	1.656	870
Goiaba	-	-	55	-
Laranja	4.200	180	7.587	3.020
Soja	960	-	2.930	713
Mandioca	148	855	1.730	2.167
Milho	1.500	1.400	12.215	1.117
Tangerina	93	54	963	780
Tomate	975	-	15.250	-
Grãos	2.460	1.400	15.145	1.903

Fonte: IMB, 2017

De acordo com os dados presentes na tabela 14, é possível observar que todos os municípios em análise produzem alta variedade de culturas, como mandioca, laranja, tangerina e tomate. Constatou-se também a presença da produção de commodities como de milho e soja. Esses dados são característicos da produção em pequena propriedade ou familiar, obtendo maior variedade de culturas voltadas para o abastecimento interno. Em contrapartida, os cultivos de soja e milho são um indicativo da inserção dos municípios na realidade produtiva do estado que, por sua vez, esta voltada para a produção de commodities.

Os dados fornecidos pelo IMB a respeito da produção agrícola municipal presentes na tabela 14 evidenciam que o município de Caldazinha apresenta os menores índices de produção agrícola, tanto em quantidade como em variedade produzida. Caldazinha apresenta destaque na produção de milho e grãos.

Ao analisar o conjunto dos dados, conclui-se que Bonfinópolis é o segundo município com maior relevância na produção agrícola. Mesmo que este possua menos variedades de culturas, o quantitativo de sua produção é, em muitos casos, maior do que o de Terezópolis de Goiás. Outro ponto a se observar é o percentual da produção agropecuária na composição do valor adicionado bruto municipal, de 9,1%, enquanto o de Terezópolis de Goiás corresponde apenas a 3,9%.

Como visto anteriormente, o município com maior produção agrícola é Goianápolis, possuindo maior quantidade de produção e a maior variedade de cultura produzida. Goianápolis possui relevância na produção de tomate, milho e grãos. Dentre os municípios em estudo, Goianápolis apresenta maior variedade de produtos agrícolas, como goiaba que só é produzida por este município, e maior quantidade de produção, exceto na produção de mandioca que tem como principal produtor o município de Terezópolis de Goiás.

Em termos da produção de origem animal, o município de Caldazinha destaca-se na maior variedade de produtos, sendo o segundo maior produtor de leite, perdendo apenas para Goianápolis. Caldazinha é o único município produtor de mel e o que mais produz ovos, como é possível observar na tabela 15.

Tabela 15 - Produção de Origem Anima – 2017

Municípios	Leite (Mil L)	Mel de Abelha (KG)	Ovos de Galinha (Mil dz.)	Ovos de Codorna (Mil dz.)
Bonfinópolis	1.530	-	26	-
Caldazinha	5.000	1.000	95	-
Goianápolis	5.185	-	57	-
Terezópolis de Goiás	3.900	-	73	9

Fonte: IMB, 2017

A produção de origem animal do município de Caldazinha também pode ser observada nos dados de efetivo de rebanhos por município, presente na tabela 16. Observa-se que o município apresenta destaque na criação de animais, sendo que dentre as cidades pesquisadas, Caldazinha possui maior efetivo de rebanho de bovinos, caprinos, suínos, bubalinos e vacas ordenhadas.

Dessa forma, compreende-se que Caldazinha possui maior variedade na produção de origem animal e criação de animais. Entretanto, observa-se também que todos os municípios apresentam diversidade na criação de animais. Apesar de Caldazinha se destacar na criação de animais, Goianápolis possui o maior índice de efetivo de rebanho de galináceos e Terezópolis é o único município com criação de codornas.

Tabela 16 – Efetivo de Rebanho Por Município (cabeças), 2017

Tipo de Rebanho	Bonfinópolis	Caldazinha	Goianápolis	Terezópolis de Goiás
Codornas	-		-	1500
Galináceo	19.000,00	23.500,00	168.000,00	23.200,00
Bovino	9.500,00	28.600,00	18.018,00	12.690,00
Caprinos	-	45,00	32,00	118,00
Equinos	250,00	600,00	300,00	185,00
Ovinos	95,00	200,00	58,00	250,00
Suínos	950,00	3.000,00	550,00	1.800,00
Bubalino	15,00	360,00	88,00	-
Vacas Ordenhadas	110,00	3.000,00	2.880,00	2.050,00

Fonte: IMB, 2017

Com os dados observados a respeito da produção municipal identificou-se que os municípios produzem variados tipos de cultura agrícola, sendo Goianápolis o de maior destaque, manifestando-se como o segundo maior Valor Adicionado Bruto na agropecuária, contribuindo com 12, 67% da composição do VAB total.

Em contrapartida, o município com maior desempenho agropecuário na composição do VAB total é Caldazinha, o mesmo município com menor produção agrícola, mas com destaque na produção de origem animal. A alta no valor adicionado bruto agropecuário em Caldazinha,

de 23%, reflete a importância dessa atividade para a economia interna municipal, e mais especificamente para a produção de leite.

De acordo com a Tabela 15 (produção de origem animal), observou-se que Goianápolis é o maior produtor de leite seguido por Caldazinha. Apesar de ambos os municípios obterem valores quase semelhantes na produção de leite, é importante pontuar que estes possuem realidades distintas, sendo Caldazinha o menor município em análise e com menor dinâmica econômica, enquanto Goianápolis se constitui o contrário. Assim, a produção de leite de Caldazinha revela-se como um destaque, possuindo enorme relevância para economia interna desse município.

Os dados fornecidos pelo CEASA a respeito da procedência dos produtos da central de abastecimento constituem-se como um indicativo da produção municipal, servindo também como dados complementares, reafirmando as características da produção agropecuária dos municípios em estudo. Dessa forma, de acordo com a tabela 17 é possível reafirmar algumas características já evidenciadas, como a pequena produção agrícola de Caldazinha e a potencialidade desta mesma atividade em Goianápolis.

Tabela 17 – Procedência dos Produtos da CEASA – 2018

Produtos	Bonfinópolis	Caldazinha	Goianápolis	Terezópolis de Goiás
Folhagens e legumes	3.848,43	413.3	56.833,47	2448.06
Raízes – Tubérculos - Bulbo	199.93	206.2	5.230,91	3.587,52
Frutas Nacionais	375.9	0.49	4.199,43	11.69,78
Variados	74.4	5.77	95.45	195.67
Grãos	-	-	1.35	0.69
Total	4.498,66	625,75	66.360,61	7.401,72

Fonte: CEASA, 2018

A tabela 17 revela maior variedade na produção, evidenciando diferentes culturas. Observa-se também que os produtos são direcionados para o consumo direto, sendo que, muito

provavelmente, os municípios em estudo consigam suprir a demanda interna e contribuam para o abastecimento da região e da metrópole.

Ambos os dados, tanto o de produção municipal (tabela 14) como o de procedência dos produtos do CEASA (tabela 17), indicam realidades semelhantes, evidenciando que o município de Goianápolis é o que mais produz e contribui para a distribuição de produtos agrícolas, sendo seguido por Terezópolis, Bonfinópolis e Caldazinha. Identificou-se que o município de Caldazinha, o de menor produção é também o de menor distribuição para o CEASA, sendo quase insignificante para esta última.

Ao analisar a contribuição dos municípios para o CEASA, observou-se que o município de Caldazinha contribui para a distribuição de queijo, correspondente a um de seus produtos variados, reafirmando sua forte relação com a pecuária. Observou-se também que o município de Terezópolis de Goiás possui destaque na distribuição de produtos variados como doce, geleia e rapadura, sendo a existência e produção destes um indicativo do setor secundário.

Os dados de produção e distribuição agropecuária dos municípios reafirmam as análises expressas na seção 1 a respeito do mercado de trabalho dos municípios que compõe a RMG. Assim, observa-se que os dos municípios de maior produção agropecuária, Goianápolis e Bonfinópolis, possuem um mercado de trabalho interno dinâmico voltado para atividade agrícola. Entretanto, os municípios de Terezópolis e Caldazinha estão inseridos no grupo de mercado de trabalho periférico e possuem alta mobilidade pendular, em buscas de empregos com mais alta qualidade socioeconômica.

Outro ponto de análise para a compreensão da realidade econômica dos municípios é a existência de atividade secundária, como indústrias ou empresas de fabricação. Estas atividades são um indicativo da urbanização e industrialização, uma vez que se constituem por atividades não mais voltadas diretamente e unicamente ao campo.

Em relação aos municípios em estudo, tem-se no valor adicionado bruto industrial o primeiro indicativo da presença desta atividade. Assim, de acordo com este índice, os municípios pesquisados possuem baixa atividade industrial, sendo o município de Terezópolis de Goiás o de maior representação, com um valor adicionado bruto industrial representando 17% na composição do valor adicionado bruto municipal total, seguido por Goianápolis, Bonfinópolis e Caldazinha.

Como bem observa Lefebvre, a cidade, os aglomerados populacionais e os centros urbanos são fundamentais para o processo de industrialização. Sua importância está no exército de reserva de trabalhadores, no maior mercado consumidor proveniente de aglomerados e na

maior qualidade e complexidade da infraestrutura, principalmente as vias de comunicação e locomoção (LEFEBVRE, 2001; LENCIONI, 2017).

Evidentemente são nos aglomerados e centros urbanos que o comércio evidencia-se com maior intensidade. Assim, compreende-se que quanto maior o aglomerado urbano mais relações comerciais serão efetuadas. A indústria apropria-se dessas relações, “tomando a cidade de assalto”, ao identificar um forte mercado consumidor, criando uma relação entre a atividade de serviços e industrial. (LEFEBVRE, 2001).

A relação entre a atividade industrial e a atividade de serviços pode ser evidenciada nas análises do valor adicionado bruto municipal, sendo possível observar que os municípios com maior porcentagem do VAB industrial são os mesmos com os maiores VAB na atividade de serviços. Portanto, observou-se que os municípios de Terezópolis de Goiás e Goianápolis, ambos com maior VAB industrial apresentam também maior VAB de serviços.

De acordo com Lefebvre, a industrialização e a urbanização são dois aspectos de um mesmo processo, que mesmo sendo independentes quanto à natureza de sua existência, estão intimamente relacionados. A urbanização e industrialização são processos complexos e de difícil apreensão, uma vez que esta última vai além da produção de empresas e suas consequências sociais diretas, como geração de empregos e a formação de uma classe operária, ela cria também “estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos”(LEFEBVRE p. 16, 2001).

Assim, a existência de indústrias gera maiores demandas, tanto para atender a produção industrial como para atender a sociedade e suas relações. As pequenas cidades da Zona Leste da RMG, não se destacam em termos industriais, contudo todas apresentam empresas de transformação. Apesar da pequena relevância quantitativa, as fábricas presentes nas pequenas cidades são um indicativo de sua dinâmica econômica.

Como visto, a indústria exerce transformações de âmbito social, sendo assim, as fábricas e empresas fabris vão na mesma direção, elas também servem de indutor para os processos de urbanização, transformando e reconfigurando as relações socioeconômicas. Dessa forma, ao analisar as fábricas existentes em cada município obtêm-se indícios de sua economia interna, das relações sociais de produção e da força desta atividade para dinâmica econômica municipal.

Como é possível observar na tabela 18, o município com maior quantitativo de empresas de fabricação é Terezópolis de Goiás, seguido por Goianápolis, os mesmos com maior valor adicionado bruto na atividade industrial. Esses dados refletem parcialidades da realidade municipal contribuindo para o entendimento desta.

Tabela 18 – Empresas de Fabricação Presentes nos Municípios da Zona Leste da RMG – 2017

Empresas de Fabricação	Bonfinópolis	Caldazinha	Goianápolis	Terezópolis de Goiás
Fabricação de Produtos Alimentícios	4	6	5	7
Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	-	1	5	3
Fabricação de Produtos de Madeira	-	-	1	-
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	-	-	-	3
Fabricação de Produtos Químicos	1	-	1	-
Fabricação de Produtos Farmaco químicos e Farmacêuticos	3	-	-	-
Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	1	-	-	1
Fabricação de Produtos de Minerais Não metálicos	-	2	3	1
Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	-	-	1	4
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	-	-	-	1
Fabricação de Máquinas e Equipamentos	-	-	2	-
Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	-	-	-	1
Fabricação de Móveis	1	-	2	2
Fabricação de Produtos Diversos	2	-	-	-
Total de Empresas de Fabricação	12	9	20	23

Fonte: RAIS, 2017

Na tabela 18, pode-se observar que o município de Caldazinha é o que possui menor quantitativo, bem como, menores variações qualitativas de empresas de fabricação, predominando as de produtos alimentícios, sendo que 6 empresas, em um universo de 9, são referentes a essa categoria. Assim, compreende-se que, além deste município possuir poucas empresas de transformação, ele possui também empresas de pouca complexidade e baixo capital agregado.

As características econômicas presentes no município de Caldazinha são observadas por Santos (1979), ao analisar os dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos. Dessa forma, o autor aponta para informalidade do trabalho, com produção voltada para o local, sem a pretensão de acumulo de capital, com baixo uso de capital intensivo e alto trabalho intensivo.

Os dois circuitos da economia descritos e estudados por Santos (1979) perpassam por todo o espaço, entretanto, em determinadas localidades o circuito inferior destaca-se. Essa é a realidade em países subdesenvolvidos. Em pequenas cidades, com baixa infraestrutura, menor acessibilidade e com poucas indústrias de transformação de alta complexidade é onde o circuito inferior da economia predomina, esse é o caso de Caldazinha.

Bonfinópolis, segundo menor município em estudo, apresenta, de acordo com os dados analisados, condições econômicas mais promissoras que Caldazinha. Em relação às empresas de fabricação, o município conta com 12, apresentando destaque em produções mais complexas como nas de produção de químicos e fármacos químicos, exigindo tecnologia, estudos e equipamentos diferenciados.

O município de Terezópolis de Goiás, apesar de não ser o mais populoso, é o que apresenta maior quantitativo de empresas de fabricação e o maior valor adicionado bruto industrial entre os municípios em estudo. Como o município de Terezópolis de Goiás possui menores relação com o campo, as atividades de serviços e indústria apresentam destaque para a dinâmica econômica municipal.

O município de Goianápolis conta com 20 empresas de fabricação, possuindo um quantitativo menor que Terezópolis de Goiás. Contudo, este município possui mais empresas que os demais, destacando-se na confecção de artigos e vestuários. Goianápolis é o município de maior produção agropecuária, o que afirma sua forte relação com o campo.

Conclui-se que os municípios apresentam baixos indicadores econômicos, vislumbraram-se também as características produtivas, por meio das análises da produção

agropecuária e industrial. Nesse contexto econômico, observou-se a importância dos repasses de verbas tanto do âmbito federal como estadual.

SEÇÃO 3 – AS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA E FUNCIONALIDADE ENTRE AS PEQUENAS CIDADES DA ZONA LESTE DA RMG COM SUA METRÓPOLE

Com o intuito de compreender as relações de funcionalidade e dependência entre as pequenas cidades da Zona Leste da RMG e sua metrópole, foram analisados o contexto em que essas estão envolvidas, o território em que estão inseridas, bem como a dinâmica interna de cada município pesquisado. Esta seção dedica-se à apreensão do cerne da pesquisa, compreendendo e analisando as relações fundamentadas entre as pequenas cidades em estudo e Goiânia.

Anteriormente foi observado que as pequenas cidades, em termos gerais, possuem maior relação com o campo, entretanto absorvem os processos de metropolização e modernização, cada uma à sua maneira (CORRÊA, 2011; ENDLICH, 2006; LENCIONI, 2013). Por meio das características atribuídas às pequenas cidades, juntamente às análises dos dados municipais, observou-se que as relações entre as pequenas cidades e a metrópole estão orientadas principalmente pelos serviços ofertados por esta última e na produção e disponibilidade de recursos das primeiras.

Assim, as relações que permeiam os municípios são estabelecidas por sua produção e demanda interna, tais características foram observadas na seção 2, por meio de dados secundários, permitindo um primeiro diagnóstico. Entretanto, os dados quantitativos apreendem apenas parcialidades da realidade, sendo indiscutível a realização do trabalho de campo que os confronte, negando-os ou confirmando-os.

Dessa forma, no primeiro tópico desta seção (3.1) será apresentada a metodologia realizada no trabalho de campo, pontuando os obstáculos para a execução deste, bem como suas etapas de realização. Para continuidade da pesquisa, no segundo tópico (3.2) serão abordadas as relações das pequenas cidades inseridas na área de estudo com sua metrópole.

Pontua-se que as relações estabelecidas entre pequenas cidades da Zona Leste da RMG e Goiânia foram divididas em relações de funcionalidade e dependência, apresentadas nos subtópicos 3.2.1 e 3.2.2. Para a identificação e análise dessas relações, foram utilizados aspectos observados nas seções 1 e 2, bem como a análise das informações observadas em campo. No último momento desta pesquisa, no tópico 3.3, serão apresentadas as conclusões e interpretações realizadas com a finalização da pesquisa.

3.1 – Reconhecimento da Área de Estudo em Campo

Para atingir o objetivo desta pesquisa é fundamental a aproximação às pequenas cidades da Zona Leste da RMG, ultrapassando os dados secundários apreendidos anteriormente. Para tanto, evidenciou-se a urgência da realização do trabalho de campo, objetivando aprofundar e reconhecer novos aspectos das cidades em análise.

Dessa forma, foram realizadas excursões exploratórias, nas áreas pesquisadas, em três momentos distintos, sendo o primeiro com análise minuciosa da paisagem por entender que esta é a porta de entrada para qualquer pesquisa empírica. Sem esquecer, contudo, que a paisagem se manifesta na aparência do fenômeno, sendo necessário ir além da superfície, penetrando o objeto e buscando as contradições inerentes a cada ser ou coisa (KOSIK, 1976).

No segundo momento, partindo do pressuposto de que a população vivencia e contribui para a dinâmica dos municípios, foram aplicados questionários à população local, procurando compreender as relações que se estabelecem entre as cidades estudadas e Goiânia. Nesse momento, intuiu-se analisar tanto as relações oficiais como as que se estabelecem no imaginário populacional. No terceiro momento do trabalho de campo, já com o objeto parcialmente analisado, foram realizadas entrevistas com pessoas chaves da prefeitura municipal para elucidar as questões ainda nebulosas, buscando outras visões sobre o tema pesquisado.

Para tanto, aplicou-se 10 questionários à população de cada município e uma entrevista aos membros da prefeitura municipal. Após as entrevistas (Apêndice A), questionários (Apêndice B) e os estudos efetuados nas seções 1 e 2 foram executadas, no tópico 3.2, análises que complementam a compreensão das estruturas econômicas e sociais das pequenas cidades da Zona Leste da RMG, observando suas funções para a metrópole e suas relações de dependência. A área de estudo observada em campo pode ser evidenciada por meio da figura 8.

FIGURA 8

MAPA 8: RECONHECIMENTO DA ÁREA DE ESTUDO



A realização do trabalho de campo é fundamental para a conclusão desta pesquisa. Essa premissa está no entendimento de que é, a partir das análises das entrevistas e questionários, tendo como referência os dados e observações expostos na seção 2, que serão compreendidas as relações de funcionalidade e dependência entre pequenas cidades da Zona Leste com sua metrópole.

Entretanto, no andamento das atividades de campo, alguns obstáculos foram impostos. Os principais problemas para a sua realização ocorreram com as entrevistas realizadas nas prefeituras. Essa problemática foi evidenciada no contato com as prefeituras e agendamento das entrevistas. Essa característica foi intensificada no município de Goianápolis, em que não houve a possibilidade da realização de entrevista com a prefeitura, prejudicando o andamento das análises.

É importante pontuar que, apesar da inexecução da entrevista com a prefeitura de Goianápolis, todos os trabalhos de campo, como os questionários submetidos à população, foram executados. Assinala-se também que foram realizadas duas visitas e diversos telefonemas à prefeitura de Goianápolis, sendo todos sem êxito. Assim, as análises desse município foram efetuadas em função dos dados secundários e questionários.

3.2 – As relações com a metrópole

Para a compreensão das relações estabelecidas entre a área de estudo e Goiânia, optou-se por uma análise a partir das pequenas cidades. Dessa forma, utilizou-se a escala do diminuto e assim das pequenas cidades, possibilitando distinguir as relações em funcionalidade e dependência. Compreende-se que em âmbito metropolitano as relações instituídas são de funcionalidades e interdependências, entretanto a pesquisa visa observar principalmente o papel das pequenas cidades em análise.

A escolha da metodologia para a realização desta pesquisa foi fundamental para a elaboração das relações estabelecidas entre as pequenas cidades estudadas e sua metrópole. Alguns autores como Corrêa (2006), Santos (1979) e Souza (2016) observam a relevância no uso da escala para apreensão de diferentes objetos de estudo em diferentes contextos. Dessa forma, a escala pode ser concebida como uma das ferramentas de análise da realidade.

As diferentes abordagens do objeto de estudo modificam-se nas diversas formas de apreensão dadas a ele. Essa característica pode ser visualizada, quando ao mudar a perspectiva

de análise, as relações também são modificadas. Assim, ao se analisar as relações por uma escala que apreenda tanto a metrópole como as pequenas cidades na mesma dimensão, as relações estabelecidas passam a ser de interdependência, uma vez que tanto a metrópole como as pequenas cidades apresentam dependências e funcionalidades.

A partir disso, pontua-se que as análises realizadas sejam orientadas, em função das pequenas cidades, assim foram pesquisadas quais as relações estabelecidas a partir das pequenas cidades em estudo. Observou-se também que as relações fundamentais entre as cidades estão diretamente vinculadas à sua produção, aos seus recursos ofertados, à sua infraestrutura, à disponibilidade de mão de obra e à oferta de emprego. Assim, assinala-se que as pequenas cidades, em análise, possuem diferentes fragilidades e potencialidades.

Em relação à produção constatou-se, na seção 2, que os municípios produzem bens variados, sendo Goianápolis, o município com maior variedade em hortifrutigranjeiros. Entretanto, compreendeu-se que cada município possui diferentes especialidades, como Caldazinha que, apesar de pouca contribuição para o abastecimento do CEASA (2018), se constitui como um potencial produtor de leite e derivados, sendo também o único produtor de mel (IMB, 2017).

Considerando a produção industrial, observou-se que todos os municípios apresentam pequenas fábricas de transformação. Entretanto, nenhum município destaca-se nesse quesito. Essa característica também pode ser analisada pelo valor adicionado bruto municipal, constatando que nenhum município apresenta valor expressivo na atividade industrial.

Ao analisar os aspectos econômicos, identificou-se que todos os municípios apresentam baixo desempenho econômico, possuindo sua dinâmica econômica dependente dos repasses estaduais e federais, principalmente do FPM e do ICMS. Observou-se também a força das atividades de serviço e administração pública, que podem ser visualizadas por meio do valor adicionado bruto municipal. A baixa dinâmica econômica e a dependência de repasses estaduais e federais é uma característica típica dos pequenos municípios brasileiros e foi identificada por alguns autores como Dowell (2007) e Santos e Santos (2014).

As características pontuadas acima foram mencionadas na seção 2, por meio da coleta e análise de dados secundários. Com elas, foi possível uma primeira compreensão dos municípios em análise. Contudo, para complementação e entendimento final das relações estabelecidas foram analisados as entrevistas e os questionários.

Para o melhor entendimento dos municípios em estudo, objetivando compreender suas relações com Goiânia, serão analisados os diferentes tipos de relações, observando primeiramente as relações de dependência das pequenas cidades perante a metrópole, sendo

estas típicas de regiões metropolitanas. Tendo como referência a seção 2, foram identificadas cinco principais relações de dependência, sendo elas: **saúde, educação, serviços, comércio e mercado de trabalho.**

Posteriormente serão identificadas e analisadas as relações de funcionalidade que cada pequena cidade exerce, compreendendo suas funções na rede urbana e assim suas contribuições para a metrópole. Por meio dos dados, análises e referencial teórico a respeito de pequenas cidades, observados na seção 2, foram identificadas cinco principais funcionalidades, são elas: **produção pecuária, produção agrícola, recursos naturais, reserva de mão de obra e lazer/segunda residência.**

A existência das relações de dependência e funcionalidade serão confirmadas ou refutadas por meio das entrevistas e questionários. Para a realização das análises serão observadas características já identificadas na seção 2 em junção com os elementos obtidos em campo, sendo possível distinguir as intensidades das relações de dependência e funcionalidade em alta, média e baixa.

Para apreender a intensidade dessa relação em alta, baixa e média foram analisados o quantitativo de produção, a proximidade das relações com Goiânia, as entrevistas, os questionários, os recursos naturais vinculados à metrópole e a oferta de lazer presente nos pequenos municípios. A proposta de mensurar as intensidades das relações foi executada para facilitar suas análises, sendo realizadas por meio de comparações entre os municípios.

Dessa forma, para identificar as relações de funcionalidade e dependência comparou-se alguns indicadores dos municípios em análise, como a qualidade e disponibilidade da oferta de bens e serviços, os índices de desempenho municipal e desenvolvimento humano. a produção e recursos naturais. As análises de intensidade das relações foram concluídas através das entrevistas e questionários. Assim, por meio da interpretação de dados, entrevistas e questionários é que se pode diagnosticar e identificar as relações de funcionalidade e dependência entre as pequenas cidades da zona Leste da RMG com o seu centro metropolitano.

3.2.1 As relações de dependência

Nas análises realizadas na seção 2, constatou-se que os municípios estudados possuem diferentes fragilidades, sendo estas relacionadas principalmente na oferta de bens e serviços. Dessa forma, a população dos municípios busca suprir, na metrópole, diferentes necessidades.

Como visto, as principais relações de dependência observadas foram em referência à saúde, educação, serviços, comércio e mercado de trabalho. As análises das entrevistas e dos questionários permitirão confirmar ou questionar as relações de dependência estabelecidas na seção 2.

No que se refere à dependência dos pequenos municípios à educação da metrópole, foi observado que suas populações buscam, na metrópole, o ensino superior, entretanto a intensidade dessa procura varia de acordo com cada cidade. Para definir a intensidade dessa relação em alta, baixa e média foram analisados os dados secundários presentes na seção 2, as entrevistas e questionários.

Foi constatado na seção 2 que o município de Bonfinópolis possui de baixo a médios índices que mensuram a qualidade da educação, esse aspecto foi evidenciado pelos dados do IDH educação, IDM educação e IDEB. Entretanto, esses dados refletem apenas parcialidades, podendo ser interpretado que a educação, por apresentar baixos índices, é de baixa qualidade e, dessa forma, parte da população busque na metrópole melhor qualidade de ensino.

Contudo, na entrevista realizada com a prefeitura de Bonfinópolis e nos questionários aplicados à população, foi constatado que o município consegue atender, em sua quase totalidade, a população, possuindo deficiência apenas na oferta de vagas para a pré-escola por falta de recursos. Identificou-se também que o maior gasto da receita municipal é em relação à educação, o que não foi observado nas outras cidades em estudo, pressupondo maior investimento nesta área.

A relação de dependência de Bonfinópolis com Goiânia na educação superior foi apontada em alguns momentos da entrevista, aparecendo como uma das complementações que a população busca na metrópole. De acordo com a prefeitura, a “educação básica o município tem, mas no ensino superior a população busca Goiânia, nós não temos aqui ainda, temos apenas uma faculdade de administração e pedagogia, mas nas outras áreas não têm” (PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS, 2019). A alta frequência da busca pelo ensino superior na metrópole foi apontada pela prefeitura ao afirmar que:

[...] Os estudantes, em quase sua totalidade, fazem o ensino superior em Goiânia, tem alguns que vão para outras cidades. O município dispõe transporte público para levar os estudantes de ensino superior à Goiânia, os que estudam em ensino médio e ensino fundamental não tem esse incentivo até porque a gente quer que os alunos fiquem aqui, tem muitos que estão em colégios militares em Goiânia, porque aqui não tem, tem alguns que vão pra Goianópolis, que lá tem um colégio militar, são esses que vão e vem (PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS, 2019).

Assim, identificou-se que o município disponibiliza transporte para a população que faz ensino superior na metrópole, mostrando a existência de uma demanda interna e um estímulo

da própria prefeitura para que a população se profissionalize. O mesmo não acontece em relação ao ensino básico, uma vez que este é disponibilizado pelo município.

Entretanto, apesar da alta contingência de pessoas que buscam o ensino superior em Goiânia, a intensidade da relação de dependência na educação de Bonfinópolis com a metrópole pode ser considerada média, uma vez que, de acordo com a prefeitura e com os questionários, o município consegue atender a demanda interna da educação básica. Observa-se também que a dependência do ensino superior não pode ser considerada determinante, pois o município consta com uma universidade que oferta os cursos de pedagogia e administração.

Na seção 2, foi possível identificar que o município de Caldazinha apresenta baixos índices em relação à educação, tanto o IDM como o IDH educação apontaram para um fraco desempenho nessa área, perdendo apenas para Bonfinópolis. Contudo, apesar do fraco desempenho na área, nos questionários e entrevista não apareceram indícios da busca por melhores condições de ensino na metrópole, mostrando que em sua grande maioria, a população usufrui do ensino básico disponibilizado no município.

Em contrapartida, a dependência do ensino superior fica evidente quando constatado que não há nenhum estabelecimento desta categoria em Caldazinha. Na entrevista realizada com o município de Caldazinha foi observado uma forte dependência do município com a metrópole em relação ao ensino superior. Como pode ser ilustrado abaixo, a busca do ensino superior ocorre principalmente na metrópole:

[...] A questão da educação, a pessoa terminou o terceiro ano aqui e não tem mais nada pra ele fazer em Caldazinha, precisa ir ou pra Senador Canedo ou pra Goiânia, a grande maioria vai pra Goiânia, pra fazer um curso superior ou técnico e não tem transporte que leve esse grupo para Goiânia por nunca haver demanda que o justificasse (PREFEITURA DE CALDAZINHA, 2019).

Apesar da pouca procura pela educação na metrópole, o município conta com uma forte dependência desta para o ensino superior, uma vez que não há nenhum estabelecimento de ensino superior ou técnico em Caldazinha. Dessa forma, fica evidente a forte dependência do município de Goiânia para atender esta demanda. Assim, constatou-se que Caldazinha não consegue profissionalizar sua população, ficando altamente dependente da metrópole, sendo possível identificar que há uma alta intensidade de dependência no ensino superior.

Diferentemente de Bonfinópolis e Caldazinha, o município de Terezópolis possui maiores vínculos com Anápolis, sendo esta uma cidade média possuidora de uma complexa rede de bens e serviços que atende tanto a população local como as de cidades próximas. Devido à proximidade de Terezópolis a Anápolis, o município busca atender grande parte de suas demandas nesta última.

Com relação à educação, constatou-se que Terezópolis possui os maiores índices do IDM e IDH educação, apontando para uma média qualidade nesta área. Contudo, de acordo com a entrevista realizada na prefeitura de Terezópolis, observou-se que o município possui transporte que leva os estudantes de ensino médio e superior para Goiânia e Anápolis, conseqüentemente, parte da população não realiza o ensino no município, podendo interferir diretamente nos dados de IDM e IDH educação.

De acordo com a prefeitura, a busca pela educação, tanto no ensino superior como no ensino médio ocorre principalmente em Anápolis. Ao identificar as principais relações com a metrópole, a prefeitura municipal pontuou que “A população em relação à busca de estudar vai muito pra Goiânia, mas mais pra Anápolis, mas agora com pedágio isso pode mudar, as pessoas iam mais pra Anápolis, mas a tendência pode ser ir mais pra Goiânia” (PREFEITURA DE TEREZÓPOLIS, 2019).

A partir disso, foi possível identificar que Terezópolis possui baixa intensidade na relação de dependência da educação com Goiânia, sendo que a população do município procura primeiramente Anápolis para atender a demanda de educação superior. Entretanto, foi constatado que apesar da forte relação com Anápolis, o município ainda possui relação com Goiânia.

Na seção 2, observou-se que Goianápolis possui os maiores índices de IDM e IDH educação, indo de médio a alto. Os dados refletem alta qualidade na educação, sugerindo que o município consegue atender sua demanda interna. Entretanto, com os questionários e entrevistas realizados, observou-se que a baixa dependência do município em relação à educação da metrópole é em função de sua proximidade com Anápolis.

No questionário constatou-se que dos 10 entrevistados, nenhum possuía familiares que trabalham ou estudam em Goiânia, indicando uma baixa relação entre as cidades. Observou-se também que todos os entrevistados com ensino superior realizaram este último em Anápolis. Dessa forma, foi possível diagnosticar uma baixa dependência do município em relação à educação da metrópole.

Outra relação de dependência fundamentada entre as pequenas cidades em estudo com a metrópole é na área da saúde. Ao evidenciar os dados secundários na seção 2, observou-se que Caldazinha possui altos índices de IDM saúde e de IDH longevidade, indicando qualidade na saúde e uma alta longevidade da população. Entretanto, os dados também revelam que o município não contempla hospitais, possuindo apenas 1 estabelecimento de saúde e nenhum leito, evidenciando uma alta fragilidade nesta área.

Com a realização dos questionários ficou evidente a vulnerabilidade do município em relação à saúde, uma vez que dos 10 entrevistados, 4 apontaram os serviços de saúde como sendo regular, 4 afirmaram como sendo péssimo e 2 como sendo bom. Dessa forma, pode-se compreender que 8 dos 10 entrevistados colocam a saúde de Caldazinha como regular ou péssima, denunciando a fragilidade neste serviço.

Na entrevista realizada com a prefeitura, foi constatado que o município possui poucos equipamentos de saúde, confirmando os dados secundários apresentados na seção 2. Observou-se também a alta dependência do atendimento de saúde da metrópole, uma vez que o município é pactuado com Goiânia. No trecho da entrevista abaixo fica claro que Caldazinha disponibiliza apenas a saúde básica, sendo os atendimentos mais complexos realizados em Goiânia:

[...] só não tem Pronto-Socorro aqui, afina o município não tem volume de pessoas que sustentaria um Pronto-Socorro, mas tem a unidade de saúde que faz o atendimento de emergência, aquele atendimento inicial, se a pessoa passou mal, por exemplo, corre pra lá e aquele atendimento inicial pra fazer os encaminhamentos ele tem. Então tem um médico que vai atender os pacientes e ver o nível de gravidade e fazer os encaminhamentos necessários, mas por exemplo, cirurgias não tem e aí tem que mandar pra Goiânia, então é pactuado com Goiânia (PREFEITURA DE CALDAZINHA, 2019).

A partir disso, é possível estabelecer que Caldazinha possui alta intensidade na relação de dependência da saúde com a metrópole. A busca pelo atendimento de saúde da população de Caldazinha em Goiânia é constatada no questionário, uma vez que dos 10 entrevistados, 5 afirmaram que a busca por saúde na metrópole ocorre diariamente, 3 apontaram que esta ocorre semanalmente, 1 apontou como mensalmente e 1 como raramente.

Apesar de ser constatado na entrevista que o município não possui porte populacional suficiente para um pronto-socorro e para equipamentos de saúde mais sofisticados, foi possível observar que a demanda por este serviço é considerada alta. A prefeitura apontou que a saúde está entre os principais problemas para o atendimento pleno à população, sendo a falta de recursos financeiros um empecilho para os investimentos nesta área:

[...] A saúde também (é um dos principais problemas), por conta das questões de repasses financeiros, com essa situação toda a gente tem essa dificuldade porque a demanda é muito alta na saúde. A demanda na saúde é muito alta, a população é muito carente de formação e prevenção na área da saúde, a gente tem muito diabético, muito hipertenso que acaba gerando uma bola de neve (PREFEITURA DE CALDAZINHA, 2019).

As análises realizadas permitem concluir que a dependência de Caldazinha em relação à saúde metropolitana é muito alta. Assim, é possível categorizar a intensidade desta relação de

dependência como alta, uma vez que a população do município busca, na metrópole, constantemente os atendimentos de saúde.

Em relação ao município de Bonfinópolis, constatou-se que este possui elevada taxa nos índices do IDM saúde e IDH longevidade, foi observado também que o município apresenta 2 estabelecimentos de saúde e 3 leitos hospitalares, entretanto o município não conta com hospitais. Assim, constatou-se que o atendimento de saúde consegue suprir apenas as necessidades básicas.

Diferentemente de Caldazinha, os atendimentos de saúde de Bonfinópolis parecem suprir as necessidades básicas da população, sendo que dos 10 questionários aplicados, 7 entrevistados classificaram a saúde como boa e 3 como regular. Entretanto, apesar de o município suprir as necessidades básicas de saúde, grande parte da população busca esse atendimento em Goiânia:

(A população) busca serviços de saúde que tem complementação em Goiânia. A estrutura do município não permite a gente atender todas as áreas, então o município faz pactuação, faz um pacto com Goiânia, com Senador Canedo, mas mais com Goiânia. (No caso da saúde) Aqueles exames que a gente não consegue manter aqui são realizados em Goiânia, cirurgias, até mesmo na consulta de algumas especialidades médicas (PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS, 2019).

A busca pelo atendimento de saúde na metrópole foi evidenciada nos questionários, sendo apontada por 7 entrevistados que a frequência desta ocorre diariamente, 2 apontaram mensalmente e 1 semanalmente. A alta incidência da busca por este serviço reflete a forte dependência do município com relação à Goiânia.

De acordo com a prefeitura, a saúde aparece como uma das deficiências que o município possui: “[...] Outra deficiência que o município tem pra atender a população é laboratório clínico em que poderiam ser realizados os exames, pelo menos os laboratoriais aqui no município” (PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS, 2019).

Dessa forma, constatou-se que o município possui um bom atendimento básico de saúde, mas é dependente da metrópole para a realização de atendimentos complexos. Assim, apesar dessa relação constituir-se menor do que a do município de Caldazinha, Bonfinópolis, também apresenta alto índice na relação de dependência dos serviços de saúde ofertados na metrópole.

Nos dados secundários, foi observado que Terezópolis possui os menores índices de saúde, tanto do IDH como do IDM, sendo considerado de médio a alto. Observou-se também que consta, no município, apenas um estabelecimento de saúde, não contendo leitos hospitalares e hospitais. A quantidade de estabelecimentos de saúde assemelha-se à de Caldazinha,

entretanto Terezópolis possui maior porte populacional e assim maior demanda. Os dados refletem para uma fragilidade na área da saúde.

Com os questionários aplicados à população, diagnosticou-se que 6 dos 10 entrevistados consideraram a saúde do município regular, 2 consideraram boa, 1 péssima e 1 ótima. A partir dos questionários observou-se que, apesar dos poucos equipamentos e estabelecimentos de saúde, a população, em sua maioria, considera esse serviço como regular.

Com relação à frequência da busca dos serviços de saúde na metrópole, 4 entrevistados responderam que a população busca Goiânia diariamente, 2 apontaram que a busca ocorre semanalmente, 2 pontuaram ser raramente e 1 como mensalmente. Contudo, apesar da maior parte dos entrevistados apontarem a busca diária dos serviços de saúde em Goiânia, muitos observaram que a procura por atendimento de saúde ocorre principalmente em Anápolis.

Com os questionários e as entrevistas, evidenciou-se que o município busca atender suas demandas principalmente em Anápolis, procurando a metrópole com menos frequência. De acordo com a entrevista realizada na prefeitura, Terezópolis busca pouca complementação dos serviços em Goiânia. Dessa forma, a prefeitura pontua que “a saúde nossa embasa Anápolis e Goiânia. O município tem relações tanto com Anápolis como com Goiânia, dependendo de cada segmento, problema, mas o município é pactuado com Anápolis” (PREFEITURA DE TEREZÓPOLIS, 2019).

Assim, apesar de Terezópolis de Goiás não conseguir suprir a demanda dos serviços de saúde, a sua população não busca na metrópole atendimentos regularmente. Com isso, constatou-se que a intensidade da relação de dependência dos serviços de saúde da metrópole pode ser mensurada como média.

Por meio de dados secundários, observou-se que o município de Goianópolis possui os maiores índices de IDM saúde e IDH longevidade, sendo considerados altos e refletindo boa qualidade neste serviço. Observou-se também que o município consta com 1 hospital, 8 estabelecimentos de saúde e 18 leitos, possuindo maior quantidade de equipamentos de saúde do que os demais municípios. O conjunto dos dados secundários aponta para uma boa qualidade neste serviço.

Entretanto, de acordo com os resultados do questionário, o município consta com baixa qualidade nos serviços de saúde. Dos 10 entrevistados, 5 afirmaram para uma péssima qualidade e 5 para regular. As respostas obtidas em campo evidenciam fragilidades nesta área e conseqüentemente refletem na busca desses serviços em outros municípios.

Ao questionar a frequência da busca dos serviços de saúde em Goiânia, 7 entrevistados afirmaram que a população vai diariamente à metrópole e 3 afirmaram semanalmente.

Entretanto, os entrevistados assinalaram que a busca por atendimento em saúde ocorre principalmente em Anápolis, sendo que muitos possuem planos de saúde a ela vinculados.

A partir dos dados obtidos em campo, foi possível diagnosticar que Goianópolis possui média dependência em relação aos serviços e equipamentos de saúde de Goiânia. Apesar da baixa qualidade nos serviços de saúde apontado pelos entrevistados, o município é o único em estudo contemplado com 1 hospital e um número relativamente alto de leitos. Apesar da maior complexidade dos equipamentos de saúde, a população constatou que busca por esses serviços em outros municípios, principalmente em Anápolis, fazendo com que a dependência com Goiânia seja categorizada como média.

Outra relação de dependência estabelecida, entre as pequenas cidades da Zona leste da região metropolitana com sua metrópole, é o mercado de trabalho. A dependência do mercado de trabalho da metrópole é reflexo da baixa dinâmica econômica dos municípios. Esta característica foi observada nas entrevistas, evidenciando a necessidade dos repasses estaduais e federais para economia municipal, o baixo fluxo de capital e a dificuldade na geração de emprego e renda.

Na entrevista realizada com a prefeitura de Bonfinópolis, foram identificados fortes indícios na dependência do mercado de trabalho da metrópole, sendo a falta de geração de emprego a maior deficiência da cidade. Esta característica fica evidente no trecho da entrevista abaixo:

A maior deficiência é na geração de emprego e renda porque com a proximidade com Goiânia faz com que tenhamos diariamente 3.600 habitantes que vão a Goiânia pelo transporte coletivo e isso acaba trazendo um prejuízo pro município, pessoa vai trabalhar lá e consome lá, o que ele ganha acaba ficando lá. Então essa pauta da geração e renda na cidade acaba que é um problema sério que é agravado com a proximidade de Goiânia, agravado porque o nosso comércio não consegue ficar competitivo com o comércio de Goiânia (PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS, 2019).

Observa-se que tanto as relações de dependência com o mercado de trabalho como as de comércio e serviços estão estritamente interligadas, uma vez que a população vai à metrópole a trabalho, consumindo e utilizando seus serviços. Em contrapartida, a população que trabalha na metrópole também contribui para o fluxo de capital de seu município, utilizando a renda do trabalho para o consumo local.

A baixa dinâmica econômica do município de Bonfinópolis aparece em vários momentos da entrevista, evidenciando também a forte dependência de repasses. De acordo com a prefeitura “a geração de emprego não pode ser considerada como uma responsabilidade direta da prefeitura, mas a falta dessa circulação de renda no município faz com que a gente fique

dependente de transferências do governo federal e estadual” (PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS, 2019).

A dependência dos repasses estaduais e federais é constatada quando a prefeitura identifica esta, como sendo a maior fonte da receita municipal: “são as transferências de recursos federais, que nós chamamos de FPM, fundo de participação dos municípios, compondo em torno de 70% da receita municipal, e a segunda maior é o ICMS, em torno de 20%, o município fica com arrecadação própria apenas 10%”. PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS, 2019. A falta de recursos próprios junto à proximidade de Goiânia faz com que grande parte da população de Bonfinópolis busque, na metrópole, melhores condições de trabalho.

Com a aplicação do questionário à população constatou-se que dos 10 entrevistados, 4 vão a Goiânia algumas vezes por semana, 3 algumas vezes por mês, 1 diariamente e 1 raramente. Assim, observa-se que 7 dos 10 entrevistados vão a Goiânia semanalmente a mensalmente, demonstrando a forte relação entre o município e a metrópole.

Como visto, a falta de emprego é um dos grandes problemas de Bonfinópolis, sendo um reflexo da dinâmica econômica do município, que se fundamenta, principalmente, por meio dos repasses e da administração pública. Na seção 2, diagnosticou-se que a atividade de administração pública representa o maior montante do valor adicionado bruto municipal, correspondendo a 43,68%, seguido da atividade de serviços com 33,2%. Esses dados apresentam indícios da realidade, podendo, no primeiro momento, identificar que o mercado de trabalho interno se materializa principalmente na atividade de administração pública e serviços.

Os dados do valor adicionado bruto foram confirmados no questionário, uma vez que dos 10 entrevistados, 5 apontaram para a administração pública como a principal geradora de emprego, 4 apontaram para o comércio e serviços e 1 para agropecuária, pontua-se que nenhum entrevistado apontou para atividade de indústria. Observa-se que 9 entrevistados afirmaram que as principais atividades geradoras de emprego são as mesmas apontadas pelo valor adicionado bruto.

Ao questionar se a cidade emprega pessoas de outros municípios, 6 entrevistados afirmaram que não e 4 que sim. Estes últimos pontuaram que a prefeitura local emprega pessoas de outras cidades. A partir disso, constatou-se que a atividade municipal constitui-se principalmente pela administração pública e serviços e que a maioria dos entrevistados observaram que o município não atrai a população de outras localidades no quesito trabalho e quando isso acontece se dá na prefeitura.

Por meio da paisagem, observada em campo, constatou-se que Bonfinópolis apresenta as características de uma cidade pacata, com poucos comércios e movimentação da população municipal, como é possível observa na figura 9.

Figura 9 – Região Central de Bonfinópolis



Fonte: DEUS, Natália M. 2020

Em relação à atividade de indústria, constatou-se, na seção 2, que Bonfinópolis possui fábricas de pequeno porte, sendo esta atividade pouco representativa no valor adicionado bruto municipal. Esta característica foi evidenciada por meio dos questionários, sendo que 8 pessoas afirmaram para a inexistência de atividade industrial, enquanto 2 apontaram para a existência desta.

Os índices obtidos no questionário demonstram que há um desconhecimento da população local em relação às atividades indústrias, uma vez que, de acordo com a entrevista realizada na prefeitura, Bonfinópolis possui poucas indústrias, entretanto há fábricas de processamento de tomate, de ração canina e de rebanho, de embalagens de plástico e de tintas.

De acordo com a prefeitura municipal, constam em Bonfinópolis fábricas de diferentes portes, sendo que algumas atendem demandas locais, outras regionais e até extrarregionais:

(Existem) Poucas indústrias, tem aqui uma indústria de processamento de tomate, tem fábricas de ração canina e de rebanhos que atende tanto o produtor interno como o da região, uma fábrica de plástico, de embalagens plásticas, uma fábrica de tintas. Essas são as fábricas que se encaixam como grandes produtores e exportam para toda a região, essa fábrica de tintas vende muito pra Bahia. O pessoal da fábrica de ração não dá conta de atender a demanda do mercado regional, então mais é local mesmo. Mas, todos esses exportam pra Goiânia (PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS, 2019)

Apesar da existência de indústrias apontada pela prefeitura, considera-se que estas não possuem papel efetivo na produção de empregos locais, não contribuindo efetivamente para a dinâmica econômica municipal. Essa característica pode ser evidenciada pela pouca contribuição da indústria no valor adicionado bruto municipal e pela falta de conhecimento da população de sua existência no município.

A partir dos dados, questionários e entrevista foi possível identificar que o município possui baixa dinâmica econômica, sendo esta pautada na administração pública e serviços. Constatou-se também que existe uma forte dependência dos repasses estaduais e federais, constituindo 90% da receita municipal. Na entrevista foi fortemente expresso o déficit na geração de emprego e a busca deste em Goiânia. A partir disso, foi possível considerar que o município possui alta relação de dependência com o mercado de trabalho da metrópole.

Assim como Bonfinópolis, o município de Caldazinha possui baixa dinâmica econômica, dependendo dos repasses estaduais e federais. Para a prefeitura de Caldazinha a falta de recursos e renda própria aparece como um dos piores problemas. Com o trecho da entrevista abaixo, observa-se que 80% da receita municipal é composta pelo FPM e pelo ICMS:

Se a gente tivesse uma renda, se o município fosse autônomo e se tivesse uma renda bem significativa e entrasse muitos impostos, mas a gente não tem. Então a gente acaba dependendo do governo federal, estadual, de verbas do FPM e do ICMS. Então a gente depende muito, esses recursos representam 80% da fatia de custeio que a prefeitura tem. Então assim, 20% é das nossas rendas aqui, porque a gente tem pouca empresa, o município tem pequena parcela de recolhimento de impostos e isso não contribui pra gente manter os serviços (PREFEITURA DE CALDAZINHA, 2019).

A falta de recursos municipais é um indicativo da baixa dinâmica econômica de Caldazinha, que reflete no mercado de trabalho do município. Para a prefeitura de Caldazinha, a zona urbana da cidade pode ser considerada como cidade-dormitório, compreendendo que grande parte da população trabalha e estuda em Goiânia. Esta característica reflete a alta

dependência do município em relação ao mercado de trabalho da metrópole. Como é possível observar abaixo:

Com muita frequência, da zona urbana nos somos cidade-dormitório, ou trabalha em Senador ou trabalha em Goiânia. A maior empresa de empregabilidade no centro da cidade é a prefeitura, sem sombra de dúvidas. Se a prefeitura sumir daqui acaba a rede de comércio, só concursados somos 270 funcionários, fora contrato e terceirizados, e a grande maioria de contratos é pra suprir a mão de obra qualificada, contrato de advogado, engenheiro, médico (PREFEITURA DE CALDAZINHA, 2019).

Destarte, é exequível compreender que a atividade de administração pública de Caldazinha é a maior geradora de emprego e renda do município, sendo evidenciado no valor adicionado bruto municipal. Outro ponto a ser observado é a relação do alto índice da atividade da administração pública com a prefeitura que emprega um grande contingente populacional.

De acordo com os questionários aplicados à população, as maiores atividades geradores de emprego são a administração pública e a agropecuária, sendo que dos 10 entrevistados 5 responderam para administração pública, 4 para agropecuária e 1 para serviços e comércio.

As condições econômicas do município de Terezópolis não são diferentes dos demais, uma vez que este possui baixa arrecadação própria, ficando dependente dos repasses estaduais e federais. Entretanto, as imposições ambientais feitas ao município dificultam ainda mais as arrecadações, sendo que este possui a totalidade de seu território inserido na APA do ribeirão João Leite, restringindo diversas atividades, como a industrial. Na entrevista realizada à prefeitura de Terezópolis é possível identificar esta problemática, mostrando que o grande problema do município é a falta de recursos econômicos:

O que falta mesmo (para atender a população plenamente) é dinheiro, porque nós temos o recurso de arrecadação muito pequeno por estar na APA, os investimentos estão muito parados pelas questões ambientais. A APA foi um desastre pra Terezópolis, além de ser limitada a produção agrícola, o que rege o município mesmo é a indústria e a indústria como ficou parada, agora nós conseguimos fazer essa alteração no plano de manejo pra melhorar isso um pouco e poder receber as indústrias limpas aqui no município. Estamos enquadrados no ICMS ecológico, ajuda, mas é muito pouco também, pelo tamanho do problema que nós tivemos, pelo atraso que esse município teve. É 100% na APA, então você não pode quase que fazer nada (PREFEITURA DE TEREZÓPOLIS).

No trecho exposto acima, evidenciou-se a problemática da arrecadação municipal e as consequências da presença da APA no município, presente na figura 10. A baixa dinâmica econômica impõe à população a busca de emprego e renda em outras localidades. De acordo com a entrevista realizada à prefeitura, o município possui fortes relações com a metrópole,

entretanto a maior relação é estabelecida com Anápolis. Assim, pode-se considerar que a dependência do mercado de trabalho da metrópole é média.

Figura 10 – Ribeirão João Leite



Fonte: DEUS, Natália M. 2020

Com o valor adicionado bruto de Goianápolis, apresentado na seção 2, constatou-se que este último é composto majoritariamente pela atividade de serviços, seguido da administração pública. Entretanto, nos questionários foi apontado por 7 entrevistados que a principal atividade geradora de emprego é a agropecuária e por 3, a administração pública, evidenciando uma forte relação com o campo e a dependência do repasse materializado na atividade de administração pública.

Como visto anteriormente, o município de Goianápolis apresenta maior proximidade com Anápolis. Assim, de acordo com os resultados dos questionários, foi possível identificar que a população não busca, na metrópole, melhores condições de emprego ou educação. Assim, constatou-se que devido à relação estabelecida com Anápolis, Goianápolis possui baixa relação de dependência com o mercado de trabalho da metrópole.

Com relação à dependência comercial da metrópole, observou-se que a fragilidade do desempenho econômico de Bonfinópolis influencia diretamente no comércio local e na falta de investimento em serviços. As relações de dependência em função do mercado de trabalho, comércio e serviço não podem ser analisadas separadamente, visto que, a partir do momento em que a população vai à metrópole a trabalho, outras relações são estabelecidas, como o vínculo com comércio e o uso de seus serviços. Além disso, essas relações influenciam e são influenciadas pelas condições econômicas do município.

De acordo com a prefeitura, a população de Bonfinópolis que trabalha em Goiânia gasta sua renda na metrópole, não contribuindo de forma efetiva para a dinâmica municipal. Este processo atrapalha o comércio local que não consegue competir com o comércio de Goiânia (PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS, 2019).

Por meio dos questionários, identificou-se que o comércio local consegue suprir as necessidades básicas dos cidadãos. Dessa forma, dos 10 entrevistados, 8 apontaram que o comércio atende as necessidades da população e 2 afirmaram que não. Assim, observa-se que a grande maioria da população considera que o mercado municipal consegue atender às demandas internas.

Contudo, apesar do comércio local conseguir atender à demanda interna, a relação com a metrópole permanece forte. No questionário constatou-se que 9 entrevistados apontaram que a população vai à Goiânia em buscas de produtos não comercializados no município, apenas uma pessoa afirmou o contrário. De acordo com os entrevistados, os produtos que a população busca em Goiânia são: roupas, remédios, peças automobilísticas e material de construção.

As relações comerciais também foram apresentadas pela prefeitura como uma das principais relações entre o município e a metrópole. De acordo com a prefeitura, as relações de dependência com o comércio de Goiânia constituem-se em torno do comércio varejista e atacadista, atendendo tanto o consumidor como o comerciante que revende no município. Os principais produtos procurados em Goiânia são vestuários, móveis e eletrodomésticos (PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS, 2019).

Identificou-se que consta, no município, um comércio local capaz de suprir as necessidades básicas da população, entretanto há uma forte recorrência ao mercado da metrópole em busca de produtos diferenciados. A partir disso, foi possível estabelecer que a relação de dependência com o comércio de Goiânia pode ser mensurada como média, uma vez que o mercado local consegue atender as necessidades básicas, diminuindo sua dependência em relação à metrópole.

Com relação ao município de Caldazinha, identificou-se que este possui uma baixa dinâmica comercial. De acordo com prefeitura do município esta característica ocorre em função da proximidade com a metrópole:

A cidade tem um comércio muito pacato, não é pujante o comércio porque a acessibilidade aqui é muito grande com Goiânia. Então, assim se eu moro na propriedade rural eu tenho acesso muito fácil à cidade grande, se eu quero fazer umas compras eu vou direto pra Goiânia. Tem Senador Canedo também, mas a grande parcela da nossa população vai direto para Goiânia nessa questão de consumo, de bens, de serviços praticamente é em Goiânia (PREFEITURA DE CALDAZINHA)

A dificuldade em fixar um comércio competitivo aparece também em Bonfinópolis, sendo que ambas as prefeituras municipais afirmaram a proximidade da metrópole como empecilho deste. A baixa atratividade comercial de Caldazinha foi identificada também nos questionários, em que 8, dos 10 entrevistados apontaram que o comércio local não atende a população de outros municípios.

Entretanto, apesar do baixo desempenho comercial, este consegue atender plenamente a população local. Essa propriedade foi evidenciada ao identificar que 7 dos 10 entrevistados consideram que o comércio local atende às necessidades básicas, sendo que apenas 3 entrevistados apontaram para o contrário.

Contudo, mesmo que o comércio local atenda às necessidades básicas da população, esta ainda busca o comércio da metrópole para o consumo de produtos diferenciados. Dessa forma, constatou-se que 6 entrevistados apontaram para a busca na metrópole de mercadorias não existentes no município, em contrapartida 4 entrevistados apontaram não recorrer ao comércio de Goiânia.

A partir disso, constatou-se que a relação de dependência comercial de Caldazinha à metrópole é média, uma vez que Caldazinha consegue suprir as necessidades básicas da população, cabendo a esta última procurar a metrópole apenas para o consumo de produtos diferenciados ou sofisticados. O centro da cidade de Caldazinha pode ser observado na figura 11.

Figura 11 – Região Central de Caldazinha



Fonte: DEUS, Natália M. 2020

Relativo à relação de dependência comercial de Terezópolis com a metrópole, constou-se que assim como as demais pequenas cidades analisadas, o comércio local é pouco dinâmico. De acordo com o questionário aplicado no município, 5 dos 10 entrevistados consideram que comércio local não atende às necessidades da população. Sendo mencionados a falta de papelaria, banco, roupas, remédios e material de construção.

Em contrapartida, a BR 153, rodovia que interliga Goiânia, Anápolis e Brasília, formando um eixo de desenvolvimento, corta o município de Terezópolis, como é possível observar na figura 12 e 13, onde se estabeleceu um centro comercial. Devido ao alto fluxo da BR 153, implementou-se em suas margens diversos estabelecimentos comerciais relacionados à alimentação.

Figura 12 – Comércio às Margens da BR 153 em Terezópolis de Goiás



Fonte: DEUS, Natália M. 2020

Figura 13 – BR 153 em Terezópolis de Goiás



Fonte: DEUS, Natália M. 2020

Como visto, a população de Terezópolis tem maiores relações com Anápolis, e assim, menores relações com a metrópole. Esta característica foi retrata nos questionários, uma vez que 6 dos 10 entrevistados, afirmaram que a população não vai a Goiânia em busca de produtos comerciais não existentes no município, enquanto apenas 4 afirmaram o contrário.

Por meio do exposto acima e da entrevista realizada à prefeitura, em que se evidenciou a forte relação de Terezópolis com Anápolis, foi possível mensurar a relação de dependência comercial do município com Goiânia como baixa. Apesar do comércio local ser pouco dinâmico, a proximidade de Anápolis, cidade média, faz com que boa parte da população supra suas necessidades nesta, diminuindo a dependência comercial com a metrópole.

Em campo, visualizou-se que o município de Goianápolis possui uma dinâmica e variedade comercial mais intensa que as demais cidades pesquisadas, este aspecto pode ser visualizado na figura 14. Essa característica é refletida nos questionários, em que 8 pessoas afirmaram que o comércio local consegue atender as necessidades da população, apenas 3 afirmaram o oposto. A atratividade comercial de Goianápolis foi retratada por meio dos questionários aplicados, uma vez que 7 pessoas apontaram que o comércio local atende pessoas de outros municípios, 3 afirmara o contrário.

Figura 14 – Região Central de Goianápolis



Fonte: DEUS, Natália M. 2020

Apesar de Goianópolis possuir um comércio mais dinâmico e atraente que as outras cidades, constatou-se que ainda há a busca, em outras localidades, por produtos diferenciados. Assim, de acordo com os resultados do questionário, observou-se que para 6 entrevistados a população vai à Goiânia em busca de produtos inexistentes no município, entretanto, estes pontuaram que, em sua grande maioria, a população recorre primeiramente a Anápolis.

A forte relação com Anápolis foi observada por todos os entrevistados, colocando a metrópole como segunda opção ou última instância. A partir disso, pode-se concluir que Goianópolis possui baixa relação comercial com Goiânia, uma vez que a primeira consegue suprir as necessidades básicas da população e recorre primeiramente a Anápolis na busca por mercadorias inexistentes no município.

No que tangencia a relações de dependência das pequenas cidades com os serviços da metrópole, constatou-se a alta busca por equipamentos e serviços de lazer. Com relação à Bonfinópolis, observou-se para uma forte dependência dos serviços de lazer da metrópole. De acordo com a prefeitura municipal, a busca por serviços de lazer em Goiânia é frequente, uma vez que existem no município “poucas áreas de lazer, temos um pequeno lago, os restantes das áreas que pode considerar lazer são as praças que as pessoas usam pra caminhada, pra pequenos eventos” (PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS, 2019).

Com o questionário aplicado à população, ficou evidente que o município possui poucos ambientes de lazer, sendo que 9 dos 10 entrevistados apontaram que o município não oferece ambientes e serviços de lazer. De acordo com os entrevistados, grande parte da população vai a Goiânia em busca de lazer, sendo que 6 apontaram para Goiânia, 2 para áreas rurais e 2 para Leopoldo de Bulhões.

Apesar da busca por serviços de lazer concretizar-se também, em outros lugares, além da metrópole, pode-se compreender que a maior parte dos entrevistados pontuaram ir à Goiânia. Na entrevista com a prefeitura, foi enfatizada a ida da população para metrópole, não sendo pontuada nenhuma outra opção. A partir disso, constatou-se que a dependência dos serviços de lazer da metrópole pode ser mensurada como alta.

Relativo ao município de Caldazinha observou-se que este não possui equipamentos e serviços de lazer, uma vez que 7 dos 10 entrevistados apontaram que o município não oferece ambientes de lazer à população. A prefeitura do município considera a falta de equipamentos de lazer como um sério problema, como pode ser observado no trecho abaixo:

(A presença de serviços de lazer) É um problema sério aqui [...] Tem a festa de agosto, que tem às vezes um entretenimento pra jovem, mas as áreas de lazer aqui é um problema sério, a gente não tem comércio como shopping que poderia envolver a

população, não tem cinema. É difícil economicamente a pessoa investir em um município que não vai ter fluxo, é até complicado, por exemplo, uma empresa de entretenimento vem pra cá, cinema, ele vai ter fluxo? Vai ter demanda de pessoas? Porque a pessoa pega o carro aqui, principalmente o shopping flamboyant, eu já fiz esse trajeto e gastei 20 minutos e já tava dentro do shopping, então é muito complexo. Essa proximidade com Goiânia é um fator que é importante pra nós, a população sempre vai pra Goiânia, vai procurar o comércio de Goiânia. Então, esse é um fator que atrapalha, mas é positivo, é positivo porque tem mais acesso a bens e serviços e atrapalha porque a população sempre procura bens e serviços fora e então não tem o desenvolvimento da cidade (PREFEITURA DE CALDAZINHA, 2019).

Dessa forma, fica evidente a falta de serviços de lazer no município e a proximidade de Caldazinha com Goiânia, mostrando que a população do município em questão busca suprir parte de suas necessidades na metrópole. Entretanto, no questionário aplicado apareceram várias localidades além da metrópole para a busca de lazer como área rural, Caldas Novas e Senador Canedo, aparecendo Goiânia apenas 2 vezes.

A partir do exposto, pode-se considerar a dependência dos equipamentos de lazer da metrópole como média. Apesar da prefeitura apontar que há uma forte busca por lazer em Goiânia, nos questionários a opção de busca na metrópole apareceu apenas 2 vezes, observando também que parte da população busca o lazer em áreas rurais do próprio município e em Senador Canedo, cidade média próxima a Caldazinha.

Em relação ao município de Terezópolis, foi observado pela prefeitura que o lazer aparece como um dos problemas do município. A falta de serviços e equipamentos de lazer pode ser observada no questionário, sendo que 9 entrevistados afirmaram que o município não oferece serviços de lazer à população, apenas 1 entrevistado apontou o contrário.

Entretanto, mesmo que o município não contemple equipamentos de lazer que atenda a população, esta não depende totalmente da metrópole para atender sua demanda interna. Anteriormente observou-se a forte relação estabelecida entre Terezópolis de Goiás e Anápolis, que ficou evidente nos questionários, quando 3 entrevistados apontaram ir para Anápolis em busca de lazer, 3 apontaram Anápolis e Goiânia e 4 afirmaram ir à Goiânia.

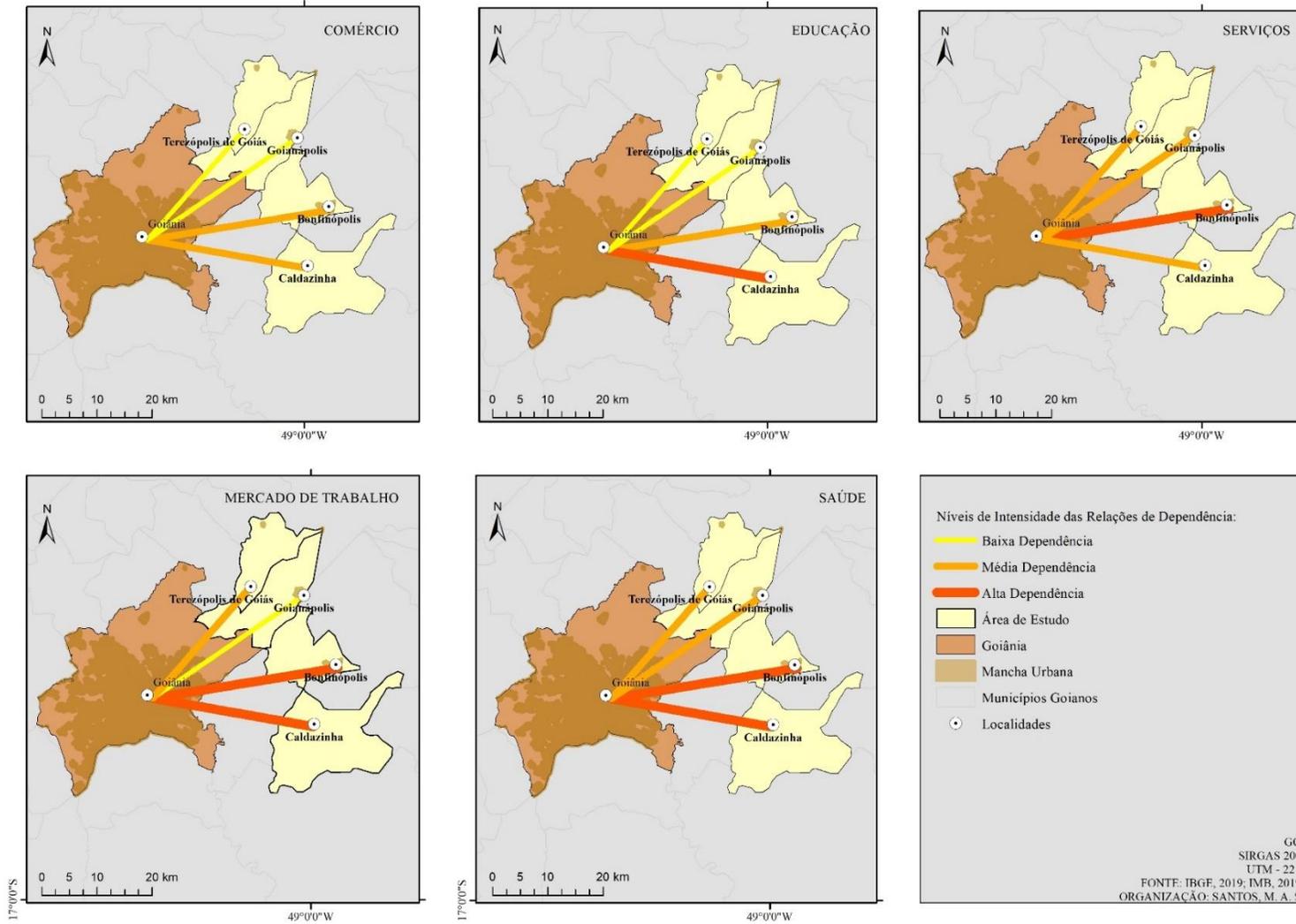
Assim, foi possível constatar que a população busca os serviços de lazer tanto em Goiânia como em Anápolis. Essa característica evidencia uma média dependência em relação aos serviços de lazer da metrópole, uma vez que Anápolis supre parte da demanda por esses serviços.

Assim como os demais municípios, Goianápolis possui poucos equipamentos e serviços de lazer. Essa característica foi observada nos questionários evidenciando que todos os 10 entrevistados apontaram que Goianápolis não oferece ambientes de lazer. Apesar disso, a relação de dependência de lazer com a metrópole pode ser mensurada como média, sendo que 5 dos 10 entrevistados apontaram ir pra Goiânia e 5 para Anápolis.

Dessa forma, foi possível considerar que as principais relações de dependência das pequenas cidades com a metrópole constituem-se na variada oferta de serviços desta última. Observou-se que os municípios mais próximos à Goiânia, Caldasinha e Bonfinópolis, possuem maior intensidade nas relações de dependência. Outro ponto evidenciado foi a atratividade que uma cidade média, como Anápolis, exerce sobre os municípios próximos, diminuindo o vínculo destes com Goiânia. As intensidades das relações de dependência diagnosticadas podem ser observadas na figura 15.

FIGURA 15

MAPA 9: NÍVEIS DE INTENSIDADE DAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA ENTRE A ÁREA DE ESTUDO E GOIÂNIA (GO)



3.2.2 As relações de funcionalidade

As relações de funcionalidades são estabelecidas pelas principais contribuições das pequenas cidades na rede urbana. Uma vez que a pesquisa visa compreender as relações das pequenas cidades da zona leste da RMG com Goiânia, as relações de funcionalidade concretizam-se nas funções que estas prestam à metrópole.

No tópico anterior, foram identificadas e analisadas as relações de dependência das cidades em estudo com a metrópole. Assim, compreende-se que as relações de funcionalidade e dependência são analisadas por um olhar a partir das pequenas cidades, em que estas exercem diferentes papéis que se constituem nas suas dependências e funcionalidades.

Como visto na seção 2, foram identificadas 5 principais relações de funcionalidade, sendo elas: **produção pecuária, produção agrícola, recursos naturais, reserva de mão de obra e lazer/ segunda residência**. Assim, compreende-se que, cada cidade, em estudo, possui diferentes intensidades de suas funcionalidades, podendo ser mensuradas alta, média ou baixa.

Com relação à produção pecuária, foi observada, na seção 2, a produção de cada município. Nesse primeiro momento, constatou-se que Bonfinópolis possui a menor criação de animais em quase todas as categorias e baixa produção de origem animal, não possuindo destaque nesse tipo de produção. Entretanto, de acordo com a prefeitura, o município possui fábrica de ração canina e de rebanhos para atender principalmente a produção local, evidenciando a existência de criação de animais em Bonfinópolis.

Na entrevista com a prefeitura, ao questionar as principais produções agropecuárias do município, a produção pecuária não foi apontada, sendo mencionada apenas a produção agrícola. Dessa forma, foi possível constatar que Bonfinópolis possui uma baixa relação de funcionalidade na produção pecuária com a metrópole, uma vez que esta apresenta baixo desempenho nessa área.

Diferentemente de Bonfinópolis, Caldazinha possui destaque na produção pecuária. Por meio dos dados secundários, observou-se que o município possui o maior efetivo de rebanho em quase todas as categorias, apresentado destaque no efetivo de rebanho bovino, suíno e galináceos. Caldazinha conta com a segunda maior produção de leite, produzindo 5.000 litros de leite em 2017 e perdendo apenas para Goianápolis, o município é ainda o único com produção apícola.

Na entrevista com a prefeitura de Caldazinha ficou evidente a força da produção pecuária, contribuindo para aquecer a economia do município e refletindo na presença de indústrias que atendam esta atividade. Segundo a prefeitura, o leite é a principal produção do município, seguido por silagem de milho para atender o consumo local, agricultura familiar e produção de derivados do leite, sendo que grande parte desses produtos são comercializados informalmente com Goiânia, não sendo contabilizados nos dados da prefeitura.

Dessa forma, foi apontado que em Caldazinha existem 7 laticínios produtores de leite e fábricas de ração focadas para atender a pecuária leiteira. Assim, de acordo com a prefeitura municipal, grande parte da arrecadação interna vem da produção agropecuária, que emprega uma parte da população, abastece e dinamiza o mercado interno.

Além de contribuir para o abastecimento de produtos pecuários para atender a demanda local, Caldazinha também comercializa com Goiânia e outros Estados. De acordo com a prefeitura “Os principais produtos comercializados em Goiânia é o queijo, o leite, ovos, mel, tem muito produtor que produz mel e comercializa em feira que acaba caindo na informalidade” (PREFEITURA DE CALDAZINHA, 2019).

O município também conta com uma produção diferenciada, como o queijo de búfala nobre e chanceliche, um queijo árabe, sendo estes comercializados também em São Paulo, como é possível observar no trecho da entrevista abaixo:

Praticamente tudo que produzimos de queijo que passa pelos laticínios vai pra fora. O mercado é Goiânia e às vezes até interestadual. Desse 7 laticínios, 4 é CONSIF e sai tudo para outros estados. Tem um laticínio que é o búfalo nobre que produz queijo de búfalo, ele abastece o mercado paulista, eu nunca vi um búfalo nobre aqui no mercado de Caldazinha, vai tudo pro mercado paulistano e isso acontece com outros laticínios que produzimos também como o chanceliche que é um queijo temperado, ele é feito e vendido no mercado paulistano também, ele é bem produzido aqui em Caldazinha. O que fica em Caldazinha, que condiz com o gosto e estilo da população, é o queijo minas frescal que é muito consumido, esses queijos mais elaborados acaba sendo exportados, até porque não tem muita saída no comércio local (PREFEITURA DE CALDAZINHA, 2019).

A partir disso, é possível constatar que o município possui alta relação de funcionalidade da pecuária com a metrópole. Contribuindo para atender diretamente ao mercado de Goiânia por meio de feiras e comércio informal, bem como, contribuindo para o abastecimento de queijo do CEASA. Caldazinha destaca-se na produção pecuária e mantém relações que ultrapassam as fronteiras estaduais, atendendo à demanda por produtos sofisticados.

O município de Terezópolis também possui uma importante produção pecuária, produzindo 3.500 litros de leite e 73 mil dúzias de ovos de galinha, sendo também o único com

efetivo de rebanho de codornas. Terezópolis possui destaque no efetivo de rebanho suíno, ficando atrás apenas de Caldazinha e no efetivo de rebanhos de galináceos e bovinos.

Por meio dos dados secundários, é possível observar que Terezópolis não possui uma produção tão forte como Caldazinha, mas já atinge maiores resultados que Bonfinópolis. Entretanto, na entrevista com a prefeitura, a produção pecuária aparece em poucos momentos, sendo sempre enfatizadas as consequências da APA, tanto para produção pecuária como para a produção agrícola, como é evidenciado no trecho abaixo:

Hoje nos temos o grande problema nosso é a questão dessa olericultura que não é permitido o uso de defensivo agrícola, então nos estamos trabalhando pela questão orgânica. Nosso município, no plano de manejo, ele privou os produtores de usar qualquer coisa química, porém com algumas ponderações. Agora depois do novo plano de manejo, da revisão do plano, porém tinha uma série de equívocos pessoas que às vezes não entendia direito o plano e a complexidade dele, com o novo plano a gente deixou essas involuções por questões de, as áreas de soja, nós temos uma zona leiteira grande no município e que é difícil ficar sem usar produtos químicos (PREFEITURA DE TEREZÓPOLIS DE GOIÁS, 2019).

Assim, é possível observar que o município é privado da utilização de qualquer defensivo agrícola, dificultando a produção na área. Apesar disso, Terezópolis possui produção de leite, ovos e criação de animais que contribuem para o abastecimento da metrópole. Entretanto, como visto anteriormente, Terezópolis possui maiores relações com Anápolis e assim possuindo maiores relações comerciais com essa última.

De acordo com a prefeitura de Terezópolis, o município possui relação tanto com Anápolis como com Goiânia, entretanto sempre é mencionada sua relação com o primeiro. Dessa forma, é possível diagnosticar que Terezópolis possui uma baixa relação de funcionalidade da pecuária com a metrópole, uma vez que não possui grande destaque na produção pecuária e estabelece grandes vínculos com Anápolis, atendendo primeiramente a esta.

Com relação a Goianápolis, foi constatado, por meio de dados secundários presentes na seção 2, que este possui destaque no efetivo de rebanho de galináceos, com 168.000 cabeças, sendo o maior nessa categoria. Em termos gerais o município possui destaque no efetivo de rebanho de galináceo e bovino, possuindo a maior produção de leite.

Entretanto, foi constatado que Goianápolis possui forte relação com Anápolis, sendo pontuado nos questionários uma forte produção agropecuária para o abastecimento do CEASA de Anápolis. A partir disso, é possível constatar que este possui baixa relação de funcionalidade da pecuária com a metrópole.

Em relação à produção agrícola, constatou-se que Bonfinópolis possui uma produção variada, destacando-se no cultivo de laranja, milho e grãos e contribuindo para o abastecimento do CEASA com folhagens, legumes, raízes e tubérculos, frutas nacionais e produtos variados. Assim, observa-se que o município não possui uma grande produção agrícola, entretanto esta parece suficiente para atender a demanda interna e contribuir para o abastecimento da metrópole, fazendo parte do cinturão verde.

Com os questionários aplicados à população foi constatado que em sua maioria afirmaram existir produção agrícola no município, sendo que 7 entrevistados afirmaram que sim e 3 que não, evidenciando o conhecimento da população local a respeito da produção agrícola municipal.

De acordo com a prefeitura de Bonfinópolis, o município consta principalmente como pequeno e médio produtor, sendo majoritariamente a produção oriunda da agricultura familiar. Os principais produtos da agricultura do município são o milho, mandioca, tomate, feijão e hortaliças. Assim, observa-se que a produção agrícola de Bonfinópolis está voltada para o consumo interno ou consumo de subsistência.

Por meio das entrevistas e dos questionários, evidenciou-se que Bonfinópolis não possui vínculo direto com Goiânia, uma vez que a produção vai, em grande parte, para o CEASA. Dessa forma, 7 pessoas afirmaram que os hortifrutigranjeiros consumidos no município vem do CEASA e 3 apontaram para a produção local. Dessas 7 pessoas, 5 observaram que a produção local vai para o CEASA e volta pro município. Essa característica também foi observada na entrevista com a prefeitura, como mostra o trecho abaixo:

[...] É mais agricultura familiar que vendem parte pro município e parte na CEASA, vai pra Goiânia depois de ir pro CEASA. É interessante que às vezes a gente tem feirantes que o produto sai daqui e vai pro CEASA e volta pra vender de volta aqui, mas hoje já tem alguns produtores que começaram a entregar no mercado, vende na feira. O que mais produz é hortifrutigranjeiros, folhagem, pepino e tomate que é o cargo chefe aqui, milho, chuchu (PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS, 2019).

Assim, é possível afirmar que, apesar de Bonfinópolis não possuir uma forte produção agrícola, este ainda contribui para o abastecimento da metrópole. Contudo, essa contribuição pode ser considerada pequena e assim a relação de funcionalidade agrícola de Bonfinópolis com Goiânia pode ser considerada baixa.

Dentre os municípios em estudo, Caldazinha é o que apresenta menor desempenho na produção agrícola, bem como a menor contribuição para o abastecimento do CEASA. A produção agrícola do município foi pouco mencionada, na entrevista com a prefeitura, sendo apontada principalmente a produção pecuária. Entretanto, de acordo com a prefeitura,

Caldazinha possui uma produção agrícola voltada para a agricultura familiar, tendo como principal cultivo o de milho e mandioca.

Com os questionários aplicados, observou-se que os 10 entrevistados afirmaram para a existência de produção agropecuária no município, evidenciando a existência real dessa produção e sua proximidade à população. Ao questionar a origem dos hortifrutigranjeiros consumidos no município, 6 dos 10 entrevistados apontaram que este vem do CEASA, 2 da produção local, 1 de outro município e 1 não soube responder.

Entretanto, apesar da baixa produção, o município busca atender a população interna, principalmente por meio de feiras. Esta característica foi observada em campo, com os questionários e na entrevista com a prefeitura, sendo ilustrada no trecho da entrevista abaixo:

A produção agropecuária atende a população local, essa feira que tem hoje, quarta feira, tem muito leite, muito queijo farinha, polvilho, mandioca, jiló, quiabo, banana, coisas de quintal. Tem produtor rural que durante a semana ele traz o queijo e o leite e anda na rua, da volta pelos setores e comercializa. Então abastece sim a comunidade (PREFEITURA DE CALDAZINHA, 2019)

Dessa forma, foi possível diagnosticar que Caldazinha possui uma pequena produção agrícola voltada principalmente para o consumo interno, contribuindo pouco para o CEASA e exportando pouco para outros municípios como Goiânia. Assim, constatou-se que o município possui baixa intensidade na relação de funcionalidade agrícola com a metrópole.

Em relação à Terezópolis, constatou-se, na seção 2, que este possui uma produção agrícola mais variada e apresenta maior contribuição para o abastecimento do CEASA do que Bonfinópolis e Caldazinha. De acordo com os dados do Instituto Mauro Borges, o município possui maior produção no cultivo de laranja e mandioca, sendo este último o maior dentre todos os municípios em estudo.

A existência da produção agrícola e o conhecimento de sua existência pela população municipal foram evidenciados nos questionários, uma vez que dos 10 entrevistados, 8 afirmaram a existência de produção agropecuária em Terezópolis e 2 afirmaram o contrário.

De acordo com a prefeitura de Terezópolis, a produção agrícola do município vai além da agricultura familiar, sendo constituída pelo pequeno, médio e grande produtor, com destaque na produção de citros e soja. O destaque da produção de citros pode ser observado nos dados de produção municipal, uma vez que Terezópolis apresenta como maior produção o cultivo de laranja e tangerina. Essas características são evidenciadas no trecho abaixo:

São vários, nós temos uma linha de citros que é grande, nós temos soja, frutas de um modo geral. Temos coisas grandes, que vão além a agricultura familiar, como produtor de boi, de confinamento. Enfim, a agricultura pecuária é muito complexa tanto na

agricultura familiar como no médio e grande produtor[...] Os produtos mais comercializados com Goiânia são mandioca, laranja, goiaba, soja que vai pra Goiânia e Anápolis, feijão, milho, inclusive pupunha, nós temos lavouras de pupunha grade aqui e outros, porque tem várias outras, como jiló, berinjela. A produção de leite aqui é alta, produz muito leite, faz requeijão (PREFEITURA DE TEREZÓPOLIS DE GOIÁS, 2019).

Dessa forma, de acordo com a prefeitura, Terezópolis exporta para Goiânia e Anápolis produtos como mandioca, laranja, goiaba, soja, milho, pupunha, jiló e berinjela. Observa-se que há a produção de commodities como soja e milho, típicos da produção de monocultura de grandes latifúndios. Entretanto, grande parte da produção agrícola é característica da agricultura familiar.

Apesar da produção agrícola de Terezópolis ser mais significativa que a de Caldazinha e Bonfinópolis, essa ainda é tida como pequena se comparada com Goianópolis, sendo este último o município que mais contribui para o abastecimento do CEASA. Observa-se também que o município possui maiores relações com Anápolis, essa característica foi identificada nos questionários e na prefeitura.

A proximidade com Anápolis foi evidenciada na entrevista com a prefeitura municipal, uma vez que toda pergunta realizada a respeito das relações estabelecidas entre Terezópolis e Goiânia, o entrevistado pontuava primeiramente as relações com Anápolis. Esse aspecto evidencia que boa parte da produção do município exportada vai para Anápolis e não para Goiânia, indicando que Terezópolis possui baixa relação de funcionalidade da agricultura com sua metrópole.

O município de Goianópolis constitui-se como o maior produtor agrícola, contribuindo com 66.360,61 toneladas para o abastecimento do CEASA, a segunda maior contribuição é de Terezópolis, com 7.401,72 toneladas, evidenciando a potencialidade de Goianópolis nesse seguimento.

Por meio dos dados de produção agrícola municipal, observou-se que Goianópolis possui destaque no cultivo de tomate e milho. De acordo com o CEASA, o município contribui com 56.833,47 toneladas em folhagens e legumes, sendo este um valor expressivo se comparado com os demais municípios. Goianópolis possui uma grande produção de tomates sendo constatado em campo.

A referência à produção de tomates do município pode ser observada logo na entrada da cidade, em que há uma placa grafada “capital do tomate”. Nos questionários todos os 10 entrevistados apontaram para a existência da produção agropecuária, e muitos pontuaram o cultivo de tomate. O município também possui indústrias nesse seguimento, como de extrato de tomate e ketchup.

Apesar da alta produção e da grande contribuição para o abastecimento do CEASA, pode-se considerar que o município possui média relação de funcionalidade agrícola com Goiânia. Esse aspecto é em função da forte relação do município com Anápolis e da relação indireta estabelecida com Goiânia, uma vez que grande parte da produção vai para o CEASA e depois é redistribuída por toda região metropolitana. Contudo, a relação de funcionalidade constitui-se como média e não baixa como em Terezópolis pela alta produtividade do município.

Outra relação de funcionalidade concretizada entre as pequenas cidades da Zona Leste da RMG com sua metrópole é a de recursos naturais. Os recursos naturais, principalmente os recursos hídricos presentes em Terezópolis e Goianápolis são de extrema importância para a metrópole, uma vez que parte do abastecimento de água de Goiânia é oriundo do ribeirão João Leite que perpassa esses dois municípios.

O Rio Meia Ponte é o principal ponto de captação de água da metrópole, abastecendo grande parte da cidade, entretanto o Ribeirão João Leite contribui com uma parcela do abastecimento e constitui-se como um potencial reservatório de água (SEMAD, 2019). O ribeirão João Leite está presente nos municípios de Terezópolis, Nerópolis, Goianápolis e Goiânia.

Para preservar e garantir a reserva de água de qualidade para o abastecimento da metrópole e região, instituiu-se a Área de Preservação Permanente do Ribeirão João Leite que apreende a totalidade do município de Terezópolis e parte de Goianápolis. Nesta região estão presentes também os Parques Ecológicos Altamiro Moura Pacheco e o Parque Estadual do João Leite.

A partir disso, diagnosticou-se que os municípios de Terezópolis e Goianápolis possuem alta relação de funcionalidade dos recursos naturais com a metrópole. Este diagnóstico é em função da necessidade do abastecimento de água da região, sendo que o Ribeirão João Leite fornece parte da água consumida na metrópole e região e ainda se constitui como um grande reservatório de água, podendo aumentar sua contribuição no abastecimento de água no futuro.

Em contrapartida, o município de Bonfinópolis apresenta baixa relação de funcionalidade dos recursos naturais com a metrópole. Os recursos naturais presentes no município são evidenciados pela porcentagem do uso do solo, evidenciando que as áreas de formação florestal correspondem a 30% do município, valor este mais alto que Terezópolis e próximo ao de Goianápolis, ambos os presentes na área de preservação permanente do Ribeirão João Leite.

A funcionalidade atribuída aos recursos naturais de Bonfinópolis para a metrópole ocorre de forma indireta, uma vez que a preservação ambiental se faz fundamental para a sociedade. Entretanto, o município não oferece nenhum recurso natural à metrópole, o que pode ser refletido para uma baixa relação de funcionalidade.

O município de Caldazinha, assim como o de Bonfinópolis, possui uma baixa relação de funcionalidade dos recursos naturais com a metrópole. Entretanto, deve-se pontuar que este foi indicado pelo Plano de Desenvolvimento Integrado da RMG (2017) como um possível ponto de abastecimento hídrico para a metrópole e região.

O município é cortado pelo Rio Caldas, constituindo-se como um reservatório de água, essa característica foi observada na entrevista com a prefeitura de Caldazinha, evidenciando a especulação imobiliária ocasionada em função da proximidade do rio e das reservas ambientais como um todo:

[...] A valorização aqui são de terras rurais, tem trechos do município que um alqueire de chão checa a custar 120, 150 mil reais, é um valor muito alto, por causa da localização, a qualidade da terra, por estar próximo ao rio Caldas que é um manancial de grande especulação de abastecimento de Goiânia, tudo isso conta ponto pra valorização, então o meio rural é o mais valorizado, terras aqui em Caldazinha custa muito caro (PREFEITURA DE CALDAZINHA, 2019).

Assim, compreende-se que o Rio Caldas, presente no município de Caldazinha, se enquadra como um possível manancial para o abastecimento de Goiânia. Dessa forma, pode-se acrescentar uma ressalva à baixa relação de funcionalidade estabelecida entre os municípios, uma vez que Caldazinha pode futuramente contribuir para o abastecimento de água da metrópole, elevando sua relação de funcionalidade dos recursos naturais para alta.

Outra relação de funcionalidade estabelecida entre as pequenas cidades com a metrópole é a reserva de mão de obra. A reserva de mão de obra presente nos pequenos municípios é inversamente proporcional à dependência desses do mercado de trabalho da metrópole. Dessa forma, os municípios que apresentam maior dependência do mercado de trabalho de Goiânia são os mesmos que fornecem mão de obra para esta última.

Como visto, Bonfinópolis possui alta dependência do mercado de trabalho de Goiânia. Essa característica foi identificada por meio da entrevista e questionários, observando que grande parte da população do município procura melhores condições de emprego na metrópole. Dessa forma, Bonfinópolis estabelece uma alta relação de funcionalidade de mão de obra para a metrópole.

Essa relação de funcionalidade reflete a baixa dinâmica do município, sendo constatada a grande dificuldade na geração de emprego e renda e a dependência dos repasses estaduais e

federais. Outro ponto evidenciado foi a sua proximidade com Goiânia, prejudicando os investimentos na cidade e influenciando a dinâmica comercial desta, uma vez que grande parte da população vai para Goiânia a trabalho, consumindo neste último município.

Em relação ao município de Caldazinha, foi observado que este possui alta relação de dependência do mercado de trabalho da metrópole. Esse diagnóstico foi efetuado com base nos questionários e entrevista. Na entrevista foi evidenciada a dependência do mercado de trabalho e a funcionalidade do município como reserva de mão de obra, entretanto essa característica foi pouco apontada.

Apesar da baixa menção atribuída a essa relação, ela ainda foi relatada, expondo as fragilidades econômicas na geração de emprego e renda do município, o que implica a uma alta relação de funcionalidade da reserva de mão de obra para a metrópole. Como visto, essa característica também reflete a baixa dinâmica econômica do município, que assim como Bonfinópolis, possui a maior parte de sua receita oriunda dos repasses do FPM e ICMS.

No que tangencia os municípios de Terezópolis e Goianópolis, observou-se que ambos possuem maiores relações com Anápolis. Entretanto, na entrevista realizada com a prefeitura de Terezópolis observou-se que a população municipal busca também o mercado de trabalho da metrópole, estabelecendo-se possuidora de uma média relação de funcionalidade na reserva de mão de obra para a metrópole.

Já no município de Goianópolis, foi estabelecido que a população depende majoritariamente do mercado de trabalho de Anápolis e não de Goiânia. Com isso, pode-se concluir que Goianópolis estabelece baixa relação de funcionalidade na oferta de mão de obra para a metrópole.

A última relação de funcionalidade atribuída aos pequenos municípios é a de lazer ou segunda residência. Essa relação foi evidenciada principalmente nas entrevistas e nos referenciais teóricos a respeito de pequenas cidades, uma vez que a população da metrópole busca nas pequenas cidades refúgio dos problemas e caos atribuídos à metrópole.

Na entrevista realizada com a prefeitura de Bonfinópolis, evidenciou-se o loteamento de propriedades irregular na zona rural para a construção de chácaras, sendo este um dos grandes problemas no município. O parcelamento do solo rural evidencia o uso do solo para chácaras de recreio, como mostra o trecho abaixo:

O grande problema da área rural é o loteamento de propriedades, loteamento irregular, tá acontecendo um fenômeno de chacreamento irregular, que estamos com uma parceria com o ministério público pra combater isso. A pessoa vai lá, compra um alqueire, dois alqueire e vende abaixo do modulo mínimo que é 20.000 mil metros permitidos por lei, 2.000 metros, 3.000

metros e isso é um grande problema ambiental inclusive, desmata parte do terreno pra fazer loteamento, abre ruas que vai causar erosão, constroem na margem de córregos e retira a cobertura vegetal, a proteção. Esse é o maior problema rural que a gente tem (PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS).

O uso do solo de Bonfinópolis para lazer ou segunda residência também foi observado no questionário, uma vez que 8 dos 10 entrevistados apontaram para a existência de segunda residência no município e 2 afirmaram o contrário. Os moradores entrevistados pontuaram para a existência de condomínios de chácara no município, entretanto, estes não foram encontrados nas pesquisas realizadas. Contudo, a venda de chácaras e sítios aparecem com grande intensidade nos anúncios de sites de compra como a OLX.

A partir dos relatos da prefeitura e da afirmação dos entrevistados a respeito da segunda residência, foi constatado que o município de Bonfinópolis possui uma alta relação de funcionalidade em ofertas de chácaras e sítios de recreio para a população da metrópole.

Com a entrevista na prefeitura de Caldazinha, foi constantemente relatado o chacreamento irregular da zona rural, como também foi mencionado a desvalorização do módulo urbano e a valorização do rural, dando indícios da especulação imobiliária que ronda o município. Esse aspecto é evidenciado no trecho da entrevista abaixo:

Outros problemas são os de ocupação irregular, de áreas rurais e a especulação imobiliária que acaba pressionando o produtor rural. Essa especulação ocorre em função da localização do município, presença de rios e vegetação natural. A especulação imobiliária, talvez eu colocaria na frente da infraestrutura, o câncer ambiental nosso é o chacreamento irregular, é uma tendência que não é bem-vinda pro município, na verdade isso é uma especulação imobiliária muito ruim, em todos os sentidos, é uma especulação imobiliária que acaba afetando o consumidor que compra aquilo ali, traz enormes danos ambientais, traz danos nos aspectos econômicos, afeta toda uma rede, quem compra, quem vende sonega, quem compra tá comprando um produto que não tem regulamentação e não tem documentação correta e tem a questão do dano social porque isso traz violência, acontecem festas nessas chácaras, o tipo de público que frequenta essas chácaras. [...] Os principais problemas ambientais de Caldazinha, está no topo essa questão do parcelamento irregular que acaba afetando muito a questão ambiental no aspecto de desmatamento, de impactos de rios, da qualidade da água (PREFEITURA DE CALDAZINHA, 2019).

Observa-se que tanto Bonfinópolis como Caldazinha apontaram para a tendência do parcelamento de lotes na zona rural, com intuito de promover chácaras de recreio, trazendo para o morador de grandes cidades o ideário bucólico do campo. No município de Caldazinha essa característica também foi denunciada por meio dos questionários, sendo que 7, dos 10 entrevistados, apontaram para a presença de segunda residência no município, sendo que apenas 3 apontaram o contrário.

Oliveira (2014) observa para a existência de 1 condomínio de chácaras em Caldazinha, denominado de Sítio da Sinhá, e evidencia que mais da metade dos moradores do condomínio

o utilizam para segunda residência. Dessa forma, o autor observa aspectos da especulação imobiliária na RMG, colocando o lazer como uma faceta do processo de metropolização:

A especulação é uma máxima implantada em que prevalece a segunda residência como forma de subaproveitamento do solo metropolitano. Na verdade, o lazer como condição de estruturação do espaço metropolitano da RMG é uma forma de controle do espaço, o que não deixa de ser uma forma específica de aproveitamento e controle do processo de metropolização [...] (Oliveira, 2014, p. 158).

Assim, observa-se que os condomínios de chácara, bem como o chacreamento do solo metropolitano é uma das características do processo de metropolização, constituindo-se em um novo rural e uma fuga dos problemas da cidade grande. A alta incidência de anúncios de sítios e chácaras aparece também para o município de Caldazinha, sendo que um dos marketings utilizados são a proximidade com Goiânia ou Senador Canedo e o ambiente ruralizado.

A partir das análises apontadas acima, foi possível diagnosticar que o município de Caldazinha possui alta relação de funcionalidade em segunda residência e lazer com a metrópole. Essa característica foi observada na entrevista e questionários, ocorrendo em função da proximidade de Caldazinha com a metrópole e Senador Canedo, bem como pela extensão de áreas verdes presentes no município.

Diferentemente de Bonfinópolis e Caldazinha, não houve referência por parte da prefeitura de Terezópolis a respeito do parcelamento e venda de lotes na zona rural. Podendo indicar que o município não passa pela tendência de chacreamento, recorrente em pequenos municípios de regiões metropolitanas. Entretanto, o município é conhecido por comportar um dos mais sofisticados condomínios de chácara da região, sendo este a Ecovila Santa Branca, e também o condomínio Flora Terezópolis (Oliveira, 2014).

De acordo com o questionário aplicado à população do município, foi possível reafirmar a existência de segunda residência em Terezópolis, uma vez que 7 entrevistados afirmaram para a existência desta e 3 apontaram para o contrário. Nas análises realizadas por Oliveira (2014), constatou-se que a maioria dos residentes da Ecovila Santa Branca a utilizam como segunda residência. Dessa forma, constatou-se que Terezópolis possui alta relação de funcionalidade no quesito lazer e segunda residência com a metrópole.

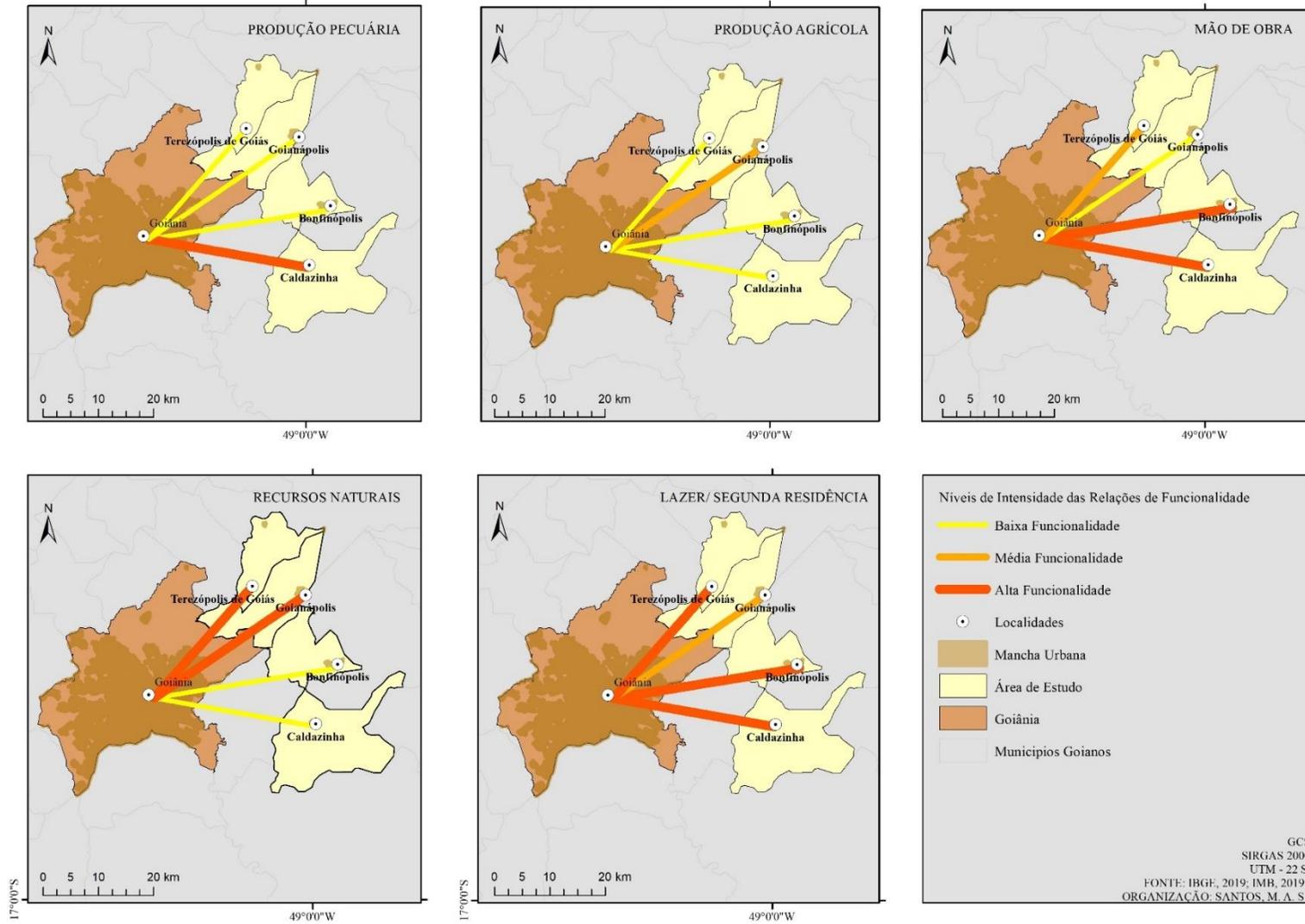
No município de Goianápolis foi observado para uma menor relação na funcionalidade de lazer e segunda residência. Essa característica foi assinalada nos questionários, sendo que apenas 5 entrevistados afirmaram para a existência de segunda residência no município. Assim, observa-se que este índice foi inferior aos demais municípios estudados. Outro aspecto observado foi a inexistência de condomínios de chácara no município.

Entretanto, ao realizar a pesquisa em sites de compra de terreno, identificou-se para uma diversidade de anúncios de vendas de sítios e chácaras em Goianápolis, denunciando a presença do uso do solo para ambientes de recreação e lazer. Dessa forma, constatou-se que o município possui uma média relação de funcionalidade em ambientes de lazer e segunda residência com a metrópole.

As relações de funcionalidades foram analisadas por uma perspectiva da pequena cidade, observando seus diferentes aspectos e assim as funções fornecidas à metrópole. Com isso, constatou-se que cada cidade possui diferentes características com diferentes funções e intensidades nas relações. As intensidades nas relações de funcionalidade foram mapeadas e podem ser observadas na figura 16.

FIGURA 16

MAPA 10: NÍVEIS DE INTENSIDADE DAS RELAÇÕES DE FUNCIONALIDADE ENTRE A ÁREA DE ESTUDO E GOIÂNIA (GO)



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as análises efetuadas ao longo deste trabalho, pode-se observar a importância de uma compreensão dialética, buscando no primeiro momento interpretar fatores históricos, políticos e econômicos que contribuíram na formação e constituição da área de estudo. Assim, constatou-se, por meio de estudos metodológicos, a impossibilidade da análise do presente sem a compreensão do passado. Através desta premissa, observaram-se aspectos da constituição do território que refletem na atualidade.

O primeiro momento deste trabalho teve como intuito a aproximação e reconhecimento do território em que área de estudo se contextualiza, como a Região Metropolitana de Goiânia e sua metrópole. A partir disto, observaram-se os aspectos de Goiânia, como sua centralidade na rede urbana, que influenciam diretamente nas suas relações com os pequenos municípios.

Identificou-se o processo de metropolização como continuidade do processo de urbanização, sendo apontadas algumas características deste na RMG, como a centralização, descentralização, fragmentação e expansão do centro urbano, influenciando diretamente as pequenas cidades que a compõe. Dessa forma, concluiu-se que o processo de urbanização ultrapassa a metrópole, expandindo-se à sua maneira para localidades longínquas, como as pequenas cidades.

Assim, constatou-se a existência de uma característica típica de regiões metropolitanas, sendo esta a descentralização da metrópole e a constituição de novos centros urbanos próximos a ela, que no caso da RMG são formados pelos municípios limítrofes à Goiânia. Entretanto, apesar do processo de descentralização da metrópole, pode-se concluir que esta ainda exerce força gravitacional na região metropolitana, atraindo grande parte da população dos pequenos municípios próximos a ela. Essa atratividade estabelece-se, principalmente, pelo aparato infraestrutural que a metrópole oferece, constituindo-se como um ambiente dinâmico, com alto índice de fluxos de mercadorias, pessoas e informações.

A partir disso, evidenciou-se as transformações desencadeadas com o processo de metropolização nos pequenos municípios, constatando que a metrópole desempenha grande influência em sua região metropolitana, refletindo em suas relações com as pequenas cidades. Dessa forma, foi possível concluir que os municípios presentes na RMG apresentam carácter heterogêneo, estabelecendo diferentes relações com Goiânia.

Destarte, algumas conclusões iniciais foram evidenciadas, como a grande disponibilidade de serviços da metrópole na rede urbana e principalmente para os municípios que integram sua região. Assim, diagnosticou-se a existência da forte relação de dependência dos pequenos municípios em função da metrópole, uma vez que esta última se caracteriza por fornecer variedade de bens e serviços. Este aspecto foi observado com as análises de dados e estudos teóricos em relação as diversas atividades de serviços disponibilizadas pela metrópole, sendo um primeiro indicativo das relações de dependências materializadas entre as pequenas cidades com o centro metropolitano.

Os estudos voltados estritamente à metrópole e sua região foram evidenciados na seção 1. Contudo, pontua-se que o cerne da pesquisa é vislumbrado pela perspectiva das pequenas cidades. Entretanto, o reconhecimento da RMG e de Goiânia se fazem fundamentais, refletindo diretamente nas cidades em estudo e, principalmente, em suas relações de funcionalidade e dependência com a metrópole.

No decorrer do processo de construção deste trabalho foram consultados diferentes referenciais teóricos, revelando a existência quantitativa de estudos que privilegiam as características e funções da metrópole, sendo que o mesmo não acontece com os estudos e pesquisa sobre pequenas cidades, evidenciando a necessidade destes. Assim, compreende-se a relevância de análises com uma perspectiva totalizante, que ultrapasse a metrópole e atinja às pequenas cidades, apreendendo o todo.

No segundo momento do trabalho, na seção 2, intuiu-se a aproximação das pequenas cidades, sendo primeiramente analisadas diferentes concepções destas, bem como a escolha metodológica da área de estudo. Dessa forma, foram evidenciados os conceitos quantitativos de pequenas cidades, expressos por números demográfico, e os qualitativos, expressos nas funcionalidades e centralidades de cada município.

Concluiu-se que as análises demográficas das cidades em estudo são um primeiro indicativo de suas funcionalidades e centralidades. Assim, para a seleção da área de estudo, foram analisadas o contingente demográfico de cada município, observando o contexto das cidades que compõe a região. A partir disso, considerou-se como pequenas cidades aquelas com até 20.000 habitantes. Pontua-se que as definições de pequenas cidades se modificam de acordo o tempo e espaço.

Por meio dos estudos de diversos autores, foi possível apreender que, em termos gerais, que as pequenas cidades brasileiras possuem características em comum, como a proximidade com o campo, os resquícios e resistências das culturas locais, a nova forma de apreensão e uso do solo rural por meio de cidadãos metropolitanos, a baixa dinâmica econômica e assim a

dependência de repasses da união e do estado. Essas características são retratadas em estudos diversos, entretanto, apesar das semelhanças, as pequenas cidades analisadas apresentam particularidades.

Para o entendimento das condições socioeconômicas da área de estudos foram apresentados e interpretados dados secundários a respeito do uso do solo, saúde, educação, serviços e condições econômicas dos municípios. Este momento permitiu um primeiro diagnóstico da área de estudo, revelando que as pequenas cidades estão inseridas em um território com forte influência agropecuária na produção, possuindo como predominância a pastagem no uso do solo. Observou-se também a presença de mananciais de captação de água no território em análise, interferindo na dinâmica interna dos municípios, sendo este último o caso de Terezópolis e Goianópolis, que estão inseridos na APA do ribeirão João Leite.

Constatou-se que os municípios apresentam baixa dinâmica econômica, podendo ser materializada em sua infraestrutura. Assim, apesar das pequenas cidades apresentarem dados que mensuram a saúde como de alta qualidade e a educação como de média a alta, os municípios conseguem fornecer apenas os serviços básicos de saúde, educação, serviços e comércio. A partir disso, concluiu-se que há uma alta relação de dependência aos serviços disponibilizados pela metrópole. Por meio das análises obtidas na seção 2, identificou-se 5 relações de dependência, sendo elas: saúde, educação, serviços, comércio e mercado de trabalho.

Assim, as relações de dependência estabelecidas entre pequenas cidades da Zona Leste da RMG com sua metrópole estão fundamentadas principalmente na disponibilidade de bens e serviços ofertados por esta última. Dessa forma, constatou-se que as pequenas cidades em estudo buscam em Goiânia principalmente serviços como saúde, educação e lazer. A população dos pequenos municípios também busca na metrópole melhores condições de inserção no mercado de trabalho e maiores diversidades de bens de consumo.

Em relação a funcionalidade, evidenciou-se que todos os municípios em análise fazem parte do cinturão verde que abastece a população metropolitana. Assim, identificou-se que as pequenas cidades em estudo fornecem produtos agropecuários para o CEASA-GO, sendo Goianópolis a de maior destaque e Caldazinha de menor desempenho. Observou-se que alguns municípios, como Goianópolis e Caldazinha possuem diferentes destaques, sendo no caso do primeiro em produção agrícola e do segundo em produção pecuária.

As características que envolvem a produção agropecuária e os recursos naturais das cidades são um indicativo de suas funcionalidades. Com isso, constatou-se que as pequenas cidades da Zona Leste da RMG, possuem, mesmo que minimamente, diferentes contribuições para a metrópole. O segundo momento deste trabalho, teve como intuito analisar dados e

estudos referentes às pequenas cidades da Zona Leste da RMG para uma primeira identificação das relações de funcionalidade e dependência destas com sua metrópole.

Evidenciou-se também que uma das funcionalidades das pequenas cidades da Zona Leste da RMG constitui-se em função da reserva e abastecimento de água para a metrópole e região, uma vez que Goianápolis e Terezópolis estão inseridas na unidade de conservação do Ribeirão João Leite. Assim, esses municípios apresentam restrições para o uso do solo, influenciando sua dinâmica interna.

As outras relações de funcionalidade estabelecidas entre pequenas cidades e metrópole foram evidenciadas pelo referencial teórico a respeito do tema. Assim, diversos autores observaram para a tendência de parte da população citadina procurar as pequenas cidades para a fuga dos problemas e caos metropolitanos, em contrapartida, há também a tendência do surgimento de reserva de mão de obra em pequenas cidades metropolitanas, visando o abastecimento da metrópole. Essas características não podem ser facilmente evidenciadas por meio de dados, sendo fundamental o trabalho de campo para a sua comprovação.

Por meio dos dados secundários e dos referenciais teóricos analisados diagnosticou-se 5 diferentes relações de funcionalidades, sendo elas: recursos naturais, reserva de mão de obra, produção pecuária, produção agrícola e lazer.

A realização do trabalho de campo intuiu comprovar as relações identificadas e aproximar os conhecimentos sobre as pequenas cidades em estudo. Para tanto, no trabalho de campo foram aplicados 10 questionários à população de cada município em questão e uma entrevista à prefeitura. Por meio das análises dos questionários comprovaram-se as relações de funcionalidade e dependência observadas na seção 2, mensurando a sua intensidade em baixa, média ou alta.

A partir disso, foi possível analisar as diferentes relações de funcionalidade e dependência das pequenas cidades com sua metrópole, evidenciando a intensidade de cada relação. Assim, conclui-se que apesar da baixa dinâmica interna, as pequenas cidades em análise apresentam importantes funções à metrópole.

Conclui-se que há uma forte dependência das pequenas cidades em relação à metrópole. Contudo, observou-se para uma maior relação dos municípios de Goianápolis e Terezópolis com Anápolis. Este aspecto corre em função da atratividade que Anápolis, cidade média, exerce em suas proximidades, suprindo as necessidades da população vizinha. Esta característica influencia diretamente nas relações desses municípios com a metrópole, diminuindo a intensidade destas.

Com isso, constatou-se que as relações de dependência estão estritamente relacionadas com o papel que cada cidade exerce na rede urbana e com as facilidades de acesso a esta cidade. Dessa forma, observou-se que Terezópolis e Goianópolis fogem da típica relação de dependência com a metrópole, uma vez que estes possuem maiores relações com Anápolis.

Por meio dos resultados obtidos em campo, evidenciou-se a fragilidade das pequenas cidades, sendo refletidas na intensidade de suas relações de funcionalidade e dependência com a metrópole. Com isso, observou-se que as relações de dependência são mais intensas que as de funcionalidade.

A partir do exposto acima, conclui-se que as pequenas cidades têm suas relativas importâncias para a rede urbana e assim para a metrópole. Essa característica é muitas vezes negligenciada pelos estudos da questão metropolitana que se restringem a dados econômicos, não sendo possível identificar as funções e potencialidades dos municípios além da metrópole e cidades médias.

Referências

- ARAÚJO SOBRINHO, Fernando. Turismo e Dinâmica Territorial no Eixo Brasília – Goiânia. 2008, Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia. Universidade Federal de Uberlândia.
- ARAÚJO, Leandro. GOIÂNIA E A REDE URBANA REGIONAL: algumas considerações sobre centralidade e gestão do território. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia, v.5, n.15, p. 87-106, dez. 2013.
- ARRAIS, Tadeu. Entre a Rede Urbana e a Cidade-Região: O Que Há De Novo No Centro Goiano? ANAIS do X ENA – Encontro Nacional da ANPUR – 2003 – Belo Horizonte. 2003.
- _____. O Território Goiano: Uma Abordagem Quase Contemporânea Do Desenvolvimento Regional. XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, 21 a 25 de maio, 2007.
- _____. A Produção do Território Goiano: economia, urbanização, metropolização. Ed UFG. 2 ed. Goiânia, 2016.
- ARRIEL, Marcos. A Dinâmica Produtiva e Espacial da Indústria Goiana. 2017, Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- BERNARDFELLI, Maria Lúcia. Contribuição ao Debate Sobre o Urbano e o Rural. In SPOSITO, Maria; WHITACKER, Arthur (Org.). Cidade e Campo: Relações e Contradições Entre Urbano e Rural. São Paulo; Expressão Popular, 2006
- BRASIL. Lei Complementar nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm> Acesso em: 10 jan, 2019.
- BRASIL. Lei Complementar nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm> Acesso em: 17 jan, 2019.
- BRASIL. Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp14.htm> Acesso em: 20 maio, 2019
- CASTILHO, D. Modernização territorial e redes técnicas em Goiás. 2014. 224f. Tese (Doutorado em geografia). UFG, Goiânia, 2014
- CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. O Modelo de Desenvolvimento Como Inclusão Social e o Eixo Como Vetor de Expansão. 2014.
- COUTO, Gisleide. Propriedade da Terra e as Transformações Espaciais na Periferia da Região Metropolitana de Goiânia: O caso de Bonfinópolis. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG
- CORRÊA, Roberto. Estudo Sobre a Rede Urbana. 1 ed. Bertrand Brasil, 2006.
- _____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. Revista USP. São Paulo. N.30, 2011
- _____. Diferenciação Socio-Espacial, Escala e Práticas Espaciais. CIDADES, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.
- _____. Caminhos Paralelos e Entrecruzados. 1 Ed. UNESP, 2018
- CRUZ, Renatha. A Região Noroeste de Goiânia: De Grande Bolsão de Pobreza à Nova Classe Trabalhadora. 2015, Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

CUNHA, Débora. Instituição da Região Metropolitana de Goiânia – Goiás (1980 – 2010): Configuração e Interações Espaciais Entre os Municípios. 2017, Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

CHAUL, Nasr. Caminhos de Goiás: Da Construção da Decadência aos Limites da Modernidade. Ed. UFG, Goiânia, 1997.

CEASA-GO. Análise conjuntural anual. Goiás, 2018. Disponível em: www.ceasa.goias.gov.br. Acesso em: jan/2018.

DEUS, João. O sudeste goiano: as transformações territoriais da desconcentração industrial brasileira. 2002. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, SP.

DOWEL, Maria. Financiamento Urbano no Brasil: um olhar sobre as finanças municipais. In: CESARE, Cláudia; CUNHA, Egláisa (Org.). Financiamento das Cidades: Instrumentos Fiscais e de Política Urbana. Brasília. Ministério da cidade, 2007.

DATASUS. Indicadores de Saúde Municipal. Disponível em:
<<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0201&id=6903>> Acesso em: jan/2018

ELIAS, Denise. Globalização, Agricultura e Urbanização no Brasil. Acta Geografia, 2013
SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo : Editora HUCITEC, 1993.

ESTEVAM, Luís. O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás. Ed. UCG, ed.2, Goiânia, 2004

ENDLICH, Ângela. Pequenas Cidades e Utopias XIV Colóquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro Barcelona, 2-7 de mayo de 2016

_____. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do nordeste do Paraná. UNESP. Presidente Prudente, 2006.

_____. Perspectivas Sobre o Urbano e o Rural. In SPOSITO, Maria; Whitaker, Arthur (Org.). Cidade e Campo: Relações e Contradições Entre Urbano e Rural. São Paulo; Expressão Popular, 2006.

_____. O Estudo das Pequenas Cidades e os Desafios Conceituais: área de comparabilidade e complexidade mínima. Huellas n° 15, 2011

FRESCA, Tânia. Centros Locais e Pequenas Cidades: Diferenças Necessárias. Mercator, Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Ceará, número especial, 2010: dez

GOIÁS. Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia (PDIRMG). Secretaria do Meio Ambiente. Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Goiânia, 2017.

GOIÁS. Centrais de Abastecimento de Goiás S/A (CEASA – GO). A Força do Abastecimento no Coração do Brasil: Análise Conjuntural. Goiânia, 2018. Disponível em: <http://www.ceasa.go.gov.br/files/ConjuturaAnual/AnaliseConjutral2018.pdf>

GOIÁS. Decreto Nº 5.704, de 27 de dezembro de 2002. Institui a Criação da Área de Preservação Permanente João Leite.

GOIÁS. Lei Estadual n.º 2.142, de 14 de novembro de 1958. Cria o município de Goianópolis e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1958/lei_2142.htm> Acesso em: 25 maio de 2019

GOIÁS. Lei nº 11.704, de 29 de abril de 1992. Dispõe sobre a criação do Município de TEREZÓPOLIS DE GOIÁS e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1992/lei_11704.htm>
Acesso em: 25 maio de 2019

GOIÁS. Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999. Cria a Região Metropolitana de Goiânia, autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia e dá outras providências correlatas.

Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_complementares/1999/lei_complementar_n27.htm>

GOIÁS. Decreto nº 5.704, de 27 de dezembro de 2002. Cria a Área de Proteção Ambiental (APA) João Leite e dá outras providências. Goiás, 2002. Disponível em:

<http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/decretos/numerados/2002/decreto_5704.htm>

GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo, Edusp, 1993

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Regiões de Influência das Cidades (REGIC): 2007. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos Municípios, 1958.

IMB – Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Estatísticas Municipais. 2019.

IMB - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Estatísticas Municipais (Séries Históricas). GOIÁS: IMB; IBGE, 2017.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Caracterização e Tendência de Redes Urbanas no Brasil - Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Vol. 4. Brasília, 2008.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Agropecuária na Região Centro-Oeste: Limitações ao Desenvolvimento e Desafios Futuros. Rio de Janeiro: Ipea, 2014

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976

LENCIONI, Sandra. Metropolização do Espaço: Desenvolvimento, Racionalidades e Propondo Intervenções. In FERREIRA, A... [ET al.] (Org.). Metropolização do Espaço: Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013

_____ Metrópole, Metropolização e Regionalização. Rio de Janeiro: Consequência, 2017

_____ Observações Sobre o Conceito de Cidade e Urbano. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 24, pp. 109 - 123, 200

LEFEBVRE. Henri. O Direito à Cidade. Centauro, ed.5, 2011.

LIMA. Leandro. A Metropolização e o Mercado Imobiliário: Análise da Produção do Espaço a Partir dos Condomínios de Chácaras da RMG. 2014, Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MENDONÇA, Marcelo. A Urbanização da Região Centro-Oeste Brasileira. Espaço em Revista. Vol. 10 nº 1, p.38 – 65. jan/dez. 2008.

OLIVEIRA, Adriano; FERREIRA, Lara; GARVEY, Brian. A Ocupação do Cerrado Goiano Pelo Agronegócio Canavieiro. Rev. NERA. Presidente Prudente. n. 43, p. 79-100 Mai.-Ago./2018.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria. História de Goiás (1722-1972). Editora Vieira, ed.7, Goiânia, 2008

PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS. Cidade. 2019. Disponível em:
<<https://www.bonfinopolis.go.gov.br/historia/>> Acesso em: 15 dez, 2019.

PREFEITURA DE CALDAZINHA. O Município. 2019. Disponível em:
<<https://caldazinha.go.gov.br/?go=cidade>> Acesso em: 15 dez, 2019.

PREFEITURA DE GOIANÁPOLIS. O Município. 2019. Disponível em: <goianapolis.go.gov.br/o-municipio> Acesso em: 15 dez, 2019.

PREFEITURA DE TEREZÓPOLIS DE GOIÁS. A Cidade. 2019. Disponível em:
<<https://www.terezopolis.go.gov.br/sobre-o-municipio/historia-da-cidade/>> Acesso em: 15 dez, 2019.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o dever de novas territorialidades. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

_____ Espaço e Método. 5 eds. São Paulo, USP, 2008

_____ Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1979.

_____ A Urbanização Brasileira. São Paulo, Editora Hucitec, 1993.

_____ Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Karla; SANTOS, Carlos. Dependência Municipal das Transferências do Fundo de Participação dos Municípios: uma análise para os municípios do Sul da Bahia entre 2008 e 2012. In: IV semana da economia e IV encontro de regresso. Bahia. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2014

SILVA, T. C. M.. Índice de Desempenho dos Municípios Goianos (IDM). 2018

SPOSITO, Maria. A Questão Cidade-Campo: perspectiva a partir da cidade. In SPOSITO, Maria; Whitaker, Arthur (Org.). Cidade e Campo: Relações e Contradições Entre Urbano e Rural. São Paulo; Expressão Popular, 2006.

SOUZA, Marcelo. Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial: 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016

SOUSA, Sílvio. Conflitos de Uso e Cobertura da Terra na Bacia Hidrográfica do Ribeirão João Leite (GO). 2013. 113f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (UFG).

SMARH - Secretaria do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos. Área de Proteção Ambiental João Leite – APA João Leite: Plano de Manejo. Goiás, 2009. Disponível em: <<http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2015-09/plano-de-manejo-apa-joao-leite.pdf>>

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A PREFEITURA

Trabalho de Campo

Entrevista com a Prefeitura

1. Qual o setor em que a Prefeitura Municipal gasta mais dinheiro?
2. Quais são os serviços que a Prefeitura Municipal presta à população?
3. Quais os mais problemáticos? Porque são problemáticos?
4. A população busca alguma complementação desses serviços em Goiânia?
5. Quais são as principais deficiências da cidade?
6. O que falta à prefeitura para atender plenamente a população?
7. Qual a maior fonte de receita da prefeitura? Qual o valor arrecadado?
8. Existem ideias para incrementar as receitas municipais?
9. Quais as áreas da cidade que mais se constroem?
10. Qual a média de pedidos de construções por mês?
11. Como se processa o sistema de aprovação de novos projetos de loteamento?
12. Qual a legislação usada?
13. Qual a incidência de novos loteamentos por mês/ano e suas localizações?
14. O cadastro de imóveis está atualizado?
15. O mapa de valores venais está atualizado (pegar cópia)?
16. Os valores da planta de valores estão em acordo com os valores mercado imobiliário?
17. Localizar as áreas mais caras e mais baratas em termos de metro quadrado de terreno?
18. Quem executa os projetos da Prefeitura Municipal e decide onde serão implantados? São agentes e atores residentes deste município?
19. Qual o valor da receita (evolução dos últimos anos)?
20. A Prefeitura Municipal possui mapa atualizado do município (perímetro urbano, distritos, zona rural – pegar copia)?
21. Qual é o atendimento da Prefeitura Municipal para a zona rural?
22. Quais são os principais problemas da zona rural?
23. Quais são os produtos agropecuários produzidos no município? (olhar se tem em dados)
24. A produção agropecuária atende população local? Essa produção é exportada/comercializada para outros municípios como Goiânia? Quais principais produtos são comercializados com Goiânia?
25. Há indústrias no município? Quais são e o que produzem?

26. A produção industrial atende ao município ou é exportada para outros municípios?
(melhorar)
27. Quais são as principais relações do município com Goiânia?
28. O município possui ambientes de lazer? Quais são eles?
29. A população vai à Goiânia em busca de lazer?
30. Goiânia exporta algum tipo de produto para o município? Quais os principais?
31. Parte da população trabalha ou estuda em Goiânia? Isso acontece com muita ou pouca frequência?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO À POPULAÇÃO

Trabalho de campo

Questionário direcionado população do município

Objetivo: Identificar as relações de funcionalidade e dependência entre o município e Goiânia.

1. Qual é o seu sexo?

Masculino () Feminino ()

2. Qual a sua idade: _____

3. Qual a sua escolaridade?

Ensino fundamental completo () Ensino fundamental incompleto ()

Ensino médio completo () Ensino médio incompleto ()

Ensino superior () Ensino superior incompleto ()

4. Qual a sua profissão: _____

5. Qual o seu município de origem?

O próprio município () Goiânia () Outro município ()

6. Há chácaras ou condomínios horizontais no município?

Sim () Não ()

7. Quem são os principais moradores?

8. Há pessoas que tem casa no município mas moram em Goiânia? (Segunda Residência)

Sim () Não ()

9. De onde vem os novos moradores?

Áreas rurais () Goiânia () Outras cidades () -qual ? _____

10. Alguma pessoa da sua família trabalha ou estuda em Goiânia? Quantas? _____

11. Qual o tipo de transporte seus familiares utilizam para ir ao trabalho/estudo em Goiânia?

Carro () Transporte coletivo público () Transporte coletivo privado ()

12. Com qual frequência você vai à Goiânia?

Diariamente () Algumas vezes por semana () Algumas vezes por mês ()

Raramente ()

13. Qual tipo de transporte você utiliza para se locomover de Bonfinópolis à Goiânia?

Carro () Transporte coletivo público () Transporte coletivo privado ()

14. Você utiliza o transporte público interurbano para ir à Goiânia com qual frequência?

Diariamente () Algumas vezes por semana () Algumas vezes por mês ()

Raramente ()

15. Como são os serviços de saúde do município?

Ótimo () Bom () Regular () Péssimo ()

16. A população busca os serviços de saúde em Goiânia com qual frequência?

Diariamente () Algumas vezes por semana () Algumas vezes por mês ()

Raramente ()

17. Qual a principal atividade geradora de empregos?

Administração pública (). Comércio/ Serviços ()

Agropecuária () Indústria ()

18. Existem atividades industriais no município?

Sim () Não ()

19. A cidade emprega pessoas de outros municípios?

Sim () Não ()

20. Existe atividade de artesanato no município?

Sim () Não ()

21. A onde é comercializado a produção de artesanato?

Na própria cidade () Goiânia () Outras cidades ()

22. O comércio atende às necessidades da população local?

Sim () Não ()

23. Quais produtos faltam no município?

24. A população vai à Goiânia em busca de produtos comerciais não existentes no município?

Sim () Não ()

25. O comércio local atende a população de outros municípios?

Sim () Não ()

26. Existe a produção de produtos agropecuários no município?

Sim () Não ()

27. De onde vêm os hortifrutigranjeiros consumidos pelos moradores?

Produção local () De outros municípios () CEASA ()

28. A produção local chega à população de que maneira?

Supermercados () Feiras () Outra forma ()

29. Há produção local de orgânicos?

Sim () Não ()

30. Os produtos orgânicos são vendidos na cidade ou em outro município? Qual município?

31. O município oferece ambientes de lazer a população?

Sim () Não () Em qual município a população busca por lazer?
